

# A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338

Miguel Gomes Martins  
Doutorando em História

## Introdução

A exemplo do que acontece com a maior parte dos conflitos militares anteriores ao reinado de D. Fernando, também a guerra que opôs, entre 1336 e 1338, os reinos de Portugal e de Castela continua por estudar, conhecendo-se apenas e em traços muito gerais alguns dos seus principais episódios<sup>1</sup>. Apesar da importância política e militar de que se reveste, muito pouco tem sido escrito sobre o tema<sup>2</sup>, facto que se por um lado se deve à falta de interesse pela História Militar deste período, por outro, deriva também da pouca atenção que tem sido dedicada aos 35 anos de reinado de D. Afonso IV.

Porém, outros motivos há, de ordem mais prática, que contribuem de sobremaneira para esta situação. Deles fomos apercebendo ao longo da elaboração deste estudo, sendo o principal de todos a incontornável escassez de fontes, tanto documentais como narrativas, directamente relacionadas com o assunto em análise, uma realidade que nos impediu de ultrapassar muitas das dúvidas surgidas.

A dispersão da documentação foi outro dos problemas com que constantemente nos defrontámos e que exigiu a consulta de inúmeros conjuntos documentais, quer no Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, quer no Arquivo Municipal de Lisboa. Porém, os resultados ficaram sempre muito aquém das expectativas e a avaliar pelas informações que, até agora, tivemos oportunidade de recolher nestas duas instituições, não nos parece provável que venhamos a encontrar muitas mais com interesse para o estudo da guerra de 1336-1338. Parece-nos, pois, que uma investigação mais profunda sobre o tema terá necessariamente que ser dirigida para os acervos dos arquivos municipais e distritais portugueses. Só assim se poderá, eventualmente, trazer mais alguma luz sobre o tema.

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, Vol. IV, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987, pp. 498-500; Armindo de Sousa, “Condicionamentos Básicos”, in *História de Portugal*, coord. de José Mattoso, Vol. II, Lisboa, Estampa, 1993, p. 486; Alberto Iria, “O Algarve e os Descobrimentos”, in *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História*, Edição de João Martins da Silva Marques, Vol. II, Tomo I, Lisboa, I.N.I.C. (reprodução facsimilada) 1988, pp. 159-166 e, sobretudo, João Gouveia Monteiro, “As campanhas que fizeram história”, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Vol. 1, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 245-248.

<sup>2</sup> Assinale-se que a historiografia espanhola também não tem demonstrado um grande interesse em estudar a guerra de 1336-1338, situação que, face ao que se passa em Portugal a respeito do mesmo tema não deixa de ser, no mínimo, curiosa.

Face a estas carências, afigura-se-nos, também, da maior importância fazer incidir a pesquisa na documentação castelhana, nomeadamente numa análise sistemática dos diplomas emitidos pela chancelaria de Afonso XI (1312-1350). Não obstante, a consulta de algumas colectâneas documentais e de instrumentos de descrição publicados nos últimos 20 anos em Espanha<sup>3</sup> revelou-nos apenas um número muito diminuto de fontes com interesse para este trabalho, o que parece indicar que todos os problemas sentidos com a documentação portuguesa se poderão repetir quando se proceder ao levantamento exaustivo e consequente análise da sua congénere castelhana.

Quanto às fontes narrativas, sobre as quais reside sempre a esperança de poderem solucionar algumas das interrogações suscitadas pelo silêncio das fontes documentais, nem sempre se mostraram tão generosas quanto gostaríamos, chegando mesmo a acarretar novos problemas e dúvidas. A “Crónica de Portugal de 1419”<sup>4</sup> é a única narrativa portuguesa que abrange todo o período em estudo, apresentando-se, por isso, como essencial para o conhecimento da guerra de 1336-1338. Todavia, além de truncada em alguns dos capítulos respeitantes às causas do conflito, é demasiado lacónica, impossibilitando-nos uma visão pormenorizada dos acontecimentos narrados e, por vezes, do seu encadeamento cronológico, consequência provável da distância temporal entre os factos relatados e a altura em que a obra foi produzida. Este é um problema que se verifica igualmente com a ainda mais tardia “Crónica de D. Afonso IV”, de Rui de Pina<sup>5</sup>, obra que – no que diz respeito ao tema em análise – pouco acrescenta à narrativa de 1419. Quanto à “Crónica Geral de Espanha de 1344”, elaborada nos anos que se seguiram ao conflito – e onde seria de esperar algum desenvolvimento do tema –, ignora quase por completo estes episódios, limitando-se a referir de modo muito sucinto quais os motivos que despoletaram o confronto armado entre os dois reinos<sup>6</sup>. Igualmente importante para o estudo da guerra de 1336-1338 é o “Livro de Linhagens do Conde

---

<sup>3</sup> *Colección Documental de Pedro I de Castilla*, org. de Luis Vicente Díaz Martín, s.l. Junta de Castilla y León – Consejería de Educación y Cultura, 1997, 4 volumes; *Colección Documental de Alfonso XI. Diplomas Reales Conservados en el Archivo Histórico Nacional. Sección de Clero, Pergaminos*, org. de Esther González Crespo e prólogo de Emilio Mitre Fernández, Madrid, Universidad Complutense, 1985; Esther González Crespo, “Inventario de documentos de Alfonso XI relativos al reino de Murcia”, in *En La España Medieval*, n.º 17, Madrid, Universidad Complutense, 1994, pp. 311-323 (1336 a 1337); Manuel García Fernández, “Regesto Documental Andaluz de Alfonso XI (1312-1350)”, in *Historia, Instituciones, Documentos*, n.º 15, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1988, pp. 61-69 (1336 a 1337); *Colección Diplomática Medieval de La Orden de Alcántara (1157?-1494)*, Dir. de Bonifacio Palacios Martín, Tomo I – De los Orígenes a 1454, Madrid, Fundación San Benito de Alcántara y Editorial Complutense, 2000.

<sup>4</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, Edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1998.

<sup>5</sup> Rui de Pina, “Chronica del Rey Dom Afonso deste nome o IV”, in *Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977, pp. 335-469.

<sup>6</sup> *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Edição Crítica por Luís Filipe Lindley Cintra, Vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, pp. 261-262 e 537.

D. Pedro”<sup>7</sup>, sobretudo nas linhas que dedica às incursões levadas a cabo contra a Galiza, em 1336, sob o comando do conde de Barcelos, pouco mais acrescentando acerca daqueles anos de guerra.

Quanto à cronística castelhana o panorama é um pouco mais animador, merecendo particular destaque, pelo detalhe com que a relata os principais episódios militares do conflito de 1336-1338, a “Gran Cronica de Alfonso XI”, de Fernán Sanchez de Valladolid<sup>8</sup>. Igualmente importante é o “Poema de Alfonso Onceno”, atribuído a Rodrigo Yañes<sup>9</sup>, que, embora truncado em alguns dos versos respeitantes àquele período, fornece um inestimável conjunto de informações acerca do tema em análise, apresentando-se, por isso, de consulta indispensável. Ambas as obras foram produzidas em datas próximas dos acontecimentos narrados e por figuras com profundas ligações à corte castelhana – portanto, bem informadas –, não padecendo, por isso, dos problemas derivados do distanciamento cronológico de que enferma a “Crónica de Portugal de 1419”. Porém, é uma proximidade algo “perigosa”, pois em ambas as narrativas – sobretudo no “Poema” – é evidente um claro propósito de enaltecimento da figura de Afonso XI de Castela, o que exige uma cautela redobrada na análise dos dados que transmite. Apesar de tudo, estas duas obras foram preciosas para o nosso trabalho, permitindo-nos esclarecer e desenvolver muitas das questões entretanto suscitadas quer pela consulta de outras fontes, quer pela escassez de informações.

Contudo, mesmo com todas as limitações acima referidas, foi possível a elaboração de uma análise preliminar da guerra de 1336-1338. Com ela esperamos contribuir – foi esse o objectivo que presidiu à elaboração deste estudo –, não só para o seu melhor conhecimento, mas, sobretudo, para que se estabeleça um ponto de partida minimamente sólido para a realização de outros trabalhos sobre este conflito, que, mercê de uma maior profundidade e alicerçados num número mais vasto de fontes, possam lançar mais alguma luz sobre este intrincado conjunto de acontecimentos político-militares ainda tão pouco conhecidos.

Para concluir, gostaríamos de expressar a nossa gratidão aos Mestres Luís Filipe Oliveira e Luís Miguel Repas pelas sugestões e críticas suscitadas pela leitura atenta deste estudo.

---

<sup>7</sup> *Portugalæ Monumenta Historica – Nova Série: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição crítica de José Mattoso, Vol. II/1, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, pp. 277-278.

<sup>8</sup> *Fuentes Cronísticas de Historia de España: Gran Cronica de Alfonso XI*, Vol. II, Edição preparada por Diego Catalán, Madrid, Gredos, 1977, pp. 152-198. Daqui em diante referir-nos-emos a esta obra apenas como “Gran Cronica de Alfonso XI”.

<sup>9</sup> *Poema de Alfonso Onceno*, edição de Juan Victorio, Madrid, Cátedra, 1991, pp. 144-168.

## 1. Prenúncios de guerra

Não são ainda suficientemente conhecidos os motivos que despoletaram a guerra entre Portugal e Castela iniciada em 1336. Contudo, é corrente enunciar-se alguns factos considerados decisivos para o início das hostilidades.

Não era novidade na corte portuguesa a forma como D. Afonso XI de Castela tratava a sua mulher, a rainha D. Maria, filha de D. Afonso IV de Portugal, votando-a ao mais público desprezo e relacionando-se amorosamente com Leonor de Guzmán – filha do magnate Pero Nunez de Guzmán –, cujo papel na corte anulava por completo o da sua mulher legítima. A rainha, com um pequeno séquito do qual faziam parte Gonçalo Vasques de Moura<sup>10</sup> e João Afonso de Albuquerque “o do Ataúde”, filho do bastardo real Afonso Sanches e neto de D. Dinis<sup>11</sup>, vivia, assim, totalmente afastada dos meandros da corte e relegada para um papel absolutamente secundário<sup>12</sup>. Naturalmente, esta era uma situação que não agradava ao rei português, cujo descontentamento terá aumentado após a recepção de uma missiva do rei Afonso IV de Aragão, através da qual denunciava a situação vivida por D. Maria<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Sobre Gonçalo Vasques de Moura, pouco se conhece. Sabe-se, no entanto, que era filho de Vasco Martins – irmão de Álvaro Vasques de Moura (José Hermano Saraiva, “O testamento de Álvaro Gonçalves de Moura”, in *Anais*, II Série, Vol. 35, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1995, pp. 221-224) –, tendo casado com Inês Álvares Redondo, filha de Álvaro Gonçalves Redondo, em data posterior a 1323 (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Vol. I, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999, pp. 358 e 359 n. 34).

<sup>11</sup> Nascido, provavelmente, em Lisboa, pouco depois de 1304, João Afonso foi educado por João Simão de Urró, meirinho-mor de seu avô, D. Dinis. Em 1330, dois anos após a morte de seu pai, retirou-se para Castela, colocando-se ao serviço de Afonso XI e atingindo o cargo de alferes-mor, sendo, mais tarde, nomeado aio e mordomo do infante D. Pedro. Durante o reinado de D. Pedro I de Castela afirma-se como uma das mais importantes figuras da governação. Contudo, conflitos com o rei acabam por forçar o seu exílio em Portugal, a partir de onde lança diversas incursões contra Castela (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó. Evolução e Estrutura da Família Nobre – Séculos XI a XIV*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto Ld.ª, 1995, p. 188). A alcunha “do Ataúde” deriva do facto de, prevenido a sua morte próxima, se fazer acompanhar constantemente por um ataúde, onde, caso morresse em campanha, deveria ser encerrado e transportado na companhia das suas tropas. Deste modo a sua morte não seria motivo para a interrupção das hostilidades.

<sup>12</sup> Luis Vicente Diaz Martín, “Las fluctuaciones en las relaciones castellano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV”, in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: As Relações de Fronteira no Século de Alcanices*, Vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pp. 1244-1245. É possível que, durante a guerra entre Portugal e Castela, a rainha, após o “abandono” de João Afonso de Albuquerque, tenha ficado ainda mais isolada, refugiando-se no apoio do bispo de Astorga e, mais tarde, do Porto, D. Pedro Afonso Pereira, que com ela terá permanecido ao longo desse período: “se el [D. Pedro Afonso] nom fora que a raynha de Castella filha d’el rey [D. Afonso IV] ficara desenparada en tempo da guerra que ouve antre el rey de Portugal e de Castella” (IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso IV, Livro 1, (Contenda com o bispo do Porto), fl. 12).

<sup>13</sup> Luis Vicente Diaz Martín, “Las fluctuaciones en las relaciones castellano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV”, *op. cit.*, p. 1245. É legítimo pensar que esta carta teria como objectivo instigar ainda mais o rei português contra o seu genro, situação que, a desembocar numa guerra aberta entre Portugal e Castela, poderia vir a trazer claros benefícios para o reino de Aragão, isto apesar de não se ter envolvido directamente no conflito.

Sem grandes meios diplomáticos para a inverter, D. Afonso IV pode ter visto num eventual apoio à cada vez mais evidente oposição nobiliárquica a Afonso XI, liderada por D. Juan Manuel – neto de Fernando III e sobrinho de Afonso X – e por Juan Nunez de Lara, a única forma de obrigar o seu genro a mudar de atitude. Essa possibilidade tomou forma quando Fernán Rodriguez, prior do Hospital em Castela e chanceler de D. Maria, amigo pessoal de Juan Manuel e homem da confiança do rei português, propôs a Afonso IV a anulação dos compromissos matrimoniais anteriormente firmados entre o herdeiro da coroa de Portugal, o infante D. Pedro, e D. Branca, prima de Afonso XI<sup>14</sup>. Em seu lugar, tomaria por esposa D. Constança, filha de Juan Manuel que, em contrapartida, lhe prometia conceder todo o seu apoio às diligências que o rei de Portugal viesse a tomar no sentido do afastamento de Leonor de Guzmán<sup>15</sup>. Mas seria uma questão eminentemente “familiar”<sup>16</sup> motivo suficiente para o envolvimento português no “vespeiro castelhano”<sup>17</sup>?

Não dispondo de quaisquer dados que contrariem esta ideia correntemente aceite, torna-se difícil avaliar se o envolvimento da Coroa portuguesa no conflito interno castelhano obedeceu exclusivamente, ou não, a motivações de índole emocional. Porém, acreditamos – tal como foi já proposto por Armindo de Sousa<sup>18</sup> – que as ofensas sofridas por D. Maria foram, acima de tudo, o pretexto, não o motivo, para esse mesmo envolvimento. Parece-nos, assim, altamente provável que, ao aliar-se à coligação nobiliárquica encabeçada por D. Juan Manuel e por Juan Nunez de Lara<sup>19</sup>, D. Afonso IV visasse igualmente o enfraquecimento da monarquia castelhana. Este tinha sido, aliás, um objectivo insistentemente perseguido por D. Dinis nos finais do século XIII e plasmado nas primeiras intervenções portuguesas nas guerras civis que varreram Castela durante a menoridade de Fernando IV, nas quais o rei português visava a separação do reino vizinho em duas entidades políticas distintas (Leão e Castela), isto é, o regresso ao *status quo* anterior a Fernando III<sup>20</sup>.

<sup>14</sup> D. Branca era filha de D. Pedro, irmão de Fernando IV e tio de Afonso XI. D. Pedro foi um dos tutores do rei durante a sua menoridade e morreu na Veiga de Granada, no dia 25 de Julho de 1319, em consequência de uma queda de cavalo durante a luta com as forças granadinas.

<sup>15</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *Afonso XI – 1312-1350*, Plasencia, La Olmeda, 1995, p. 166.

<sup>16</sup> A “Gran Crónica de Alfonso XI” é igualmente clara a respeito das motivações emocionais de Afonso IV: “*la guerra que [Afonso IV] queria fazer contra el rey de Castilla porque dexasse a doña Leonor [de Guzmán]*” (*Gran Crónica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 120).

<sup>17</sup> A expressão é de Armindo de Sousa (*op. cit.*, p. 486).

<sup>18</sup> Armindo de Sousa sugere que “não é de crer que a motivação profunda da ingerência de D. Afonso IV no vespeiro castelhano se deva explicar por imperativos emocionais. Nem sequer pelo facto de Afonso XI ter sequestrado em Toro a prometida do infante D. Pedro – embora este motivo, visto às luzes da época, pareça mais convincente e seja veiculado pelas crónicas. Há-de ter havido, bem lá na última análise do rei, qualquer esperança de dilatação de poder ou de fronteiras” (*Idem, ibidem*, p. 486).

<sup>19</sup> A estes juntavam-se ainda importantes figuras como Pedro Fernandez de Castro, João Afonso de Albuquerque e Afonso Tellez de Haro (*Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, 121).

<sup>20</sup> Sobre estas intervenções militares portuguesas na guerra civil castelhana, cf. Cesar Gonzalez Miguenz, *Fernando IV (1295-1312)*, Plasencia, La Olmeda, 1995, pp. 26-61.

A aliança entre Afonso IV e D. Juan Manuel foi, então, selada através do matrimónio dos filhos de ambos, o herdeiro do trono português, o infante D. Pedro e D. Constança Manuel, a mesma que Afonso XI havia recusado para se casar com D. Maria. As capitulações matrimoniais tiveram lugar na vila de Estremoz, em Fevereiro de 1336, e o casamento, por procuração, dias depois, em Évora.

De acordo com a “Gran Cronica”, o monarca castelhano não viu com bons olhos esta união pois o infante D. Pedro, para se casar com D. Constança havia repudiado a prima de Afonso XI, D. Branca, filha do infante D. Pedro de Castela e neta de Sancho IV<sup>21</sup>. Porém, este não era o maior problema trazido pelo enlace. O maior de todos era, inquestionavelmente, a criação de uma aliança político-militar que fortaleceria de sobremaneira o poderio militar da oposição nobiliárquica castelhana<sup>22</sup>.

Afonso XI, ao perceber o real alcance daquele casamento e os perigos que daí poderiam advir, atribuiu aos mestres das ordens militares de Alcântara e de Santiago e ao conde de Niebla<sup>23</sup> a missão de impedir a partida de D. Juan Manuel e de sua filha, D. Constança, para Portugal. A operação de “sequestro”, levada a cabo durante o mês de Maio de 1336, foi bem sucedida e culminou com a detenção de D. Constança em Toro<sup>24</sup>, situação que deveria ser mantida até que Juan Manuel refreasse os seus ímpetus rebeldes e regressasse ao serviço do rei ou, conforme nos é descrito pela “Gran Cronica de Alfonso XI”, que o “*servise bien e lealmente, ansi como deve servir leal e verdadero vasallo a su rrey e a su señor*”<sup>25</sup>.

Perante estes últimos desenvolvimentos – embora nos pareça, como já o afirmámos, que os motivos de ordem “emocional” terão tido um peso muito menor do que aquele que geralmente se atribui –, D. Afonso IV decide, de uma forma aberta, apoiar financeira e militarmente os rebeldes, numa atitude de claro desafio a Afonso XI.

Um dos nobres castelhanos que aceita as ofertas financeiras do rei português é Juan Nuñez de Lara – provavelmente através do estabelecimento de uma relação de vassalagem no âmbito da qual receberia soldadas<sup>26</sup> –, outro dos principais cabecilhas da

<sup>21</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit.*, p. 166.

<sup>22</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 120.

<sup>23</sup> *Colección Diplomática Medieval de La Orden de Alcántara (1157?-1494), op. cit.*, doc. 550, pp. 394-395, [de 1336, Maio-Junho]. A este documento, apesar de não apresentar qualquer datação, foi-lhe atribuída, erradamente, pelo director da obra, a data de 1336-1337.

<sup>24</sup> Registe-se que nenhuma das fontes consultadas para este estudo adianta qualquer pormenor acerca da forma como se processou a operação de sequestro de D. Constança Manuel.

<sup>25</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 99-100.

<sup>26</sup> Assinale-se que Afonso IV, quando exigiu a Afonso XI o levantamento do cerco a Lerma, alegou, como motivo para a sua intervenção, que Juan Nuñez era seu vassalo. Além disso, a “Gran Crónica” refere uma promessa de Afonso IV feita a Juan Nuñez de Lara, a Pero Fernandez de Castro e a João Afonso de Albuquerque de acordo com a qual “*si el rrey de Castilla les tirase los maravedis que del tenían en çierta tierra de cada año el que les diese otra tanta quantia a cada uno*

oposição nobiliárquica castelhana. Porém, Afonso XI, aconselhado pelos “*rricos omes del rreyno, e los maestros de las hordenes e algunos caualleros de la su mesnada*”<sup>27</sup>, reage atempadamente e cerca-o na vila de Lerma, contando para isso com o apoio das milícias de Burgos, cidade situada a pouco menos de 100 km da praça sitiada. Ao agir rapidamente, o rei impedia qualquer acção armada por parte do rebelde e anulava a possibilidade de este reunir as suas forças com as de Juan Manuel que, ao mesmo tempo, era também isolado nos seus domínios. Para isso, o rei castelhano destacara um imponente contingente de cerca de 1 000 cavaleiros comandados pelos mestres das ordens de Santiago e de Calatrava para os arredores dos castelos de Alarcón e, sobretudo, de Garci Munoz, onde D. Juan Manuel se encontrava, de modo a evitar qualquer tentativa de auxílio a Juan Nuñez<sup>28</sup>. Impossibilitado de agir militarmente em ajuda do seu aliado, consegue apenas iludir a vigilância e fugir para Peñafiel.

Enquanto isso, os outros castelos e praças-fortes de Juan Nuñez de Lara e de sua mãe, D. Juana, eram igualmente assediados: Torre de Lobaton por forças concelhias oriundas de Valladolid, de Toro, de Medina del Campo e de Olmeda, sob o comando de Gutierre Gonzalez de Quexada<sup>29</sup> e de Pero Fernandez de Quexada; Busto por Gonçalo Ruiz de la Vega com alguns vassalos do infante D. Fradique – um dos filhos de Leonor de Guzmán –; e Villa Franca de Montes d’Oca por Fernán Perez de Portocarreiro, meirinho-mor de Castela, acompanhado pelas milícias de Burueva e de Rioja<sup>30</sup>.

Porém, antes de iniciar o cerco às forças de Juan Nunez de Lara, Afonso XI procurou garantir enfraquecimento da coligação que se lhe opunha. Assim, conseguiu a deserção de D. Pedro Fernandez de Castro, mediante a entrega de inúmeros bens fundiários e a promessa de casamento de um dos seus filhos – D. Enrique<sup>31</sup> – com D. Juana de Castro. A revolta perdia, em benefício do rei, um dos seus elementos mais importantes, que, além de se juntar à hoste régia com um numeroso contingente – “*traxo del rreyno de Leon e del rreyno de Galizia ochoçientos homes de cauallo entre vasallos del rey e suyos*”<sup>32</sup> – se comprometeu ainda a tudo fazer para assegurar a deserção de João Afonso de Albuquerque, “o do Ataúde”, outro dos membros mais destacados da coligação nobiliárquica<sup>33</sup>.

---

*dellos en dineros de cada año*” (*Ibidem*, p. 121), o que parece confirmar a hipótese de se ter desenvolvido uma relação de vassalagem entre aqueles nobres e o rei português.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>28</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit.*, p. 189.

<sup>29</sup> Após a rendição de Torre de Lobatón, as milícias concelhias que cercavam a vila foram engrossar a hoste régia que sitiava Lerma (Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit.*, p. 190).

<sup>30</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 128.

<sup>31</sup> Trata-se daquele que virá a ser conde de Trastamara e, mais tarde, Enrique II de Castela.

<sup>32</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 149.

<sup>33</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit.*, p. 190.

Conforme havia sido prometido pelo Castro, o rei de Castela – que cercava Lerma desde o dia 14 de Junho de 1336<sup>34</sup> – recebe, então, o apoio de João Afonso de Albuquerque, um dos poucos membros do séquito da rainha D. Maria, que, deste modo, se encontrava cada vez mais isolada<sup>35</sup>. Para João Afonso, que se juntava ao rei com a sua mesnada, composta por “*muchas companas de cauallo et de pie*”<sup>36</sup>, estava encontrada a forma de vingar todas as afrontas feitas por Afonso IV a seu pai<sup>37</sup>. Esta mudança de posicionamento político-militar foi de tal forma bem recebida por Afonso XI, que lhe valeu a nomeação imediata para o cargo de alferes, o mais importante da hierarquia militar do reino e, alguns anos mais tarde, para o lugar de aio e mordomo do infante D. Pedro – herdeiro da coroa –, sendo ainda recompensado com a doação do lugar de Villalba del Acor<sup>38</sup>.

O isolamento dos principais aliados de Afonso IV – D. Juan Manuel e Juan Nunez de Lara –, a deserção de Pero Fernandez de Castro e de João Afonso de Albuquerque, bem como os cercos impostos às principais fortalezas controladas pelos rebeldes começava a tornar-se preocupante e a pôr em xeque toda a estratégia de Afonso IV. Nesse sentido, o rei português dá início a uma série de iniciativas diplomáticas destinadas, por um lado, a forçar o castelhano a levantar o cerco a Lerma – argumentando que Juan Nunez era seu vassalo – e, por outro, a permitir a libertação de D. Constança Manuel, sua nora, algumas das quais chegaram mesmo a envolver a rainha D. Maria<sup>39</sup> e perante as quais Afonso XI começa a dar sinais de alguma cedência.

Na realidade, a posição do castelhano de aparente abertura face às exigências do seu sogro, visava apenas ganhar mais algum tempo. O suficiente para poder forçar Juan Nunez de Lara à rendição. Liberto do cerco e com D. Juan Manuel isolado em Peñafiel, poderia então responder pela força das armas às exigências desafiadoras de

<sup>34</sup> Idem, *ibidem*, p. 190.

<sup>35</sup> Luis Vicente Diaz Martin, “Las fluctuaciones en las relaciones castellano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV”, *op. cit.*, pp. 1245-1246.

<sup>36</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 140.

<sup>37</sup> A preferência clara de D. Dinis relativamente aos seus filhos bastardos e, muito especialmente, a Afonso Sanches, pai de João Afonso de Albuquerque – visível em várias atitudes do rei e, sobretudo, no facto de lhe ter entregue o cargo de mordomo-mor, o mais importante da corte, a partir de 1312 – provocou o ciúme do herdeiro da coroa, o infante D. Afonso. Esta situação deu origem a um confronto entre o infante e o monarca que veio a desembocar na Guerra Civil de 1319-1324. De certo modo, o infante D. Afonso, conseguiu valer as suas pretensões, uma das quais era o afastamento do seu meio-irmão Afonso Sanches, que acabou exilado em Castela, na corte de Afonso XI – depois de ver os seus bens confiscados por Afonso IV –, onde veio a morrer em 1328 (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Os Patronos do Mosteiro de Grijó. Evolução e Estrutura da Família Nobre – Séculos XI a XIV, op. cit.*, pp. 191-195).

<sup>38</sup> Com a subida de D. Pedro ao trono de Castela, João Afonso ascende ao lugar de chanceler-mor, assumindo-se, nas palavras de José Augusto Pizarro, como o “seu verdadeiro governante [de Castela]”. No entanto, revoltou-se contra o rei, vindo a morrer, com suspeitas de envenenamento, em Setembro de 1354 (Idem, *ibidem*, p. 188).

<sup>39</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, pp. 246-247.

Afonso IV. O monarca castelhano mantinha, assim, a sua irredutibilidade e não esboçou sequer qualquer manobra no sentido de levantar o cerco<sup>40</sup>. Porém, o colapso de Lerma e dos que a defendiam estava ainda bem longe de acontecer. Segundo a “Gran Cronica de Alfonso XI”, “*la villa de Lerma estaua muy fortaleççida, ca de vna parte çercaua la mitad della el rrio de Arlança, e del outro cabo es la rribera muy en alto, e tenia buena çerca de tapia bien labrada, e de la outra parte hauia tres muros e dos cauas muy fondas*”<sup>41</sup>. Além disso, os sitiados lançavam surtidas frequentes e encontravam-se bem preparados para resistir a um cerco prolongado, com os armazéns e arsenais bem fornecidos de mantimentos, de armas e de munições, recebendo ainda o apoio constante de algumas forças que, apesar de se encontrarem com o rei, faziam entrar secretamente víveres e reforços para o interior da povoação cercada.

Afonso IV envia, então, uma derradeira embaixada a Burgos – onde o rei castelhano se encontrava apesar de manter o apertado cerco às forças de Juan Nunez – para exigir a partida dos sitiados e a entrega de D. Constança Manuel, recebendo apenas uma resposta negativa.

A recusa de Afonso XI era já esperada. De tal modo que, junto à fronteira, a hoste régia portuguesa aguardava apenas o regresso dos embaixadores para entrar em território castelhano<sup>42</sup>. Com as principais forças inimigas envolvidas no cerco a Lerma, os exércitos de Afonso IV tinham uma excelente oportunidade para avançar a seu bel-prazer em território inimigo sem encontrar qualquer resistência organizada. A guerra estava por dias.

## 2. As primeiras medidas de D. Afonso IV

Torna-se praticamente impossível datar com precisão o momento em que foi decidida a intervenção militar portuguesa contra Afonso XI. Contudo, em Fevereiro de 1336 surgem as primeiras notícias da realização de alardos<sup>43</sup> e em Março, em Lisboa, procedeu-se ao traslado de uma carta de D. Dinis sobre o armamento a apresentar pelos aquantiados<sup>44</sup>, o que parece indicar que terão começado bem mais cedo do que habi-

<sup>40</sup> Sobre a sucessão de iniciativas diplomáticas tomadas por D. Afonso IV, cf. *ibidem*, pp. 228-247.

<sup>41</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 131.

<sup>42</sup> Luis Vicente Diaz Martin, “Las fluctuaciones en las relaciones castellano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV”, *op. cit.*, pp. 1244-1246.

<sup>43</sup> É o caso do alardo levado a cabo em Penafiel, para o qual foram também convocados os moradores do couto do mosteiro de Bustelo de Sousa (*Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, Org. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, INIC, 1992, doc. 10, p. 22, de 1336, Fevereiro, 14).

<sup>44</sup> AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 13, de 1336, Março, 26.

tualmente se supõe, ou seja, em Fevereiro, numa data próxima das capitulações matrimoniais do infante D. Pedro com D. Constança Manuel. Estaria, então, o monarca consciente que o consórcio do seu filho iria provocar um confronto armado com Castela? Ou seria este casamento a forma encontrada por D. Afonso IV para despoletar um conflito que claramente pretendia? Não o sabemos. Porém, independentemente da resposta, parece certo que o rei português tinha a perfeita noção de estar a envolver-se numa contenda cuja duração não podia prever e cujas consequências eram, igualmente, uma incógnita<sup>45</sup>, mas que teriam, sem qualquer margem para dúvida, o enfrentamento militar como um dos primeiros passos.

Após reunir com o seu conselho e dele receber o apoio inequívoco relativamente ao início de um conflito armado com Castela, a primeira medida do rei terá sido o envio de cartas para os seus vassallos e para alguns concelhos, nas quais ordenava, em primeiro lugar, que reunissem os seus contingentes de modo a integrarem a hoste régia. Quanto aos vassallos régios que detinham alcaidarias na zona fronteiriça, D. Afonso IV endereçava instruções específicas para que preparassem a defesa das fortalezas que tinham à sua guarda, não só no que diz respeito à organização defensiva propriamente dita (reparação e melhoramento das estruturas fixas de defesa, implementação de sistemas de vigilância e de guarda, por exemplo), mas, também, no tocante ao aprovisionamento de munições e de víveres, de modo a que pudessem resistir a um cerco prolongado em caso de reacção castelhana<sup>46</sup>. De acordo com a “Crónica de Portugal de 1419”, o monarca instruí-a-os, também, para que efectuassem incursões em território castelhano de forma a roubar gado, arrasar colheitas, bens e estruturas de defesa. Desmoralizado e com os recursos essenciais para a organização da sua defesa e para a preparação de operações ofensivas profundamente debilitados, o inimigo seria, assim, incapaz de sustentar qualquer investida militar e não teria capacidade para retaliar contra território português<sup>47</sup>.

Tudo parece indicar que, no âmbito da preparação para a guerra que se avizinhava, o rei também nomeou fronteiros, representantes militares do monarca munidos de poderes de excepção e que assumiam funções em momentos de particular tensão político-militar<sup>48</sup>. As fontes muito pouco adiantam quanto a quem terá assumido estes cargos

---

<sup>45</sup> “e se acaecer que dure a guerra per tanto tempo que se acabem os dictos quatro anos eu devo depois correr a dicta portajem per homens qites e per scrivães jurados ou polos rendeiros que aa dicta portajem veerem e polo scrivam e quanto aa dicta portajem render mais no tenpo despos en como o tenpo (...) durar a dicta guerra” (*Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 37, p. 82, de 1336 Abril 2).

<sup>46</sup> É igualmente possível que este aprovisionamento se destinasse também aos exércitos que, tendo esses castelos como base de operações, lançariam ataques contra território castelhano, pelo que estas medidas tinham também uma importante componente ofensiva.

<sup>47</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, p. 250.

<sup>48</sup> Sobre as competências dos fronteiros e fronteiros-mores, cf. João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Notícias, 1998, p. 139 e ss.

durante a guerra de 1336-1338, sabendo-se apenas que a Gonçalo Anes de Briteiros (ou de Sousa), homem da confiança de Afonso IV, foi entregue a frontaria de Entre-Douro e Minho<sup>49</sup>.

Uma outra medida tomada de imediato foi a preparação de naus e de galés nas tercenas de Lisboa e a convocatória das respectivas tripulações e guarnições para que, assim que fosse necessário, se conseguisse, num curto espaço de tempo, levar a guerra às costas castelhanas<sup>50</sup>. Estas medidas terão passado, não só pela construção de alguns novos vasos, mas, sobretudo, pela adaptação de algumas naus e galés em navios de guerra, nomeadamente, através da colocação de protecções nos navios que salvaguardassem os tripulantes dos disparos das bestas inimigas<sup>51</sup>.

Porém, havia ainda que assegurar a fidelidade de todas as praças-fortes do reino, muito particularmente das que se encontravam junto à fronteira. Assim, logo no final da Primavera de 1336 – em data que se supõe muito próxima dos primeiros dias de Junho –, D. Afonso IV exigiu a devolução dos castelos de Sortelha, de Celorico da Beira, de Penamacor, de Castelo Mendo, de Montemor-o-Novo e de Vila Viçosa, que – tal como a vila de Elvas e as cidades da Guarda, de Évora e de Beja – se encontravam com o estatuto de reféns na sequência do tratado luso-castelhano assinado em 25 de Março de 1328, em Escalona<sup>52</sup>. O rei português, argumentando que Afonso XI havia quebrado os preitos e as posturas acordadas oito anos antes, procurava recuperar a plena posse daquelas importantes praças-fortes, situadas, quase todas, em zonas raianas e, como tal, de enorme importância estratégica. Profundamente desagradados com a quebra

---

<sup>49</sup> "Gonçalo Annes de Briteiros, fronteiro por el rei em Antre Douro e Minho, quando foi a guerra entre el rei de Portugal e el rei de Castela" (*Portugaliæ Monumenta Historica – Nova Série: Livros Velhos de Linhagens*, edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, p. 94 e José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Vol. 2, *op. cit.*, pp. 180-181).

<sup>50</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, 250. Segundo Luís Krus, Gonçalo Anes teria articulado a sua acção, enquanto fronteiro, com a actividade ofensiva do conde de Barcelos, D. Pedro, cobrindo a sua retaguarda durante a campanha que este lançou contra a Galiza, no Verão de 1336 (Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / J.N.I.C.T., 1994, p. 88, n. 131).

<sup>51</sup> Conforme acentuou Fernanda Espinosa, "a distinção entre navio de guerra e navio de comércio dependia, portanto, mais da função ocasional do que da estrutura da nave" (Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva, "Marinha de Guerra", in *Diccionario de História de Portugal*, Vol. 4, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, p. 190).

<sup>52</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. IX, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, doc. 4577, pp. 636-657, de 1328 Março 25. Relativamente à entrega destes castelos como reféns, cf. *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. IX, *op. cit.*, p. 650, de 1328, Março, 25. Assinale-se que cada monarca indicou o nome de 40 fidalgos para que o seu homólogo escolhesse seis, a quem seriam entregues as alcaidarias desses castelos, pelo que os nomes de Martim Lourenço da Cunha, de Fernando Afonso de Cambra, de Rui Vasques Ribeiro, de frei Estêvão Gonçalves e de Gonçalo Carvalhais deveriam constar dessa lista. Contudo, só Martim Lourenço da Cunha estaria incluído no rol de 40 fidalgos apresentado pelo rei português. Sobre este tratado, cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, "Relações político-nobiliárquicas entre Portugal e Castela: o tratado de Escalona (1328) ou dos 80 fidalgos", in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: As Relações de Fronteira no Século de Alcanices*, Vol. 2, *op. cit.*, pp. 1255-1277.

unilateral de um compromisso ao qual estavam intimamente vinculados, os alcaides Martim Lourenço da Cunha, Fernando Afonso de Cambra, Rui Vasques Ribeiro, frei Estêvão Gonçalves (mestre da Ordem de Cristo) e Gonçalo Carvalhais<sup>53</sup> denunciam de imediato, entre meados e finais de Julho de 1336, a atitude de Afonso IV e relatam-na a Afonso XI que, na altura se encontrava no arraial sobre Lerma, pedindo-lhe instruções sobre a forma como deveriam proceder perante essa situação, ao que o monarca castelhano lhes terá ordenado que mantivessem a menagem que lhe haviam feito<sup>54</sup>. Descobrimos quais os passos seguintes e que levaram ao incumprimento das instruções do monarca castelhano, do mesmo modo que não sabemos até quando terão permanecido à frente dessas alcaidarias<sup>55</sup>. Contudo, parece-nos que D. Afonso IV não terá demorado muito tempo a libertá-los desse vínculo, já que, em 1337, encontramos Rui Vasques Ribeiro – que no ano anterior detinha a alcaidaria de Penamacor – na qualidade de alcaide de Montemor-o-Velho<sup>56</sup>, embora não deva ser excluída a possibilidade de ter acumulado ambas as alcaidarias.

De acordo com a “Crónica de Portugal de 1419”, Afonso IV terá igualmente exigido a devolução das fortalezas castelhanas que lhe tinham sido entregues como reféns ao abrigo do mesmo acordo firmado em Escalona<sup>57</sup>. Tratava-se das cidades de Salamanca, de Ciudad Rodrigo, de Toro e de Badajoz, além dos castelos de Zamora, de Niebla, de Xerez de Badajoz, de Alconchel, de Benavente e de Alba de Tormes<sup>58</sup>. Naturalmente que a resposta dos alcaides destas praças – a ter existido alguma – terá sido negativa.

Contudo, estes pequenos reveses – a todos os títulos previsíveis – não retardavam os preparativos militares portugueses nem as acções que visavam angariar novos apoios para a luta. Afonso IV terá mesmo enviado cartas a algumas localidades castelhanas – provavelmente àquelas onde existia um maior sentimento de oposição a Afonso XI – nas quais instigava a uma atitude de revolta contra o rei de Castela<sup>59</sup>.

Por outro lado – embora não se conheçam os moldes do apoio solicitado –, o rei português procurou igualmente uma aliança com o sultão benimerine de Fez, de modo a

<sup>53</sup> Respectivamente, alcaides de Sortelha, de Celorico, de Penamacor, de Castelo Mendo e de Montemor-o-Novo.

<sup>54</sup> Visconde de Santarém, *Corpo Diplomático Português*, Tomo Primeiro, Paris, J. P. Aillaud, 1846, p. 221 e ss, de 1338, Junho, 11. Não nos parece que a atitude destes alcaides tenha na sua origem qualquer sentimento de oposição à guerra ou a Afonso IV.

<sup>55</sup> Registe-se que na “Segunda Partida”, Afonso X afirma que, numa situação como esta, o alcaide “*deve lo dar [o castelo] a su señor natural, maguer el pleyto, o la postura diga de otra guisa. Pero esto non deve fazer, si non quando el señor cuyo natural fuere, gelo pidiesse muy afincadamente*” (Afonso X, *Las Siete Partidas*, Vol. I, Segunda Partida, Título XVIII, Lei XXIV, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 1985, pp. 62-62v).

<sup>56</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, *Forais de Montemor-o-Velho*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2002, p. 24.

<sup>57</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, op. cit., p. 246.

<sup>58</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. IX, op. cit., doc. 4577, pp. 653, de 1328, Março, 25.

<sup>59</sup> Visconde de Santarém, op. cit., p. 246, de 1338, Junho, 11.

que, iniciado o conflito, pudesse ser aberta uma segunda frente de combate que exigisse a divisão das forças de Afonso XI. Contudo estas diligências não tiveram qualquer sucesso, pelo que obteve apenas a resposta negativa de Abu-I-Hassan – o mesmo que viria a ser derrotado, em 1340, na batalha do Salado –, que não pretendia romper as tréguas que mantinha com o rei de Castela<sup>60</sup>.

Naturalmente que a guerra que se avizinhava não era bem vista por todos os sectores da sociedade portuguesa. Parece lógico que os mais desfavorecidos – aqueles que, de uma forma ou de outra, mais sentiam as consequências negativas da guerra – nutrissem um profundo desagrado face a um embate mais que provável. Porém, não o manifestavam. Outros, em posição mais privilegiada para o poderem fazer, demonstravam abertamente o seu descontentamento e faziam-no mesmo perante o rei. De entre estes destacava-se, pelo lugar que ocupava, o bispo de Silves, frei Álvaro Pais<sup>61</sup>. Este prelado, numa vigorosa carta enviada a Afonso IV, acusava: “*com todas as forças da minha alma desaconselho-vos a guerra, porque é madrastra da paz, rival do Evangelho, inimiga da caridade, progénie de Satanás, cisão da pátria e extermínio do género humano, geratriz de cataclismo (...) E da parte do nosso pacífico [Senhor Jesus] Cristo vo-la proíbo a vós rei católico. A vossa luta não procede de motivo justo. O orgulho está em causa. O próprio sentir é movimento indigno do coração. A cobiça de vanglória é afago de aduladores e cabecilha dos que engordam*”<sup>62</sup>. De nada terá servido<sup>63</sup>.

Para o financiamento da guerra – pagamento de quantias e de soldadas, aquisição de armamento, de munições, de montadas, de mantimentos e ainda para a realização de algumas obras em castelos e cercas –, o rei ter-se-á socorrido dos expedientes habituais e que passavam, sobretudo, pelo agravamento da carga fiscal sobre as populações<sup>64</sup>. A documentação, escassa para o período, também não é pródiga em referências a impostos extraordinários, contudo, é conhecido o lançamento de um serviço que

---

<sup>60</sup> Manuel Garcia Fernandez, “Las relaciones internacionales de Alfonso IV de Portugal y de Alfonso XI de Castilla en Andalucía”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. I, Porto, INIC, 1987, p. 208. Jose Sanchez-Arcilla Bernal sugere que o pedido apoio ao benimerine terá sido formulado apenas em 1337 (Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit.*, p. 199).

<sup>61</sup> É possível que o facto de ser natural da Galiza tenha contribuído para que tivesse tomado uma posição de clara oposição contra esta política belicista de Afonso IV que, considerava, devia ser norteada para o combate aos muçulmanos e não contra Castela.

<sup>62</sup> Luísa Marinho Antunes, “Álvaro Pais: Speculum Regum (Espelho dos Reis) e Cartas”, in *A Guerra até 1450*, Coord. de Teresa Amado, Lisboa, Quimera, 1994, p. 181.

<sup>63</sup> Igualmente crítico relativamente ao envolvimento no conflito terá sido – embora *a posteriori* e imbuído de outras motivações – o bispo do Porto, D. Pedro Afonso Pereira, ao afirmar que: “*os messegeyros d’el rey [D. Afonso IV] o prenderom se nom fugira [para a Galiza] porque dissera que fezera maa guerra contra el rey de Castella*” (IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso IV, Livro 1 (Contenda com o bispo do Porto), fl. 12).

<sup>64</sup> Sobre o financiamento da guerra, embora para um período posterior, cf. Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 97-100.

terá incidido, pelo menos, em algumas localidades do reino<sup>65</sup>. É igualmente possível que a desvalorização da moeda levada a cabo durante este reinado – mas cuja data precisa se desconhece<sup>66</sup> – tenha sido uma das formas encontradas para fazer frente às inúmeras e avultadas despesas com a preparação da guerra. Conhece-se ainda a exigência ao clero do pagamento de contribuições especiais destinadas a cobrir parte das despesas que um empreendimento com estas características comportava. A este propósito, e em carta enviada a D. Afonso IV em Junho de 1336, o bispo de Silves, frei Álvaro Pais – mais uma vez ele! –, queixava-se da seguinte forma: “*Ordenastes que pelo nosso bispado contra a minha igreja e clero se fizessem e exigissem novos impostos e colheitas, além de contribuições extraordinárias, obrigando a Igreja a pagar-vos o tributo. Não é este modo de vencer na guerra em que vos encontrais envolvido*”<sup>67</sup>.

Financiado o projecto, definidos os aliados, preparada a defesa, atribuídas missões e enviadas as convocatórias para a reunião da hoste régia, os exércitos estavam prontos para marchar em direcção aos locais de concentração e, daí, para a fronteira castelhana.

Sob o comando pessoal de Afonso IV, o corpo principal do exército português ter-se-á reunido – visto o seu primeiro objectivo ser a cidade de Badajoz – numa zona entre Elvas e Portalegre. Aí, o rei aguardou o regresso da embaixada enviada a Burgos e que, era certo, trazia consigo a resposta negativa de Afonso XI às exigências portuguesas do levantamento do cerco de Lerma e da passagem de D. Constança para Portugal, o “*casus belli*” da invasão.

A hoste avança, então, sobre Castela, atravessando o Caia e tendo como primeiro destino Badajoz, cidade que o monarca sitiou, acima de tudo, com o objectivo de forçar Afonso XI a levantar o cerco à cidade de Lerma<sup>68</sup> e não, como dá a entender a “Crónica de Portugal de 1419”, para provocar um enfrentamento campal com o seu genro. Se o pretendesse fazer, Afonso IV teria seguramente avançado por Leão até Lerma, onde até seria mais fácil, numa acção conjugada com as forças de Juan Nunez de Lara, atacar a hoste régia castelhana. Neste sentido, a escolha de Badajoz como primeiro alvo da campanha parece-nos óbvia: as várias centenas de quilómetros que separavam esta cidade de Lerma – onde se encontrava o grosso das forças castelhanas – dariam tempo suficiente a Afonso IV para, sem grandes pressas, regressar a território português, assim que Afonso XI decidisse progredir para sul com o objectivo de socorrer a cidade cercada. Além disso, a proximidade da fronteira, permitia uma fuga rápida e segura em caso de

<sup>65</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 171, p. 275, de 1339, Julho, 22.

<sup>66</sup> A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 210.

<sup>67</sup> Luisa Marinho Antunes, *op. cit.*, pp. 182-184.

<sup>68</sup> Luis Vicente Diaz Martin, “Las fluctuaciones en las relaciones castellano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV”, *op. cit.*, p. 1246.

necessidade. No entanto, a escolha deste objectivo pode também ter sido norteada pelo simbolismo de se tratar de uma das praças-fortes que o rei castelhano tinha dado como refém ao abrigo do Tratado de Escalona e cujo alcaide se havia recusado a entregá-la a Afonso IV quando para isso foi solicitado. Por conseguinte, a expedição pode, também, ter assumido um certo carácter punitivo, embora este estivesse longe de ser o principal móbil do rei português.

A reacção portuguesa era, no entanto, já esperada em Castela, sobretudo nos círculos mais próximos do monarca. Poucas semanas antes do início da ofensiva, Afonso XI havia recebido uma missiva do rei português na qual este afirmava, comparando o castelhano a um necrófago, saber bem quais eram os objectivos que tinham levado ao sequestro de D. Constança Manuel e ao cerco de Lerma: “*porque sey e entendo onde o corbo teyn o vico*”<sup>69</sup>. Na carta, Afonso IV declarava ainda que, com aquelas acções, o rei de Castela estava a conduzir ambos os reinos para uma guerra inevitável, tal como “*amosca quando busca o rido da arayna*”<sup>70</sup>. Era uma autêntica declaração de guerra, na qual prometia vingar-se da atitude do monarca castelhano para com D. Constança Manuel, sua nora e que concluía de forma eloquente: “*os portugueses nunca deyxaron de usar tres cosas de lutar e pelejar com castelaos e demandar com voa vountade as molleres*”<sup>71</sup>. Não restavam, portanto, quaisquer dúvidas sobre quais seriam os próximos passos de Afonso IV.

As fontes narrativas nada adiantam quanto ao período em que decorreu a campanha de 1336, embora seja certo que terá tido lugar na Primavera-Verão, altura em que, por norma, se processavam as principais actividades bélicas<sup>72</sup>. Contudo, parece claro, pelo testemunho das fontes narrativas, que quando teve início o cerco a Badajoz, Lerma já se encontraria cercada. Ou seja, a campanha foi iniciada, seguramente, após o dia 14 de Junho<sup>73</sup>, muito provavelmente nos finais desse mês ou nos inícios do seguinte. Porém, a presença de Afonso IV nas proximidades da fronteira devia remontar aos princípios de Junho, como se infere de uma carta régia elaborada no dia 4, em Montargil, junto a Ponte

<sup>69</sup> *Colección Diplomática Medieval de La Orden de Alcántara (1157?-1494)*, op. cit., doc. 550, p. 394, [de 1336, Junho].

<sup>70</sup> *Ibidem*, doc. 550, p. 394, [de 1336, Junho].

<sup>71</sup> *Ibidem*, doc. 550, p. 394, [de 1336, Junho]. A este documento, apesar de não apresentar qualquer datação, foi-lhe atribuída, pelo director da obra, a data de 1336-1337. Uma outra versão da mesma missiva, transcrita na “Crónica de 1419”, regista ter sido elaborada em Viseu, no dia 27 de Julho (*Crónica de Portugal de 1419*, op. cit., pp. 240-242). Contudo, o levantamento que efectuámos dos itinerários de D. Afonso IV – baseado apenas nos livros de chancelaria do monarca português e em alguma documentação avulsa – não assinala nunca a presença do rei em Viseu, em 1336. Além do mais, a data de 27 de Julho parece-nos um pouco tardia, pelo que a carta deverá ter sido elaborada em meados de Junho.

<sup>72</sup> O facto de as campanhas terem lugar nos meses de Primavera e de Verão tem que ver, sobretudo, com os problemas de abastecimento das hostes – em particular das montadas – e com o mau estado em que as estradas e os caminhos se encontravam durante o Outono e o Inverno (João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, op. cit., p. 208).

<sup>73</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, op. cit., p. 190.

de Sor<sup>74</sup>, o que pode ser um indicador da zona e da altura onde a hoste régia se terá reunido antes de avançar em direcção a território castelhano.

Estas movimentações de forças não passavam despercebidas a Afonso XI que, ao tomar conhecimento do avanço da hoste portuguesa, ou, mais provavelmente, da concentração de tropas nas proximidades da fronteira, terá compreendido que o objectivo militar português seria a cidade de Badajoz. Rapidamente enviou Pero Fernandez de Castro em direcção a essa cidade, à frente de cerca de 800 lanças, que haviam sido anteriormente recrutadas na Galiza e em Leão<sup>75</sup> com o objectivo inicial de integrar a hoste envolvida no cerco à cidade de Lerma. Esta força tinha como nova missão impedir o avanço português e evitar o ataque a Badajoz<sup>76</sup>. O rei despachou ainda ordens para diversos ricos-homens da fronteira – Juan Alfonso de Guzmán, D. Pero Ponce, senhor de Marchena, D. Alvar Perez de Guzmán e D. Enrique Enriquez –, para o mestre de Alcantara e para as milícias dos concelhos de Sevilha, de Córdoba, de Cáceres, de Trujillo, de Plasencia e de Coria, no sentido de se juntarem ao exército comandado por Pero Fernandez de Castro<sup>77</sup>. Porém, esta força terá chegado tarde demais a Badajoz, segundo alguns, devido à forma desordenada como era dirigida<sup>78</sup>. Contudo, outros aventam uma explicação que radica nos sentimentos de amizade e de gratidão que Pero Fernandez de Castro nutria relativamente a D. Afonso IV, em cuja corte havia sido educado. Assim, de modo a não dar combate aos sitiados, terá, propositadamente, retardado a sua marcha, chegando mesmo a pilhar algumas povoações por onde passou com as suas forças<sup>79</sup>. Não havia, assim, forma de Afonso XI evitar o inevitável: os exércitos de D. Afonso IV estavam às portas de Badajoz.

### 3. A hoste régia portuguesa

Desconhecemos em detalhe a composição da hoste régia portuguesa presente na campanha de 1336, embora nos pareça que seria composta, como era corrente, por

<sup>74</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 40, p. 87, de 1336, Junho, 4.

<sup>75</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 149.

<sup>76</sup> *Colección Diplomática Medieval de La Orden de Alcántara (1157?-1494)*, *op. cit.*, doc. 549, p. 393, de 1336. Sobre esta questão, veja-se também Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, "Castilla y Portugal: las dos fidelidades de D. Pedro Fernandez de Castro", *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. I, *op. cit.*, p. 227 e ss.

<sup>77</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit.*, p. 192.

<sup>78</sup> Luis Vicente Diaz Martin, "Las fluctuaciones en las relaciones castellano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV", *op. cit.*, pp. 1246, certamente baseado nas informações veiculadas pela *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 152.

<sup>79</sup> "desdeque partió del real [em Lerma] (...) fizo muchos daños por los lugares que pasó, et detuovose tanto en el camino que non llegó a cumplir lo que el Rey le avía mandado" (Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, "Castilla y Portugal: las dos fidelidades de D. Pedro Fernandez de Castro", *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. I, *op. cit.*, pp. 227-228).

lanças da nobreza, por milícias dos concelhos e por forças das ordens militares<sup>80</sup>. No entanto, parece-nos claro que não se tratou de um recrutamento geral – cada vez mais orientado para a defesa<sup>81</sup> –, mas sim de um chamamento direccionado para um conjunto específico de nobres – os vassallos régios –, com as respectivas mesnadas, de algumas forças concelhias e de um determinado número de contingentes fornecidos pelas ordens militares e que incluíam não só freires cavaleiros, como as milícias das localidades que se encontravam sob a jurisdição dessas mesmas ordens.

As fontes disponíveis nada adiantam quanto aos nobres que integravam a hoste<sup>82</sup>, embora seja de presumir que – dada a importância de que se revestia a campanha e de o comando efectivo recair na pessoa do rei – seriam em número considerável e, como já o referimos, com uma forte componente de vassallos régios<sup>83</sup>.

Quanto às forças concelhias, a documentação dá-nos conta, por exemplo, da integração de contingentes provenientes de diversas localidades ribatejanas, nomeadamente de Santarém<sup>84</sup>, de Tomar<sup>85</sup>, de Rio Maior, de Santarém<sup>86</sup> e do seu termo, como é o caso das povoações de Salvaterra de Magos<sup>87</sup>, de Muje<sup>88</sup> e do reguengo de Foral dos Barros<sup>89</sup>.

É igualmente possível que as milícias de Lisboa tivessem também integrado a hoste régia convocada para a campanha de 1336. Esse contingente seria composto, supomos, por cerca de 200 besteiros do conto<sup>90</sup> e terá, também, tido o concurso de cavaleiros aquantados e de alguns peões, embora em número que desconhecemos. Somos levados a acreditar na presença de troços de cavalaria e de peonagem oriundos da capital pelo facto de, em Março de 1336, se ter procedido, nesta cidade, ao traslado em

<sup>80</sup> João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, op. cit., pp. 27-28.

<sup>81</sup> Francisco García Fitz, *Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea*, Madrid, Arcos/Libros, 1998, p. 15.

<sup>82</sup> É conhecida apenas a presença de Pedro Afonso, de Rodrigo Afonso e de Gonçalo Mendes de Sousa, bem como de Afonso Vasques Pimentel.

<sup>83</sup> A "Crónica de Portugal de 1419", refere precisamente o envio de cartas convocatórias para os vassallos régios (*Crónica de Portugal de 1419*, op. cit., p. 250), o que reforça a nossa convicção que a hoste portuguesa seria, no que diz respeito à nobreza, composta maioritariamente por vassallos régios.

<sup>84</sup> O documento encontra-se integrado junto de outros elaborados nesse mesmo ano, pelo que é muito natural que remonte a 1336, presunção que é reforçada pelo assunto que aborda, isto é, o recrutamento para a hoste régia de clérigos casados (*Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, op. cit., doc. 52, p. 109, de [1336], ..., 26).

<sup>85</sup> IAN/TT, Ordem de Cristo, Antiga Coleção Especial, Doc. Particulares, M 2, doc. 2, de 1336 Novembro 29.

<sup>86</sup> IAN/TT, Ordem de Avis, Maço 4, doc. 412, de 1336, Novembro, 7.

<sup>87</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, op. cit., doc. 63, p. 121, de 1337, Março, 29.

<sup>88</sup> *Ibidem*, doc. 64, pp. 121-122, de 1337, Março, 29.

<sup>89</sup> *Ibidem*, doc. 66, p. 123, de 1337, Abril, 12.

<sup>90</sup> Lisboa apresentava, desde o reinado de D. Afonso IV, um conto de 300 besteiros. Ora como nem todos eram convocados para as campanhas (Miguel Gomes Martins, op. cit., pp. 36-37), admitimos que a participação da cidade nesta campanha terá contado com cerca de 200 besteiros do conto. A primeira referência à existência de besteiros do conto em Lisboa remonta a Dezembro de 1325, altura em que o rei concede a essa milícia os mesmos privilégios de que gozava a sua congénere de Riba Tejo (AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 99, de 1325, Dezembro, 10, em traslado de 1340, Abril, 7).

pública-forma de uma carta de D. Dinis, datada do dia 4 de Março de 1317, através da qual eram definidas as peças de armamento a atribuir a cada indivíduo de acordo com a sua quantia, bem como quais os que, por terem quantia suficiente, deveriam apresentar cavalo<sup>91</sup>.

De acordo com o diploma dionisino – cuja aplicação a outras localidades do reino seria da maior importância averiguar –, os homens cuja quantia fosse correspondente a 1 000 libras deveriam ter cavalos, cambais grossos ou perpontes, capelinas ou capelos de ferro, escudos e lanças; os que tinham quantia de 2 000 libras estavam obrigados, além do cavalo, à posse de cambais, lorigas, capelinas ou capelos de ferro, escudos e lanças; os cavaleiros de quantia equivalente a 5 000 libras deveriam possuir, além do armamento atribuído aos aquantados de 2 000 libras, uma loriga para a sua montada. Quanto à peonagem, o rei estipulava que os peões de 100 libras de quantia deviam ter espaldeiras e gorjais, escudo e lança<sup>92</sup>. Aqueles que não atingissem esse montante deveriam apenas possuir lança, dardo e besta. Segundo esta carta, o monarca concedia o prazo de um mês para a aquisição de cambais e de perpontes. Quanto às lorigas de corpo concedia um prazo de seis meses para que fossem adquiridas, enquanto que para as lorigas de cavalo, o prazo estendia-se até um ano, muito provavelmente por serem peças extremamente dispendiosas e nem sempre fáceis de encontrar no mercado. O rei determinava, por fim, que lhe fosse enviada uma relação dos indivíduos apurados para cada um dos grupos<sup>93</sup>, certamente que para ter uma melhor noção das forças de que poderia dispor em caso de convocatória da hoste régia. Terá sido justamente com um contingente com estas características, porém, de dimensões impossíveis de avaliar, que o concelho de Lisboa se apresentou na campanha de 1336.

Passando a hoste portuguesa através do norte alentejano, é também natural que D. Afonso IV se tivesse socorrido das milícias concelhias daí oriundas e nas quais os besteiros do conto teriam uma forte presença, reflexo do desenvolvimento que esta instituição tivera na comarca do Alentejo, praticamente, durante todo o reinado de D. Dinis<sup>94</sup>. Contudo, é provável que alguns dos besteiros presentes na hoste régia fossem prove-

<sup>91</sup> AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 13, de 1336, Março, 26.

<sup>92</sup> Para uma melhor compreensão das armas mencionadas, cf. João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Glossário de Armas, pp. 531-547.

<sup>93</sup> AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 13, de 1336, Março, 26.

<sup>94</sup> Até 1336 temos registo da existência de besteiros do conto em Serpa, em 1299; em Alcáçovas, em 1320; em Alcácer do Sal, em 1320; em Palmela, em 1321 (AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 99, de 1340, Abril, 7); em Almodôvar, em 1322 (IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 144v de 1322, Julho, 23); em Sesimbra, em 1322 (IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 143v, de 1322, Agosto, 23); em Monsaraz; em Monforte; em Veiros; em Avis; em Vide; em Montemor-o-Novo; no Vimeeiro; em Palmela e em Setúbal (IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 4, fl. 13, s.d.). As exceções a este predomínio do sul eram Guimarães, onde as primeiras referências remontam a 1322 (IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 142v, de 1322, Junho, 12), Riba Tejo, em 1323, e em Lisboa, em 1325 (AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 99, de 1340, Abril, 7).

nientes de unidades de recrutamento de outras regiões do reino – referimos já o caso de Lisboa –, pois é sabido que D. Afonso IV estava, desde 1331, a reestruturar – a nível nacional – a organização desta milícia e a corrigir alguns erros que haviam sido cometidos no processo de recrutamento dos besteiros<sup>95</sup>.

Mas a hoste régia não integrava apenas contingentes concelhios ribatejanos, lisboetas e alentejanos, sendo igualmente possível a presença de algumas milícias provenientes do norte e centro do país, como se infere pela notícia da realização de um alardo, na cidade de Viseu, no dia 24 de Junho de 1336, e que terá servido para verificar o estado do armamento e das montadas dos cavaleiros – o documento é claro a esse respeito –, embora não seja de descuidar a hipótese de nele também se ter procedido à inspecção das armas dos peões<sup>96</sup>. Do mesmo modo e pelos mesmos motivos, parece-nos altamente provável a integração na hoste régia de forças oriundas de Penafiel e do seu termo, inspeccionadas no alardo decorrido em Fevereiro de 1336<sup>97</sup>.

Quanto ao contributo das ordens militares, a situação é ainda mais difícil de avaliar, conhecendo-se apenas, com segurança, a presença de forças da Ordem Cristo, bem como dos contingentes concelhios recrutados nas áreas da sua jurisdição. Um documento datado de Novembro desse ano dá conta, de um alardo levado a cabo em Nisa, em data anterior, no qual terão estado presentes contingentes concelhios de diversas localidades que se encontravam sob a alçada da ordem, nomeadamente da vila de Tomar, comandados pessoalmente pelo mestre D. Estêvão Gonçalves. Seriam constituídos, além dos freires da ordem, por cavaleiros aquantiados, por peões e por besteiros<sup>98</sup>.

Antes de integrarem a hoste régia, as forças da Ordem de Cristo terão sido reuni-

---

<sup>95</sup> Os capitulos gerais das cortes de Santarém de 1331 dão-nos conta da tentativa por parte de alguns anadéis de apresentar mais besteiros do que os que se encontravam estipulados nos contos. Além disso, escolhiam para a milícia indivíduos “*que nom sabem hij nada*”. Perante esta situação, o rei compromete-se a saber quais “*son pera maijs servir, e destes tomara tantos segundo os que ouuer en cada hũu loguar quantos conprir ao seu seruiço*” (*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa, INIC, 1982, Capítulos Gerais das Cortes de Santarém de 1331, p. 39).

<sup>96</sup> IAN/TT, Cabido da Sé de Viseu, Doc. Particulares, M 10, doc. 10, de 1336, Dezembro, 25.

<sup>97</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, p. 22, de 1336, Fevereiro, 14.

<sup>98</sup> O documento dá conta de diversos aquantiados cujas armas e montadas foram recusadas no alardo efectuado em Nisa, devido à má qualidade que apresentavam e a quem foi ordenado que procedessem de imediato à sua substituição (IAN/TT, Ordem de Cristo, Antiga Colecção Especial, Documentos Particulares, M 2, doc. 20, de 1336, Novembro, 29). Está ainda por estudar a forma como se articulavam, nas forças das ordens militares, os contingentes concelhios que estas ordens recrutavam nas localidades da sua jurisdição, embora nos pareça que essa relação nem sempre terá sido pacífica. A atestar estas dificuldades de relacionamento, veja-se as queixas do concelho de Tomar, em 1335, agravando-se do mestre da Ordem de Cristo que, segundo os procuradores concelhios, convocava indevidamente as milícias daquela vila para integração nos contingentes da ordem, contrariando o que até aí tinha sido prática (IAN/TT, Ordem de Cristo, Chancelaria, Livro 234, Segunda Parte, fl. 133-134, de 1335 Março, 20). Situação semelhante foi apresentada pelos procuradores do concelho de Longroiva relativamente à mesma ordem militar (IAN/TT, Ordem de Cristo, Antiga Colecção Especial, Documentos Régios, M 1 (único), doc. 15, de 1335, Março, 8).

das em Nisa – relembre-se que viriam de diferentes locais –, tendo aí sido sujeitas a uma última inspecção onde foi verificado o estado das suas armas e montadas. Daí marcharam, então, em direcção ao local onde os exércitos do rei estavam acampados a aguardado o momento indicado para entrar em território castelhano. Este tipo de procedimento, em que os combatentes eram sujeitos a um último alardo imediatamente antes de integrarem a hoste régia, poderá, também, ser aplicável a outras forças, embora não subsista mais nenhum registo documental que ateste a generalização desta prática.

Porém, a Ordem de Cristo pode não ter sido a única a colaborar nas operações militares conduzidas por Afonso IV no Verão de 1336, sendo igualmente provável a presença de forças da Ordem de Avis nessa mesma campanha. Trata-se de uma hipótese sustentada apenas por uma determinação do mestre, datada de Julho do ano seguinte, na qual ordenava aos moradores de Cabeço de Vide que substituíssem de imediato os cavalos que haviam perdido na guerra<sup>99</sup>, referindo-se, muito naturalmente, à campanha de 1336.

Quanto à presença das ordens de Santiago e do Hospital, as fontes nada referem, desconhecendo-se, portanto, o motivo da sua ausência. Assim, encontrarmos apenas referências à participação de ordens militares portuguesas (Cristo e Avis). Aliás, do lado castelhano a situação terá assumido contornos muito semelhantes, sendo que a única ordem militar cujo envolvimento na guerra de 1336-1338 é conhecida é a Ordem de Alcântara, precisamente uma ordem castelhana<sup>100</sup>.

#### **4. Do cerco de Badajoz ao final da campanha portuguesa de 1336**

Relativamente ao cerco português a Badajoz, as fontes de que dispomos pouco adiantam. Contudo, é possível perceber, ainda que em traços gerais, a forma como decorreu o episódio que marcou o início da guerra de 1336-1338.

Assim, podemos afirmar que, à imagem da forma como se processava a maior parte dos cercos, também esta operação se caracterizou por uma relativa passividade, tanto da parte dos sitiados como dos sitiantes. Uns, numa posição vantajosa, ao abrigo das muralhas, aguardavam pacientemente o levantamento do cerco, enquanto que os outros, sem querer arriscar um assalto directo contra a praça – no qual sofreriam, segu-

<sup>99</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 105, pp. 199-200, de 1337, Julho, 21.

<sup>100</sup> Relembre-se que, apesar da Ordem de Santiago ter participado na operação de “sequestro” de D. Constança Manuel, este não foi propriamente um episódio da guerra luso-castelhana, mas dos acontecimentos que precipitaram o conflito. Haveria porventura algum tipo de acordo – tácito, ou não – entre os ramos português e castelhano das ordens de Santiago e do Hospital no sentido de evitarem envolver-se em confrontos directos e de carácter quase fratricida? Dificilmente o saberemos.

ramente, pesadas baixas –, aguardavam que o espectro da fome e da sede levasse à rendição da cidade. Entretanto, enquanto tal não acontecia, a hoste de Afonso IV limitava-se a destruir tudo o que estivesse ao seu alcance, provavelmente, para provocar os habitantes de Badajoz e todos quantos, seguindo o “reflexo obsidional” de que nos dá conta Claude Gaier<sup>101</sup>, haviam procurado a segurança das muralhas da cidade. Talvez assim os conseguissem forçar a levar a cabo uma surtida que procurariam aproveitar para tentar penetrar na praça-forte.

Mas rei português não tinha pressa. O principal adversário encontrava-se, com o grosso das suas forças, a largas centenas de quilómetros de distância e todos os reforços que, desde Lerma, pudessem ser enviados em auxílio de Badajoz – nomeadamente as forças capitaneadas por Pero Fernandez de Castro – tinham ainda um longo trajecto a percorrer. Mesmo a Ordem de Alcântara, talvez a que estaria em melhores condições para, num mais curto espaço de tempo, reunir uma força na região e que, tudo indica, terá recebido ordens do rei castelhano para acudir com os seus cavaleiros e vassalos em auxílio dos sitiados, nada terá feito no sentido de cumprir as instruções de Afonso XI<sup>102</sup>.

Porém, nem tudo eram boas notícias para Afonso IV. Enrique Enríquez, apesar de não ter ainda recebido qualquer ordem expressa nesse sentido<sup>103</sup>, assim que teve conhecimento da presença portuguesa junto das muralhas de Badajoz decide, com uma força recrutada no bispado de Jaen, avançar até Villa Nueva de Barcarrota – povoação situada a escassos quilómetros da cidade cercada –, onde faz a sua entrada cerca de uma semana depois de ter sido iniciado o bloqueio a Badajoz<sup>104</sup>. Dali lançam frequentes cavalgadas contra o arraial português e, em retaliação, chegam mesmo a atacar algumas povoações da raia alentejana. Decidido a acabar de vez com esta ameaça constante, D. Afonso IV envia ao seu encontro uma coluna capitaneada por seu primo Pedro Afonso de Sousa, rico-homem neto de D. Afonso III<sup>105</sup>, e que contava ainda com a presença de seu irmão Rodrigo Afonso de Sousa<sup>106</sup> e de Gonçalo Mendes de Sousa<sup>107</sup>. De acordo com a “Gran Cronica de Alfonso XI”, tinham como missão tomar Villa Nueva de Barcarrota,

<sup>101</sup> “ante la llegada de una fuerza invasora o agresora, una tendencia natural, un reflejo instintivo empujaba a las poblaciones a refugiarse en las fortalezas, abandonando temporalmente a su suerte todo lo que se encontrase en el exterior de las murallas” (Claude Gaier, cit. por Francisco García Fitz, *op. cit.*, p. 53).

<sup>102</sup> *Colección Diplomática Medieval de La Orden de Alcántara (1157?-1494)*, *op. cit.*, doc. 546, p. 392 [de 1336]. A este documento, apesar de não apresentar qualquer datação, foi-lhe atribuída, erradamente pelo director da obra, a data de 1335.

<sup>103</sup> Recorde-se que este foi um dos fidalgos a quem Afonso XI enviou ordens para acudir aos sitiados de Badajoz, mas que, à altura, não tinham ainda sido recebidas.

<sup>104</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 153.

<sup>105</sup> Sobre Pedro Afonso de Sousa, cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 180.

<sup>106</sup> Idem, *ibidem*, pp. 181-182.

<sup>107</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 155. Sobre Gonçalo Mendes, cf. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 185.

capturar os defensores da vila e, tanto quanto possível, incendiar e arrasar o lugar. Segundo a mesma fonte, o contingente era composto por 600 cavaleiros e 9000 peões<sup>108</sup> – um número que nos parece claramente inflacionado<sup>109</sup> –, entre os quais se encontravam vários membros das milícias concelhias convocadas para a campanha e que, conforme fizemos já referência, tinham um peso importante na hoste de Afonso IV. A coluna fazia-se ainda acompanhar por diversos animais de carga destinados a transportar o espólio resultante da pilhagem da vila. À partida, a missão apresentava-se fácil, pois a povoação não tinha quaisquer muralhas que a protegessem<sup>110</sup>.

Nas proximidades de Villa Nueva, a coluna comandada por Pedro Afonso de Sousa, é surpreendida pelos contingentes de Enrique Enriquez que, entretanto haviam saído da povoação e lhe barravam o caminho impedindo-a de progredir. Sem querer arriscar um confronto directo, Pedro Afonso decide posicionar as suas forças num outeiro sobranceiro à vila. Apesar de se encontrarem – segundo a “Gran Cronica” – em superioridade numérica, os portugueses não tomam qualquer outra iniciativa ofensiva, limitando-se a uma incompreensível passividade interrompida apenas por alguns ataques exploratórios destinados a avaliar o adversário e a sua capacidade de resposta. Desconhecemos os motivos que levaram o comandante do contingente a agir desta forma. Aguardaria a chegada de reforços? Ou, por outro lado, esperava que fossem os castelhanos a tomar a iniciativa de atacar, daí a opção por se posicionar um terreno elevado e que lhe era claramente favorável? Qualquer que seja a explicação, uma coisa é certa: o tempo começava a correr contra os objectivos que lhe tinham sido atribuídos.

Por essa altura, chegam às cercanias de Villa Nueva as milícias do concelho de Sevilha, capitaneadas pelo alcaide-mor da cidade, Juan Alfonso de Guzmán<sup>111</sup>, e por Pero Ponce de Leon, senhor de Marchena, que, em cumprimento das ordens de Afonso XI, se dirigiam para Badajoz com o objectivo de forçar Afonso IV a levantar o cerco. Avisados da presença de forças portuguesas junto da vila, decidem avançar ao seu encontro com o objectivo de as defrontar em campo aberto. Ao aperceber-se da progressão do contingente inimigo, Pedro Afonso de Sousa, talvez por se aperceber da inferioridade numérica das forças que comandava, ordena imediatamente a retirada.

As movimentações portuguesas não passam despercebidas a Enrique Enriquez que mantinha os seus homens numa zona entre a elevação onde se encontrava o arraial português e Villa Nueva de Barcarrota. Sagazmente, aproveita esse momento de desor-

<sup>108</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 153.

<sup>109</sup> Sem quaisquer outras referências, não é possível avançar com um número alternativo. Contudo, não nos parece provável que os cavaleiros excedessem as 300-400 lanças e que a peonagem ultrapassasse um milhar de homens.

<sup>110</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 153.

<sup>111</sup> Juan Alfonso de Guzmán detinha a alcaidaria-mor da capital da Andaluzia desde o reinado de Fernando IV (Cesar Gonzalez Minguez, *op. cit.*, p. 238).

ganização e de fragilidade das forças portuguesas para as atacar<sup>112</sup>, mesmo antes da chegada das forças provenientes de Sevilha<sup>113</sup>. Refeitos da surpresa inicial – durante a qual é possível que tenham sofrido as primeiras baixas –, os contingentes de Pedro Afonso de Sousa conseguem reorganizar-se e improvisar um dispositivo tático defensivo. Inicialmente bem sucedidos, conseguem sustentar o avanço inimigo e ainda o empurram colina abaixo. Porém, foi um ímpeto de curta duração, pois a chegada das milícias sevillanas rapidamente inverteu a situação. As forças portuguesas, que até então tinham estado em superioridade numérica, começam a recuar forçadas, não só pelo ímpeto da progressão castelhana – talvez mais moralizada, melhor organizada e, seguramente, mais bem comandada –, mas, sobretudo, devido ao enfraquecimento das suas fileiras causado pela fuga de muitos dos combatentes que constituíam as azes da retaguarda. Na sua maioria, as primeiras a pôr-se em fuga foram as forças de cavalaria, uma manobra possibilitada pela acção da infantaria que compunha as linhas da frente do dispositivo português e que conseguiu, durante algum tempo, deter o adversário na ponta das suas lanças<sup>114</sup>. No meio da confusão provocada pela luta e pela debandada, o pendão de Pedro Afonso de Sousa é abandonado e capturado pelos castelhanos, um sinal mais que evidente daquele que viria a ser o desfecho da contenda. O próprio comandante português, desamparado pelas lanças que o deveriam proteger, acaba também por fugir do campo de batalha. Atrás de si deixava um grande número de baixas<sup>115</sup>, entre as quais se encontrava Afonso Vasques Pimentel<sup>116</sup>, mas cuja maior parte eram peões que, impossibilitados de escapar, tinham sucumbido às armas inimigas. Os fugitivos não arriscam sequer marchar até Badajoz, e dirigindo-se rápida e directamente para território português, refugiam-se na praça-forte de Olivença<sup>117</sup>.

<sup>112</sup> Segundo García Ftz, a desorganização de uma hoste era o prelúdio de uma derrota (*Castilla y León Frente al Islam. Estrategias de Expansión y Tácticas Militares (Siglos XI-XIII)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2001 (reimp.), p. 324).

<sup>113</sup> É provável que Enrique Enriquez tivesse, entretanto, sido informado da proximidade dos reforços sevillanos, ou talvez tivesse mesmo avistado o seu avanço. Assim, a iniciativa de atacar as forças portuguesas pode ter tido o objectivo de impedir a sua fuga, de modo a que os contingentes comandados por Pero Ponce de Leon e por Juan Alfonso de Guzmán tivessem tempo de chegar ao local da refrega e de atacar a coluna de Pedro Afonso de Sousa.

<sup>114</sup> É possível que a infantaria só tenha permanecido no campo de batalha porque se encontrava já demasiado embrenhada nos combates, sendo, portanto, praticamente impossível pôr-se em fuga. Pelo contrário, a cavalaria, posicionada na retaguarda do improvisado dispositivo português, não estava directamente envolvida na luta, tendo, por isso, a possibilidade de se pôr em fuga.

<sup>115</sup> A “Gran Cronica de Alfonso XI”, com um evidente exagero, refere que do lado português escaparam poucos cavaleiros e que terão morrido no combate, cerca de 8 000 peões (*Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 155). Braamcamp Freire dá a entender que, em consequência desta derrota, Pedro Afonso de Sousa ter-se-á exilado em Castela, surgindo na batalha do Salado, em 1340, integrado na hoste de Afonso XI (Anselmo Braamcamp Freire, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996 (facsimile da edição de 1921-1930), p. 276).

<sup>116</sup> “Afonso Vasques Pimentel, que mataram quando foi o desbarato de Barcarrota” (*Portugaliæ Monumenta Historica – Nova Série: Livros Velhos de Linhagens, op. cit.*, p. 84).

<sup>117</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 156.

Desmotivado por este revés, pela resistência demonstrada pelos sitiados de Badajoz e pelas notícias que davam como certa a aproximação de mais forças castelhanas, entre as quais estariam as milícias do concelho de Córdova<sup>118</sup> e os contingentes capitaneados por Pero Fernandez de Castro<sup>119</sup>, D. Afonso IV decide levantar o cerco e progredir com a sua hoste para sul, ao longo da margem esquerda do Guadiana. Todavia, é provável que, com receio do avanço inimigo, alguns combatentes tivessem antecipado a partida, a exemplo do que foi feito por João Anes, morador na Brunheira, preso, mais tarde, sob a acusação de ter desertado do “*arrayal sem mandado do alfferiz*”<sup>120</sup>.

A “Crónica de Portugal de 1419” afirma que, ao abandonar o cerco, supostamente informado que Afonso XI vinha nessa direcção disposto a defrontar a hoste portuguesa, o rei português se lançou na direcção de Sevilha com intenção de forçar o rei de Castela a uma batalha campal<sup>121</sup>. Porém, tal não corresponde à verdade. Nessa altura o monarca castelhano continuava no arraial sobre Lerma, onde permaneceria, pelo menos, até finais de Novembro<sup>122</sup>, sendo, por isso, impossível estar em marcha em direcção à capital da Andaluzia. Assim, parece-nos que, ao veicular aquela versão dos acontecimentos, a “Crónica” procurava mascarar os verdadeiros motivos que levaram ao levantamento do cerco: uma nítida incapacidade de tomar Badajoz, para onde – tudo o indicava – confluíam muitos mais reforços, e o receio de um ataque por parte das forças estacionadas em Villa Nueva de Barcarrota. Além do mais, não nos parece que nesta altura, ou seja, no início do conflito, qualquer um dos monarcas estivesse disposto, ao contrário do que é afirmado pela “Crónica de Portugal de 1419”, a arriscar uma batalha campal, situação a que os líderes militares da Idade Média se furtavam sempre que podiam<sup>123</sup> por o seu desfecho constituir uma enorme e potencialmente perigosa incógnita.

Ao longo do trajecto de regresso a Portugal, Afonso IV deu alguma liberdade de actuação às suas tropas que, sem qualquer oposição de vulto, levaram a destruição a Aroche, a Aracena, a Cortegana – cujos arrabaldes foram incendiados –, a Almendral e a toda a região da Ribeira de Nogales – perto de 20 km a sul-sueste de Badajoz – bem

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 155.

<sup>119</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit.*, pp. 192-193.

<sup>120</sup> Em Novembro de 1336, o prior da igreja de Santa Maria da Alcáçova através do seu procurador, queixa-se da prisão de João Anes, morador na Brunheira, junto a Rio Maior, detido pelo alcaide-mor de Santarém, Afonso Martins, em virtude de ter desertado do arraial. O procurador alegava que Fernão Anes era homem do prior e que, como tal, estava isento dos serviços de hoste e de fossado com o concelho. O alcaide não atendeu ao solicitado e, alegando que Fernão Anes havia abandonado o arraial sem autorização do alferes, afirmou que só o soltaria mediante mandado do rei (IAN/TT, Ordem de Avis, Maço 4, doc. 412, de 1336, Novembro, 7). É provável que esta não tenha sido a única deserção, porém, trata-se do único caso documentalmente comprovado.

<sup>121</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, p. 250.

<sup>122</sup> *Colección Documental de Pedro I de Castilla*, *op. cit.*, Vol. II, doc. 313, p. 27, de 1336, Setembro, 28, em traslado de 1350, Outubro, 4.

<sup>123</sup> João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, *op. cit.*, p. 207.

como a muitas outras aldeias e lugares dos arredores, entre as quais Villanueva del Fresno<sup>124</sup>, Broças e Las Cejadas<sup>125</sup>, algumas delas pertencentes a comendas da Ordem de Santiago<sup>126</sup>. Segundo a “Crónica de Portugal de 1419”, algumas destas operações depredatórias, nomeadamente as que foram lançadas contra Aroche, Aracena e Cortegana – povoações situadas a aproximadamente 150 km de Badajoz e separadas umas das outras por cerca de 20 km<sup>127</sup> –, terão sido levadas a cabo enquanto decorria o cerco a Badajoz. Apesar do testemunho daquela fonte, parece-nos que estes ataques não devem ter ocorrido nesse contexto, mas sim, alguns dias mais tarde, depois do levantamento do cerco e durante o trajecto percorrido imediatamente antes da reentrada da hoste em Portugal. Esta parece-nos a hipótese mais plausível, pois afigura-se-nos pouco provável que um ou mais contingentes se tenham arriscado a entrar em território inimigo fazendo uma cavalgada de cerca de centena e meia de quilómetros à ida e outros tantos no regresso sem qualquer objectivo estratégico que não a morte, a destruição, a captura de prisioneiros e o saque, quando podiam fazer o mesmo e com resultados semelhantes em áreas mais próximas de Badajoz e onde a sua presença poderia, de um momento para o outro, ser de maior utilidade.

Não se querendo internar demasiado em território inimigo, de modo a não ficarem desfalcadas de mantimentos e longe de uma base de apoio, as tropas portuguesas, depois de “*estragada toda aquela parte*”<sup>128</sup>, reentram em Portugal numa zona que supomos próxima de Vila Verde de Ficalho.

O balanço final da campanha limitava-se a algumas localidades destruídas, à captura de diversos prisioneiros e a um saque que – face à reduzida importância dos locais pilhados – talvez não tenha sido tão satisfatório quanto desejavam os membros da hoste. De resto, todos os outros objectivos tinham escapado a Afonso IV: Badajoz não havia sido tomada e Afonso XI não desistira do cerco a Lerma. Além do mais, a hoste portuguesa tinha sofrido inúmeras baixas junto a Villa Nueva de Barcarrota, o que tornava ainda mais pesado o resultado negativo da campanha.

Face aos dados disponíveis, parece-nos evidente que a tomada de Badajoz, ao contrário da imagem transmitida pelas fontes narrativas, estava longe de ser o principal objectivo da campanha. A falta de menção a engenhos de assédio, a armamento neurolístico “pesado”, ou a tentativas assalto contra a cidade levam-nos a pensar desta

---

<sup>124</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 156. A maior parte dos autores confunde Villa Nueva del Fresno com Villa Nueva de Barcarrota. Contudo, a “Gran Cronica” é clara ao referir tratar-se de duas localidades distintas (*Ibidem*, pp. 155-156).

<sup>125</sup> *Poema de Alfonso Onceno*, p. 149.

<sup>126</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 251.

<sup>127</sup> De Aroche a Aracena são cerca de 15 km; Cortegana dista de Aracena aproximadamente 25 km; enquanto que de Badajoz a Cortegana são perto de 140 km e de Badajoz a Aracena são 150 km.

<sup>128</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 251.

forma. Além do mais, a facilidade com que a hoste portuguesa desistiu daquele que parecia ser o seu principal objectivo estratégico parece indicar que as principais motivações de D. Afonso IV seriam outras que não a conquista dessa cidade. A sua tomada, se bem que importante – não só a nível estratégico como no plano da moralização das suas forças –, era, portanto, um objectivo secundário. Assim, a intenção do monarca português, ao cruzar a fronteira, seria essencialmente praticar uma guerra de desgaste através do lançamento de operações de curta duração, de raio de acção limitado e com objectivos bem definidos. Esta “estratégia de devastação” tinha como finalidade imediata a debilitação das bases materiais do inimigo com a consequente redução da capacidade ofensiva e defensiva dos castelhanos. Porém, obedecia a um plano de maior alcance. Através desta estratégia de pressão exercida junto das localidades da raia, Afonso IV visava obrigar o rei castelhano a levantar o cerco sobre a cidade de Lerma. Este sim, seria o principal objectivo da campanha. O alívio da pressão sobre esta cidade leonesa permitiria a reunião das forças de D. Juan Manuel e de Juan Nunez de Lara, o que colocaria Afonso XI numa posição frágil, obrigado a combater em duas frentes distintas, uma interna, outra externa.

### 5. A campanha do conde D. Pedro na Galiza, em 1336

Porém, a campanha portuguesa de 1336 fazia-se também numa outra frente. Ainda no Verão desse ano<sup>129</sup>, o conde de Barcelos, D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis e alferes-mor do reino desde 1315<sup>130</sup>, lança um fulgurante ataque contra a Galiza em resposta às movimentações de tropas castelhanas em direcção ao noroeste de Portugal.

Tal como no caso da hoste régia reunida nesse ano, também se desconhece em pormenor a constituição do exército com que D. Pedro penetrou em território galego. No entanto, é provável que, entre outros, contasse com a participação de muitos dos vassallos do conde e respectivas mesnadas, a que se terão juntado vários dos membros da sua casa senhorial<sup>131</sup> e, com alguma probabilidade, alguns contingentes concelhios prove-

<sup>129</sup> Oliveira Marques afirma ter sido este o primeiro acto de guerra deste conflito (A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 498).

<sup>130</sup> José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Vol. I, *op. cit.*, p. 188. A sua permanência no cargo foi, no entanto, interrompida entre 1318 e 1325, em consequência das contendas entre o rei e o infante D. Afonso, sendo substituído pelo seu irmão João Afonso (Idem, *ibidem*, p. 200).

<sup>131</sup> José Augusto Pizarro, regista os seguintes vassallos e membros da casa do conde D. Pedro: Cavaleiros vassallos – Lopo Soares de Albergaria (alferes), Vasco Martins da Cunha (mordomo), Rui Gonçalves Pereira, Vasco Gonçalves Pereira, Martim Esteves de Molnes, Gonçalo Esteves de Tavares, Fernão Vasques Pimentel, Vasco Martins de Resende, Afonso Martins do Vale, Pero Esteves Coelho, Gonçalo Anes de Veire, Álvaro Afonso de Espargo; escudeiro – Lourenço Martins; homens – João de Ansiães, Afonso Anes de Basto e Gonçalo Anes; chanceler – Vicente Anes Forjaz (clérigo e primo do

nientes de diversas localidades minhotas e transmontanas<sup>132</sup>, pelo que, imaginamos, seria uma força relativamente numerosa, mas que, pela urgência com que foi reunida, dificilmente excederia os 1 500 homens, entre cavalaria e peonagem. Contudo, aquela era uma operação que comportava inúmeros riscos, sobretudo os que advinham da proximidade de Lerma, de cujo cerco Afonso XI poderia retirar algumas forças e, em poucos dias, lançá-las contra a hoste do conde de Barcelos.

Segundo a “Crónica de Portugal de 1419”, extremamente lacónica a respeito desta incursão, os exércitos portugueses “*entraram em terra de seus imiguos e sem nenhũa piadade, comesarom de corer, nom temdo temperança em a estragar, mas, queimando grandes casas e muitas aldeas, matarom muytos com grão crueldade e, destroyndo toda cousa que empeçer queriom, trouverom grandes roubos e muytos prisyoneiros e se tornaram a Portugal com eles*”<sup>133</sup>.

Por outro lado, o “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro” além de narrar com algum pormenor esta campanha apresenta-a sob uma perspectiva bem diversa e que, em alguns aspectos, nos parece bastante mais credível<sup>134</sup>. Segundo o nobiliário – ao contrário daquilo que se encontra referido na “Crónica de Portugal de 1419”, que afirma que a intervenção de D. Pedro se deu por ordem de D. Afonso IV –, a iniciativa desta acção partiu do próprio conde, face à urgência em deter o avanço de um exército comandado pelo arcebispo de Santiago de Compostela, D. Juan Fernandez de Limia, e pelo adiantado na Galiza, Rui Pais de Biedma<sup>135</sup>. Esta força preparava-se para cruzar o rio Minho e levar a guerra ao norte de Portugal com o objectivo de obrigar Afonso IV a aliviar a pressão exercida na Estremadura castelhana e, muito particularmente, para o forçar a levantar o cerco a Badajoz. Deste modo, tudo o indica, a incursão de D. Pedro terá tido

---

conde); vedor – Pero Esteves; esmoler – Gonçalo Rodrigues; ouvidor – Vasco Anes de Tarouca; escrivão – Gil Anes; caminheiro – Martim Martins; dizimeiro – Tomé Gonçalves; pousadeiro – Martim Vasques; saquiteiro – Garcia Pires; vigário das honras de Paços de Gaiolo e de Gontigem – Domingos Esteves (Idem, *ibidem*, p. 191 n. 138), sendo possível que alguns destes indivíduos – sobretudo os que são identificados como cavaleiros ou como escudeiros – possam ter participado nessas acções militares lançadas contra a Galiza.

<sup>132</sup> Segundo Rui de Pina, o conde D. Pedro contava, entre outros, com “*muytas gêtes das comarqas dantre Douro, & Minho, & Tralos montes*” (Rui de Pina, *op. cit.*, p. 398).

<sup>133</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 251. Registe-se ainda que o “Poema de Alfonso Onceno” não dedica qualquer atenção a esta operação militar. Quanto à “Gran Cronica”, regista apenas que “*por cunplir mandado de aquel rrey [Afonso IV], partio de Portugal el conde don Pedro, su hermano, e fizo entrada por Galizia; e desta entrada que fizo puso fuego en el Val de Lerma e a Santiago de Rredondela com sus terminos, e tornose para Portugal*” (*Gran Cronica de Alfonso XI*, pp. 156-157).

<sup>134</sup> Recorde-se que o autor do nobiliário é o principal interveniente nesta campanha, pelo que deveria conhecer em pormenor todos os detalhes da operação, bem como quem a tinha ordenado. Contudo, não deixa de ser possível que o próprio D. Pedro quisesse enaltecer o seu papel nesta campanha assumindo todos os louros da iniciativa, mesmo que para tal tivesse que cometer algumas imprecisões.

<sup>135</sup> Assinale-se que as fontes narrativas castelhanas nada referem acerca desta incursão lançada contra território português.

lugar enquanto decorria aquele cerco e não antes, como tem sido corrente apontar-se<sup>136</sup>.

De forma a deter o adversário ainda em território galego, o conde de Barcelos e o seu exército – que, entretanto, se terá reunido no mosteiro beneditino de Ganfei, situado a 5 km de Valença – marcham rapidamente em direcção ao rio Minho, atravessando-o sem qualquer oposição. Contudo, o desconhecimento do trajecto utilizado pela força castelhana e do vau por onde pretendiam cruzar o rio, fez com que a hoste portuguesa permanecesse prudentemente acampada na margem direita do Minho durante dois dias. Não nos parece que o conde de Barcelos pretendesse defrontar o inimigo junto do rio, que corria à sua retaguarda e lhe cortava a possibilidade de uma eventual retirada em segurança. Acreditamos, sim, que estaria apenas a aguardar os seus batedores que lhe trariam notícias da progressão do exército castelhano para, logo que tivesse a certeza do caminho que este utilizava, avançar ao seu encontro e forçá-lo a um confronto em campo aberto. Ao segundo dia, pela manhã, chegam, finalmente, informações acerca da proximidade da hoste comandada pelo arcebispo de Compostela e por Rui Pais<sup>137</sup>, que havia percorrido boa parte do trajecto durante a noite, muito provavelmente, com o objectivo de atacar os portugueses tão próximo quanto possível do rio e quando estes menos esperassem. Ao tomar conhecimento que o inimigo se encontrava apenas a escassos quilómetros de distância e que apresentava um estado generalizado de fadiga, D. Pedro manda a sua hoste armar-se e – numa formação mais próxima daquela que poderia vir a ser a ordem de batalha<sup>138</sup> – avança na sua direcção.

O exército castelhano estava, nessa altura, nas proximidades do castelo de Entieza – situado a uns poucos quilómetros da cidade de Tuy – e os seus comandantes, que, ao contrário dos portugueses, não teriam enviado batedores à sua frente, desconheciam a manobra ofensiva do conde de Barcelos. Não imaginavam, por isso, que o inimigo estava já bem longe do rio Minho e que se preparava para lhes cortar o caminho.

Ao chegar ao cimo de um outeiro situado pouco antes do castelo de Entieza, a vanguarda da hoste castelhana apercebe-se finalmente da presença do inimigo e da

---

<sup>136</sup> Se a incursão do conde D. Pedro tivesse antecedido o cerco de Badajoz e se, na realidade, como parece evidente pela leitura do “Livro de Linhagens”, se tratou de uma resposta ao avanço de um exército castelhanos em direcção ao norte de Portugal, tal significaria que a primeira acção armada do conflito de 1336-1338 tinha partido de Afonso XI. Ora estando o monarca castelhano preocupado, acima de tudo, em resolver, em primeiro lugar, os conflitos internos, para, então, se dedicar aos externos, não parece lógico que tivesse sido ele a dar início às hostilidades. Aliás, as fontes narrativas – tanto castelhanas como portuguesas – são unânimes ao afirmar que a guerra foi desencadeada por Portugal.

<sup>137</sup> Esta situação leva-nos a crer que o conde de Barcelos teria enviado alguns batedores, mas que estes estariam a uma distância relativamente curta do corpo principal da hoste de D. Pedro. De outra forma teriam tido contacto com os exércitos castelhanos bastante mais cedo.

<sup>138</sup> Terá, muito provavelmente, sido adoptada uma disposição de marcha em que fosse possível, rápida e facilmente, ordenar batalha, isto é, com a cavalaria na frente da coluna, seguida da vanguarda, das alas e, por fim, da retaguarda na final da coluna (João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, op. cit., p. 230).

forma como dispunha a sua coluna de marcha, indicando claramente que se encontrava preparado para o combate. Apesar de numericamente superior, o exército comandado pelo arcebispo e pelo adiantado na Galiza, opta por não defrontar a hoste de D. Pedro em batalha campal. Os castelhanos encontravam-se bastante fatigados devido, não só, à velocidade imprimeada à marcha, como ao facto de não terem dormido na noite anterior, pelo que seria mais seguro entrincheirar-se na praça-forte de Entieza. Pelo contrário, o conde D. Pedro estava firmemente decidido a combater as forças do arcebispo e de Rui Pais de Biedma e, apesar de comandar um exército – tudo o indica – numericamente inferior, instala o seu arraial nas proximidades do castelo. Certamente que o objectivo do conde de Barcelos não era tomar a fortaleza através de um bloqueio ou de um assalto, pois pretendia regressar com rapidez a território português. A constante possibilidade da chegada de reforços castelhanos provenientes do arraial sobre Lerma tornava pouco aconselhável uma presença prolongada na Galiza. Porém, valia a pena arriscar e tentar provocar o inimigo refugiado em Entieza de modo a forçá-lo a um enfrentamento campal. Porém, esta não iria ser uma tarefa fácil.

Durante três dias, a hoste comandada pelo conde de Barcelos terá acampado junto das muralhas daquele castelo, lançando a destruição em redor da povoação, à semelhança do que – pela mesma altura – os exércitos de Afonso IV faziam em torno de Badajoz. Contudo, sem conseguir sequer provocar uma surtida, D. Pedro e os seus homens, acabam por regressar a território português, deixando à sua passagem um rasto de morte e de devastação em inúmeras povoações galegas<sup>139</sup>, tais como Val de Lerma e Santiago de Redondela<sup>140</sup>.

À incursão do conde de Barcelos os castelhanos responderam – através de alguns dos seus fronteiros – de forma equivalente, com o lançamento de *raids* contra a Bemposta e Bragança<sup>141</sup>, mas sobre os quais nada mais se conhece<sup>142</sup>.

## 6. As campanhas navais portuguesas de 1336

Conforme já referimos, uma das primeiras medidas tomadas por D. Afonso IV, no âmbito da preparação da guerra com Castela, tinha sido mandar armar em Lisboa uma

---

<sup>139</sup> *Portugaliae Monumenta Historica – Nova Série: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, op. cit.*, Vol. II/1, pp. 277-278.

<sup>140</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, pp. 156-157. Registe-se o facto de a “Gran Cronica de Alfonso XI” nada referir acerca do episódio de Entieza.

<sup>141</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 157.

<sup>142</sup> A “Gran Cronica” refere que, por esta altura, D. Pero Fernandez de Castro, em retaliação, “*hizo gran rrobo e quemio a Camiña, e a Viana, e a Ponte de Lima, e a los Arcos, e otras tierras*” (*Ibidem*, p. 157). Porém, tudo parece indicar que esta incursão teve lugar, não em 1336, mas em 1337.

frota composta por 5 galés, 7 naus e diversas fustas de pequena dimensão, num total de vinte embarcações. Em altura que se desconhece, mas que acreditamos próxima do início das operações terrestres levadas a cabo pela hoste régia portuguesa, estes navios, sob o comando de Gonçalo Nunes Camelo<sup>143</sup>, levantam ferro do porto da capital. A bordo levavam cerca de 2 000 homens, entre tripulantes e guarnições. O seu recrutamento não terá sido fácil e muito menos pacífico<sup>144</sup>. Muitos deles terão embarcado profundamente contrariados, enquanto que outros ter-se-ão mesmo recusado a entrar nos navios. Perante todas estas dificuldades, alguns acabaram por ser literalmente empurrados para as embarcações pelos homens do almirante, tal como sucedeu com diversos moradores de Paredes que, segundo alegavam, estavam isentos do serviço de frota<sup>145</sup>.

A armada rumou, então, para sul com o propósito de lançar ataques contra algumas povoações costeiras da Andaluzia, naquilo que nos parece ser uma acção articulada com a campanha terrestre comandada pessoalmente pelo rei. Deste modo, aumentar-se-ia a pressão militar no sul do reino vizinho, de forma a obrigar Afonso XI a acudir às zonas assoladas, tendo, para isso, que abandonar o cerco a Lerma.

Ao longo do seu percurso a frota foi reforçada com mais homens e embarcações provenientes, entre outras, de algumas povoações algarvias – como foi o caso de Tavira<sup>146</sup> – que, desta forma, davam o seu contributo para a campanha<sup>147</sup>. Poucas milhas após cruzarem a foz do Guadiana, os navios lançam as âncoras em frente a Lepe, o seu primeiro objectivo estratégico. Surpreendidos, os defensores, comandados por D. Nuno de Portocarreiro<sup>148</sup>, ainda tentaram evitar o desembarque dos homens de Gonçalo Camelo. Porém, incapazes de fazer frente ao número e ao ímpeto dos atacantes, acabam por procurar refúgio no interior das muralhas da vila. Sem meios e, provavelmente, sem grande disposição para um ataque ao interior do perímetro amuralhado, os portugueses limitaram-se a queimar os olivais, a cortar as figueiras e as vinhas que se estendiam em redor da vila e a pilhar e destruir tudo quanto estivesse ao seu alcance.

<sup>143</sup> Filho de Nuno Gonçalves Camelo, encontra-se identificado pela primeira vez em 1333. Em 1339 a documentação menciona-o como infânciação *natural* do mosteiro de Mancelos. Em 1355 é referido como vassalo da casa do infante D. Pedro. Casou com Beatriz Fernandes Cogominho e, depois, com Aldonça Rodrigues Pereira (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Vol. 2, *op. cit.*, p. 387).

<sup>144</sup> Assinale-se que, de todas as operações de recrutamento, por norma, era a mobilização das guarnições dos navios que oferecia mais problemas. Veja-se a este respeito, embora para um período ligeiramente posterior, Miguel Gomes Martins, *op. cit.*, p. 46.

<sup>145</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 79, p. 151-152, de 1337, Maio, 5.

<sup>146</sup> *Ibidem*, doc. 133, p. 231-232, de 1338 Junho 26 e doc. 134, pp. 232-233, de 1338, Setembro, 1.

<sup>147</sup> Alberto Iria, *op. cit.*, p. 159.

<sup>148</sup> Não nos foi possível enquadrar esta personagem em qualquer ramo das linhagens dos Portocarreiro, tal como Leontina Ventura que, no seu trabalho sobre esta família, nada refere sobre D. Nuno Portocarreiro (Leontina Ventura, "Os Portocarreiro: um percurso luso-castelhano (Séculos XI-XIV)", in *El Condado de Benavente: Relaciones Hispano-Portuguesas en la Baja Edad Media*, s.l., Centro de Estudios Benaventanos "Ledo del Pozo", s.d., pp. 95-127).

Poucos dias depois da chegada a Lepe, a frota sobe o rio Odiel até Gibraleón. Apesar de alguma resistência inicial por parte dos que defendiam a povoação, os recém-desembarcados contingentes portugueses, na impossibilidade de ultrapassar as muralhas da vila, lançam-se contra o arrabalde, que rapidamente foi saqueado e queimado. Contudo, Gibraleón era uma localidade de dimensões e de importância reduzida e onde pouco haveria para pilhar e destruir. Como tal, qualquer acção militar que contra ela fosse levada a cabo, seria, naturalmente, pouco expressiva e pouco impacto teria junto de Afonso XI. Deste modo, a frota regressa, então, a Lepe – que, tudo o indica, seria uma povoação muito mais importante<sup>149</sup> – para prosseguir a tarefa destruidora iniciada dias antes e, provavelmente, disposta a tentar um assalto contra a vila, aproveitando, para isso, uma eventual surtida levada a cabo pelos defensores. O segundo desembarque das forças portuguesas tem lugar no dia 8 de Setembro de 1336. De imediato recomeçam as razias em redor da vila, destinadas, em boa medida, a provocar os habitantes de Lepe.

Estas acções têm o efeito desejado pelo comandante da frota, pois D. Nuno de Portocarreiro, decide arriscar uma surtida. Contudo, as forças portuguesas encontravam-se bastante dispersas pelas cercanias da vila, pelo que não conseguem reagrupar de modo a forçar a entrada em Lepe. Apesar da ferocidade dos combates, a refrega terminou de modo inconclusivo, com os castelhanos a regressar em segurança ao interior do perímetro amuralhado. A “Crónica de Portugal de 1419” regista a morte de 80 castelhanos e de 25 portugueses – números obviamente questionáveis –, bem como um elevado número de feridos. Além disso, durante a luta, os castelhanos conseguiram aprisionar o comandante da frota, enquanto que os portugueses, por seu lado, capturaram Gil Guterres de Carmona e Martim de Aguilar, cavaleiros de “*grande comta*”, bem como D. Nuno Portocarreiro que, gravemente ferido, acabou por sucumbir 3 dias depois. Castelhanos e portugueses chegaram, então, a um acordo que culminou na troca do corpo de D. Nuno e dos outros dois cavaleiros por Gonçalo Nunes Camelo. A fragilidade demonstrada frente aos muros de Lepe e as notícias da aproximação de uma frota castelhana proveniente de Sevilha e composta por 40 embarcações – na sua maioria, naus – aceleraram a partida dos navios de Gonçalo Nunes Camelo que, poucos dias depois, estavam de regresso a Lisboa<sup>150</sup>. Terminava desta forma a campanha naval portuguesa contra o litoral andaluz.

Entretanto, na capital portuguesa armava-se uma outra frota que, sob o comando do almirante Manuel Pessanha, iria partir em direcção a norte com o objectivo de atacar a costa da Galiza. A “Crónica de Portugal de 1419” dá conta de um grande número de

<sup>149</sup> É provável que o regresso a Lepe tenha também sido decidido em função do espólio que aí poderia ser obtido, bastante mais apetecível que em Gibraleón.

<sup>150</sup> A única fonte que menciona a acção da frota portuguesa na costa andaluza é a *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, pp. 253-254.

operações anfíbias lançadas contra diversas povoações ao longo de toda a faixa costeira galega, porém, todas elas de pequena importância e sem resultados práticos dignos de destaque. Esses ataques consistiam, essencialmente, na pilhagem e na destruição de navios, de culturas agrícolas e de bens.

De todas estas acções, a mais importante foi o ataque ao porto de Bayona. Porém, mais uma vez, os portugueses, incapazes de penetrar na cidade, limitaram-se a pilhar e a lançar fogo aos seus arrabaldes. Sem alcançar qualquer vitória militar significativa, mas, também, sem sofrer qualquer revés digno de nota, a frota regressou ao porto de Lisboa, “*com muy gran robo*”<sup>151</sup>. Concluíam-se, assim, as operações militares portuguesas no âmbito da campanha de 1336. A proximidade das chuvas outonais aconselhava a uma pausa nas hostilidades.

## 7. A viragem

Inteirado das primeiras acções militares portuguesas (Junho-Julho de 1336), o rei de Castela – que, entre meados de Junho e finais de Novembro, manteve um apertado cerco à cidade de Lerma, onde se encontrava o rebelde Juan Nuñez de Lara – escreveu de imediato às vilas e castelos situados nas zonas mais próximas da fronteira com Portugal. Nestas missivas determinava que fossem tomadas medidas defensivas contra os ataques que estavam a ser lançados e alertara para a eventualidade de novas acções ofensivas por parte dos exércitos portugueses. Do arraial sobre Lerma terá ainda ordenado aos seus fronteiros a realização de pequenas operações de retaliação contra território português<sup>152</sup>.

Desconhece-se em pormenor onde terão recaído estes ataques castelhanos. Porém, é seguro que alguns deles incidiram no nordeste de Portugal e em altura próxima da entrada de Afonso IV em Castela, como se confirma pelas queixas apresentadas pelo concelho de Montalegre, cujos habitantes, em Junho de 1336, se agravavam ao monarca da destruição cometida pelos exércitos castelhanos<sup>153</sup>, muito provavelmente antes dos

<sup>151</sup> *Poema de Alfonso Onceno*, *op. cit.*, p. 157. Sobre estes acontecimentos, cf. *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, pp. 254-255.

<sup>152</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, p. 251. Não deixa de ser estranho o facto de Afonso XI, ao solicitar, em Setembro de 1336, a conversão do pagamento das fossadeiras, fazer uma ampla exposição do procedimento de revolta de D. Juan Manuel e de Juan Nunez de Lara e nada referir quanto à posição do rei português perante esses acontecimentos. Do mesmo modo, a missiva nada refere quanto às operações militares lançadas por Afonso IV contra a Estremadura castelhana e do conde D. Pedro contra a Galiza (*Colección Documental del Monasterio de Gradefes*, Vol. II (1300-1899), Org. de Taurino Burón de Castro, Léon, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”/Caja España de Inversiones/Archivo Histórico Diocesano, 2000, doc. 641, pp. 96-99, de 1336, Setembro, 18).

<sup>153</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 234, p. 360, de 1336, Junho, 26.

ataques a Bragança e à Bemposta a que acima nos referimos e que se seguiram à incursão do conde D. Pedro na Galiza.

Ao tomar conhecimento do levantamento do cerco a Badajoz e da retirada da hoste régia portuguesa, D. Juan Manuel, consciente da fragilidade crescente da sua situação, consegue fugir de Peñafiel e encontrar refúgio em Aragão. Juan Nuñez de Lara não podia estar, a partir de então, numa posição mais débil. Sem o apoio do seu principal aliado e sem que a pressão exercida por Afonso IV na Estremadura e na Andaluzia tivesse resultado, como esperava, no levantamento do cerco sobre Lerma, vê-se forçado a apresentar a Afonso XI uma proposta de preitesia. Após diversas negociações, no dia 4 de Dezembro, o pendão real castelhano é levantado na cidade que, durante meses, tinha sido o símbolo da revolta nobiliárquica contra Afonso XI<sup>154</sup>. As condições do acordo implicavam que D. Juan Nuñez ficasse ao serviço do rei<sup>155</sup> e derrubasse incondicionalmente todas as fortalezas que este lhe indicasse.

Porém, em pouco tempo, Afonso XI viria a somar outra importante vitória com o estabelecimento da concórdia com o, até aí, principal aliado de Portugal em Castela: D. Juan Manuel. Resolvidas as querelas internas que tinham assolado tanto o período das regências<sup>156</sup> como os primeiros anos da sua maioridade, o monarca castelhano ficava assim, a partir de Dezembro de 1336, com total liberdade para fazer frente a seu sogro – o único dos inimigos que lhe faltava submeter – sem ter que se preocupar nos próximos tempos com qualquer eventual acção militar na sua retaguarda. Por outro lado, Afonso IV perdia, de uma só vez, dois dos seus principais aliados e boa parte daquela que considerava ser a legitimidade das suas acções contra Castela.

Resolvido de forma favorável o cerco que o tinha impedido de reagir de forma enérgica às acções militares portuguesas, o monarca castelhano despachou – provavelmente, já no início de 1337 – instruções aos seus vassallos e fidalgos para que, com as respectivas mesnadas, se juntassem em Badajoz, cidade que seria a base de operações da campanha que pretendia lançar durante esse ano, contra território português. Tudo indica que ali conseguiu reunir uma importante hoste composta por um elevado número de peões e de cavaleiros<sup>157</sup>, o que, face ao estado depauperado em que se encontravam as finanças régias, só foi possível, por um lado, graças ao apoio financeiro que lhe foi prestado pelo clero castelhano<sup>158</sup> e, por outro, mediante o lançamento de um pedido, em

<sup>154</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 163.

<sup>155</sup> Juan Nuñez retomou, após o acordo de paz com Afonso XI, o cargo de alferes, que anteriormente havia ocupado.

<sup>156</sup> Recorde-se que Afonso XI, nascido em 1311, ascendeu ao trono castelhano com apenas um ano de idade, em virtude da morte prematura de seu pai, Fernando IV. Até que atingisse os 14 anos, o reino foi conduzido por sucessivas regências.

<sup>157</sup> Não é conhecida a composição da hoste de Afonso XI durante a campanha de 1337, porém, é admissível que tivesse uma importante presença de cavaleiros nobres – sobretudo de vassallos régios –, de milícias concelhias e, eventualmente, de algumas forças das ordens militares.

<sup>158</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit.*, p. 198.

finais de 1336<sup>159</sup>. Desta forma, Afonso XI pôde fazer face às inúmeras despesas com a preparação da campanha, sobretudo, com o pagamento das cada vez mais exorbitantes soldadas<sup>160</sup>.

À semelhança do que havia sido feito pelo rei português, também Afonso XI decidiu fazer guerra por mar, lançando ataques contra a costa portuguesa. Para tal, enviou instruções ao almirante Alfonso Jufre Tenório para que, rapidamente, se dirigisse para Sevilha, onde deveria reunir a maior frota que pudesse. Enviou ordens semelhantes para a Galiza, onde tencionava preparar uma outra armada. Entretanto, enquanto não conseguia reunir a sua hoste. Afonso XI terá também ordenado a continuação das pequenas incursões depredatórias iniciadas em 1336 contra o território português<sup>161</sup>.

Com uma resposta tibia – tudo o indica – por parte de Afonso XI, o saldo da guerra – apesar de não ter sido alcançado nenhum dos objectivos estratégicos de Afonso IV – apresentava-se, em finais de 1336, positivo para as armas portuguesas. Mas a reduzida actividade militar castelhana desse ano – retardada, também, devido às escaramuças fronteiriças com Aragão<sup>162</sup> – não se iria repetir em 1337. As medidas tomadas imediatamente após o cerco a Lerma anunciavam precisamente o contrário.

## 8. A campanha de Afonso XI no Alentejo, em 1337

A réplica castelhana às campanhas portuguesas de 1336, apesar de demorada, pretendia ser esmagadora. Assim, no ano seguinte, Afonso XI reunia três exércitos para atacarem Portugal em frentes distintas: um era convocado para Ciudad Rodrigo<sup>163</sup> e, sob o comando de Pero Fernandez de Guzmán, deveria penetrar pela Beira<sup>164</sup>; outro, liderado por Pedro Fernandez de Castro teria como missão entrar em território português pelo Minho<sup>165</sup>, enquanto que a hoste régia, comandada pessoalmente por Afonso XI, se preparava para, a partir de Badajoz, lançar a principal ofensiva através do Alentejo. Este triplo ataque obrigaria Afonso IV a dividir as suas forças que, em inferioridade numérica, não teriam capacidade para fazer frente à investida levada a cabo pela hoste do rei castelhano.

<sup>159</sup> *Coleccion Documental de Alfonso XI. Diplomas Reales Conservados en el Archivo Historico Nacional. Seccion de Clero, Pergaminos, op. cit., doc. 242, pp. 414-415, de 1336, Dezembro, 5.*

<sup>160</sup> Hilda Grassotti, *Las Instituciones Feudo-Vasalláticas en León y Castilla*, Tomo 2 – La Recompensa Vasallática, Spoleto, Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, 1969, p. 843 e ss.

<sup>161</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit., p. 252.*

<sup>162</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit., pp. 195-197.*

<sup>163</sup> Luis Vicente Diaz Martin, "Las fluctuaciones en las relaciones castellano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV", *op. cit., p. 1246.*

<sup>164</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit., p. 178.*

<sup>165</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit., p. 198.*

Quanto ao exército comandado por Pero Fernandez de Guzmán, nada se sabe da sua acção, desconhecendo-se mesmo se, na realidade, chegou a ser reunido. Por outro lado, são relativamente bem conhecidas as incursões das forças lideradas por Pero Fernandez de Castro, responsáveis pelos ataques perpetrados contra Caminha, Viana, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez<sup>166</sup>. Porém, são as investidas levadas a cabo sob o comando pessoal do monarca castelhano que se encontram melhor documentadas, sobretudo graças aos relatos cronísticos, que as descrevem com algum detalhe.

As intenções do rei de Castela não constituíam uma novidade. Desde finais de 1336 que Afonso IV esperava uma forte reacção armada aos ataques portugueses desse ano. Assim, nas vésperas da campanha de 1337, foram tomadas algumas medidas destinadas a minimizar os efeitos de uma ofensiva castelhana, nomeadamente através da melhoria das estruturas fixas de defesa de algumas praças-fortes, sobretudo das que se situavam nas proximidades da fronteira alentejana, em cuja direcção confluíam importantes contingentes inimigos. Foi o caso da fortaleza de Noudar, da Ordem de Avis, onde se regista a abertura de um fosso e a reparação da cerca, obras para as quais foram convocados, pelo prazo de seis semanas, entre outros, os moradores de Cabeço de Vide<sup>167</sup>. Naturalmente, esta não foi uma acção isolada, pelo que, ao longo da raia, em muitos outros castelos e vilas amuralhadas, terão sido tomadas medidas semelhantes.

A escolha de Badajoz como base para as operações da hoste régia castelhana – onde diariamente chegavam mantimentos destinados à campanha<sup>168</sup> – tem, claramente, um sentido prático e que advém da proximidade da fronteira portuguesa e de um dos principais eixos de penetração em direcção a oeste<sup>169</sup>. Contudo, não é de afastar a possibilidade de Afonso XI ter tomado essa opção por ter sido aí que, ano anterior, se tinham dado os primeiros ataques dos exércitos de Afonso IV. Assim, simbolicamente, a cidade preparava a sua vingança.

As fontes narrativas são, mais uma vez, omissas no que concerne ao período em que tiveram lugar as incursões de Afonso XI no Alentejo. Contudo, a “Gran Cronica” é clara ao afirmar que, concluída a campanha, o rei castelhano regressou a Badajoz, onde chegou no final de Junho<sup>170</sup>, pelo que é provável que as operações militares tenham decorrido durante esse mês. Contudo, o cotejo das datas de alguns diplomas régios castelhanos, permitem datar com mais precisão as suas balizas cronológicas, revelando-nos

<sup>166</sup> Idem, *ibidem*, p. 193.

<sup>167</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 105, p. 199-200, de 1337, Julho, 21.

<sup>168</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 180.

<sup>169</sup> António Lopes Pires Nunes, *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico Militar, 1988, p. 102.

<sup>170</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 183.

que o rei terá chegado a Badajoz entre os dias 5 e 8 de Junho<sup>171</sup>, altura em que os contingentes que, entretanto ali se teriam reunido, estariam já prontos para a ofensiva. Assim, é possível que tenha avançado em direcção a Portugal um ou dois dias depois. A campanha, deve ter terminado no dia 16 ou 17 desse mês, pois no dia 18 o rei estava já de regresso à sua base de operações<sup>172</sup>. Tratou-se, portanto, de uma ofensiva de curta duração, mas nem por isso pouco violenta. O rasto de destruição deixado à sua passagem é disso testemunha.

Logo que chegou a Badajoz, proveniente de Mérida, a primeira medida tomada por Afonso XI foi expulsar o bispo português da cidade e confiscar todas as rendas do bispado, muito possivelmente como forma de assegurar a liquidação de algumas das despesas necessárias à preparação da hoste, nomeadamente para o pagamento das soldadas aos nobres que, com as respectivas mesnadas, haviam correspondido à convocatória régia<sup>173</sup>.

Entretanto, enquanto ultimava a partida do seu exército, Afonso XI é surpreendido pela chegada de D. Beatriz, sua tia e rainha de Portugal, escoltada por diversos cavaleiros<sup>174</sup>. Instruída por Afonso IV, tinha como missão dissuadir o monarca castelhano de invadir Portugal, argumentando com a necessidade de manter a paz que, ainda anos antes, havia pautado as relações entre os dois reinos. De modo a demonstrar alguma abertura face a essa proposta de conciliação e de maneira a não deixar transparecer as suas inabaláveis intenções ofensivas – das quais, seguramente, não pretendia abdicar –, Afonso XI exige a entrega de diversos castelos – nem a “Crónica de Portugal de 1419” nem a “Gran Crónica” adiantam quais seriam estas fortalezas – como forma de reparação por todos os danos provocados pelos exércitos de Afonso IV durante a campanha do ano anterior. Só assim estaria disposto a recuar na sua posição. A resposta do castelhano, completamente inusitada, terá certamente surpreendido a rainha que, além do mais, não deveria ter quaisquer poderes negociais para satisfazer as exigências do seu sobrinho. D. Beatriz, supomos, pouco mais terá feito além da promessa de transmitir a seu marido as condições apresentadas por Afonso XI. Este, por seu lado, conseguia, com esta manobra, ganhar tempo e, assim, atrasar os preparativos militares portugueses. Quando

---

<sup>171</sup> No dia 4 de Junho o monarca encontrava-se ainda em Mérida, enquanto que, no dia 8, estava já em Badajoz (Esther González Crespo, “Inventario de documentos de Alfonso XI relativos al reino de Murcia”, *op. cit.*, docs. 384 e 385, p. 321, respectivamente, de 1337, Junho, 4 e 1337, Junho, 8). A chegada do rei à cidade do Guadiana terá, portanto, ocorrido entre os dias 5 e 8 de Junho.

<sup>172</sup> Manuel Garcia Fernandez, “Regesto Documental Andaluz de Alfonso XI (1312-1350)”, *op. cit.*, doc. 287, p. 64, de 1337, Junho, 18. Contudo, um outro documento refere que nesta data o rei estaria, não em Badajoz, mas sim em Sevilha (Esther González Crespo, “Inventario de documentos de Alfonso XI relativos al reino de Murcia”, *op. cit.*, doc. 386, p. 321, de 1337, Julho, 18), o que não nos parece ser possível pois tal faria com que a campanha tivesse durado menos de uma semana.

<sup>173</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, p. 252.

<sup>174</sup> D. Beatriz era irmã de Fernando IV – pai de Afonso XI – e filha de D. Sancho IV de Castela, filho de Afonso X o Sábio.

o inimigo se apercebesse do logro seria já demasiado tarde. Porém, para que o estratagem resultasse em pleno urgia avançar rapidamente. Assim, logo que D. Beatriz iniciou a viagem de regresso a Portugal, o castelhano passou à ofensiva<sup>175</sup>.

A hoste régia cruzou então o Caia, tendo como primeiro objectivo a vila de Elvas, situada apenas a cerca de 15 km de Badajoz, o equivalente a menos de um dia de marcha. Perante o rápido avanço do poderoso exército castelhano muitos dos seus moradores ter-se-ão posto em fuga. Boa parte deles terá mesmo abandonado a vila logo que surgiram rumores acerca da reunião das hostes inimigas em Badajoz. Entre esses fugitivos encontravam-se algumas das figuras de maior prestígio da localidade, situação que se confirma através de uma postura, datada de Julho de 1338 e confirmada pouco tempo depois pelo rei, através da qual o município desautorizava – embora sem fazer qualquer referência a nomes – todos os que, perante o avanço inimigo, haviam optado por fugir em vez de defender as muralhas da vila. Trata-se de uma referência algo vaga, porém, suficientemente clara para nos levar a acreditar que muitos dos que se puseram em fuga eram personalidades de destaque da vila, muito provavelmente, oficiais régios e magistrados concelhios<sup>176</sup>.

As fontes de que dispomos não são esclarecedoras quanto à forma como decorreu o cerco, embora seja por demais evidente que Elvas não foi tomada. Talvez esse nem fosse o objectivo do exército castelhano, aparentemente, mais preocupado em destruir e saquear, do que em conquistar<sup>177</sup>. Nesse sentido, durante os dois dias que permaneceram junto dos seus muros, os invasores ter-se-ão limitado a roubar e a deixar em ruínas tudo o que estava ao seu alcance, pelo que só os arrabaldes e a zona peri-urbana terão sido fustigadas, tal como nos é assegurado pelo relato da “Gran Cronica”: “*outro dia fue a Elves, e estuvo ay dos dias, e mando talar las huertas e las vinas e los oliuares de aquel lugar*”<sup>178</sup>.

A hoste, percorrendo uma distância aproximada de 30-35 km, dirigiu-se, então, para Arronches, vila que, segundo o “Poema de Alfonso Onceno”, o rei castelhano terá cercado. Porém, o que mais provavelmente sucedeu foi, tal como em Elvas, a pilhagem e a destruição circunscrita aos arredores da povoação, pois a mesma fonte refere que “*Arronches de(s)cercó luego*”<sup>179</sup>, numa clara indicação do curto espaço de tempo que os invasores terão permanecido no local. Daí, num percurso de cerca de 15 km, o exército avançou para Assumar, que reduziu a cinzas: “*as gemtes que vinhom em sua companha*

<sup>175</sup> Luis Vicente Diaz Martin, “Las fluctuaciones en las relaciones castellano-portuguesas durante el reinado de Alfonso IV”, *op. cit.*, pp. 1246-1247.

<sup>176</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 107, p. 202, de 1338, Julho, 20.

<sup>177</sup> À semelhança da estratégia seguida pela hoste régia portuguesa, em 1336.

<sup>178</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 182.

<sup>179</sup> *Poema de Alfonso Onceno*, *op. cit.*, p. 155.

*coriom a terra toda, trazendo dos lugares domde chegavom grandes roubos e muitos cativos, poendo foguo ao Açumar*<sup>180</sup>, ou melhor, à zona extra-muros da povoação, cujas muralhas – depois de diversas vicissitudes<sup>181</sup> – haviam sido erguidas poucos anos antes, em 1332<sup>182</sup>.

Terá sido por essa altura que o exército castelhano recebeu informações que davam como certa a presença da hoste régia portuguesa nas proximidades de Veiros – vila e castelo cuja defesa estava entregue à Ordem de Avis – e que, a partir daí, teria atacado “*a terra de Xeres de Badajos, & de Burgilhos, & d’Alconcel*”<sup>183</sup>. Motivados pela perspectiva de uma vitória fácil perante os exíguos contingentes que, supostamente, acompanhariam o rei português<sup>184</sup>, marcham, então, em direcção ao inimigo<sup>185</sup>, cruzando os cerca de 24 km que separam aquelas duas localidades. Contudo, a informação era errada<sup>186</sup>. Afonso IV estaria, tudo o indica, bem longe dali<sup>187</sup> e não parece sequer ter esboçado qualquer movimento no sentido de deter a invasão castelhana.

Independentemente do sucesso da manobra dilatória concebida por Afonso XI para retardar a reacção portuguesa à invasão do Alentejo – de que a rainha D. Beatriz, involuntariamente, tinha tido cúmplice –, não deixa de ser estranha a inexistência de uma resposta ao ataque a Elvas, ainda para mais quando a ofensiva castelhana era prevista desde finais de 1336. Teria Afonso IV tido algumas dificuldades – e quais – em reunir um exército? Ou, apesar do silêncio das fontes, estaria já a caminho decidido a deter o avanço inimigo? E, em caso afirmativo, pretendia fazê-lo junto da fronteira ou esperaria que o inimigo se internasse mais em território português para, então, atacar? Mas teria o monarca português realmente convocado a hoste régia de modo a bloquear a progres-

<sup>180</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 252.

<sup>181</sup> Depois de ter separado Assumar do termo de Monforte, com a condição de os moradores daquela vila erguerem uma cintura de muralhas que a protegesse, D. Dinis – em 1314 – repõe o anterior *status quo*, pois estes não construíram a cerca que haviam prometido (IAN/TT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 88v, de 1314, Abril, 11).

<sup>182</sup> C. T. North, *Guia dos Castelos Antigos de Portugal*, Vol. II, Bertrand, 2002, p. 138. Este autor assinala que na altura das obras de construção da cerca, em 1332, Assumar possuía um castelo, informação que não pudemos comprovar devido à falta de informações bibliográficas e documentais a respeito desta povoação. Sabemos apenas que Assumar, como é visível no “Livro das Fortalezas”, não possuía, no século XVI, qualquer castelo, mas apenas uma cerca que rodeava a povoação (Duarte d’Armas, *Livro das Fortalezas*, introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Edições Inapa, 1997, fl. 35 e 36).

<sup>183</sup> Rui de Pina, *op. cit.*, p. 403.

<sup>184</sup> Relembre-se que a invasão em três frentes planeada por Afonso XI tinha precisamente o objectivo de enfraquecer as forças portuguesas através da sua divisão, pelo que, a ter existido uma resposta portuguesa, Afonso IV não teria consigo uma força particularmente numerosa.

<sup>185</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, pp. 182-183.

<sup>186</sup> É provável que essa informação tenha sido propositadamente veiculada para que Afonso XI se visse forçado a regressar a Castela, de modo a evitar um enfrentamento campal com a hoste régia portuguesa.

<sup>187</sup> A avaliar pela reconstrução possível do itinerário de Afonso IV, o monarca português, por esta altura encontrava-se em Lisboa (*Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 82, pp. 154-158, de 1337, Junho, 12).

são de Afonso XI? Não teria antes optado por não se precipitar, consciente do alcance limitado e circunscrito da ofensiva castelhana? Além do mais, para quê fazê-lo quando o inimigo poderia retirar assim que sentisse a proximidade de uma força suficientemente numerosa e com capacidade para lhe fazer frente? As hipóteses são inúmeras. Porém, não é possível, à luz dos dados de que dispomos, dar qualquer resposta cabal a estas perguntas, pelo que continuaremos sem compreender – nem mesmo em traços gerais – qual a estratégia adoptada pela coroa portuguesa face à ofensiva castelhana do Verão de 1337.

Mas a imagem – eventualmente pouco exacta – de passividade não caracterizou apenas a postura do monarca português, sendo também de assinalar a inexistência de qualquer reacção armada por parte das forças da Ordem de Avis estacionadas em Veiros, uma postura cautelosa e que se justifica plenamente em função do número reduzido de efectivos de que dispunham os freires que, mesmo com a colaboração dos moradores da povoação e de todos quantos residiam nos seus arredores e que aí haviam procurado refúgio, não teriam forma de deter, nem mesmo de perturbar, o avanço inimigo<sup>188</sup>.

Em mais uma etapa de pouco mais de 25 km, os exércitos de Afonso XI progrediram até Vila Viçosa<sup>189</sup>, em cujos arredores terão feito alto, não se conhecendo quaisquer acções militares dignas de realce nesta localidade. Contudo, parece-nos natural que, à semelhança de todas as outras povoações anteriormente assoladas durante a campanha, também aqui se tenham verificado acções de roubo e de destruição, porém, numa zona situada no exterior do perímetro amuralhado da vila.

Atravessando uma nova etapa de 25 km<sup>190</sup>, durante a qual terão passado junto da fortaleza de Juromenha, praça-forte da Ordem de Avis<sup>191</sup>, seguem, então, na direcção do castelo de Olivença, onde, nas vésperas do conflito, D. Afonso IV havia edificado um novo alcácer<sup>192</sup>. Ao longo do trajecto, pequenos contingentes separavam-se do corpo principal

---

<sup>188</sup> Ainda assim, é possível que não tenha sido o próprio rei castelhano a comandar o ataque a Veiros, pois o "Poema de Alfonso Onceno" refere que "*mandó estragar (a) Veros*", pelo que poderá ter enviado um destacamento não muito numeroso para destruir a vila (*Poema de Alfonso Onceno, op. cit.*, p. 155), tendo o monarca, bem como o grosso da hoste régia, permanecido nas proximidades da povoação.

<sup>189</sup> A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, Vol. IV, p. 498.

<sup>190</sup> Importa destacar que a hoste régia castelhana, durante a campanha do Verão de 1337, terá feito, por regra, etapas de cerca de 25 km diários, excepção feita para o percurso entre Badajoz e Elvas (15 km) e entre Elvas e Arronches (33 km), ou seja, sempre próximo dos 20 a 35 km detectados por Gouveia Monteiro como a média diária de uma coluna de marcha (João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, 1998, p. 231).

<sup>191</sup> A confirmar-se a passagem nas proximidades desta praça, é de assinalar – mais uma vez e tal como em Veiros – a postura cautelosa dos freires da Ordem de Avis, que nada terão feito para perturbar o avanço da hoste de Afonso XI, muito provavelmente devido à exiguidade do contingente ali estacionado.

<sup>192</sup> Sobre a edificação do alcácer de Olivença, cf. José Marques, "D. Afonso IV e a construção do alcácer de Olivença", in *Relações entre Portugal e Castela nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT, 1994, pp. 153-177.

da hoste e efectuavam cavalgadas com um raio de acção de quatro ou cinco léguas, nas quais arrasavam e saqueavam tudo quanto podiam<sup>193</sup>.

Apesar de ter mantido Olivença pressionada durante alguns dias, Afonso XI também não a conseguiu tomar, pelo que a hoste régia se limitou – mais uma vez – a assolar os arrabaldes desta vila e os de outras localidades próximas. Porém, a campanha estava a chegar ao seu final<sup>194</sup>. Fustigado, segundo o “Poema de Alfonso Onceno”, pela escassez de mantimentos<sup>195</sup>, ou, conforme é veiculado pela “Gran Cronica”, devido ao agravamento do estado de saúde do monarca, que “*ouo çição de frio e calentura*”<sup>196</sup>, o exército de Afonso XI regressa a Castela.

Entre a partida de Elvas e até à chegada a Badajoz, a hoste castelhana terá dependido, aproximadamente, uma semana. Durante esses dias pouco mais terá feito além de destruir, matar e pilhar, numa autêntica réplica à actuação dos exércitos portugueses, um ano antes. Uns e outros perseguiram objectivos semelhantes e praticavam uma estratégia de devastação em tudo igual.

Nessas acções, os contingentes de Afonso XI terão conseguido fazer um número considerável de prisioneiros. O seu destino final, mais uma vez, é desconhecido. Alguns – provavelmente aqueles cuja remissão poderia render bom dinheiro – foram arrastados para Sevilha<sup>197</sup>, tendo sido libertados mediante o pagamento do resgate exigido pelos seus captores. Outros talvez tenham sido trocados por prisioneiros castelhanos capturados durante as incursões portuguesas do ano anterior<sup>198</sup>. Porém, nem todos chegaram a cruzar a fronteira. A “Gran Cronica” refere precisamente que alguns desses prisioneiros – provavelmente aqueles cujas famílias pouco ou nada podiam pagar pela sua libertação – terão sido soltos ainda antes de a hoste regressar a Badajoz. Segundo o cronista Fernán Sanchez de Valladolid –, estes prisioneiros, desiludidos com a falta de protecção de que tinham sido vítimas, “*dauan bendiçiones al rrey de Castilla, e maldezian al rrey de Portugal que levantara aquella guerra*”<sup>199</sup>. A guerra fazia-se, também, de acções de propaganda<sup>200</sup>.

<sup>193</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 182.

<sup>194</sup> É provável que o ataque a Olivença fosse já feito durante o trajecto de regresso a Badajoz.

<sup>195</sup> *Poema de Alfonso Onceno*, p. 156.

<sup>196</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 183.

<sup>197</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 252.

<sup>198</sup> Em 1338 é conhecida a troca de diversos prisioneiros, alguns deles, certamente, capturados nesta campanha (*As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. V, *op. cit.*, doc. 3759, p. 668, de 1338, Outubro, 23).

<sup>199</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 182.

<sup>200</sup> Apesar de o termo “propaganda” só surgir em meados do século XIX, parece-nos que é o que melhor se adequa a esta situação.

## 9. A invasão do Minho, em 1337

Tal como Afonso IV, em 1336, também o rei de Castela, em 1337, atacou, pelo menos, em duas frentes<sup>201</sup>. Deste modo, enquanto D. Afonso XI avançava sobre o Alentejo, D. Juan e D. Fernán Rodriguez de Castro entravam em Portugal cruzando o rio Minho. Estes contingentes passaram junto a Viana (do Castelo) com uma força de cerca de 5 000 homens, entre peões e cavaleiros, que “*corerom a terra à sua vontade, destroindo e roubando e matando toda cousa a que empeçer podiom*”<sup>202</sup>. O seu destino era, tudo o indica, a cidade do Porto. A escolha deste objectivo terá sido norteada essencialmente pelo impacto que teria um ataque à principal cidade do norte de Portugal. Todavia, parece claro que para esta opção terá contribuído de sobremaneira o facto de a maior parte do perímetro urbano portuense não possuir uma cintura de muralhas que o protegesse, existindo apenas uma cerca de reduzidas dimensões e que abrangia somente pouco mais de quatro hectares<sup>203</sup>. A missão, além de atractiva devido ao espólio que ali podia ser obtido, apresentava-se, portanto, com boas hipóteses de sucesso. Contudo, a realidade iria ser bem diferente.

Assim que tiveram notícia do avanço inimigo, os portuenses organizaram-se atempadamente e conseguiram reunir um exército constituído por perto de 1 400 homens, entre cavalaria e peonagem<sup>204</sup>. Sob o comando do mestre da Ordem de Cristo, frei Estêvão Gonçalves<sup>205</sup>, do bispo do Porto, D. Vasco Martins, e do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira<sup>206</sup>, saíram ao encontro do invasor numa altura em que este estaria já nas proxi-

<sup>201</sup> Não são conhecidas quaisquer actividades por parte dos contingentes que, conforme já referimos, foram reunidos em Ciudad Rodrigo e que, sob o comando de Pero Fernandez de Guzmán, supostamente, entrariam em território português pela Beira, provavelmente junto a Almeida.

<sup>202</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 252. Trata-se, parece-nos, de um número claramente exagerado, mas veiculado de modo a enaltecer a vitória das forças portuguesas, compostas, segundo a mesma fonte, por 1 400 homens.

<sup>203</sup> Armindo de Sousa, “Tempos medievais”, in *História do Porto*, dir. de Luís A. Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1984, p. 127. O Porto só foi provido de uma nova cintura de muralha em 1355-1356, depois de ter sido vítima de um ataque por parte das forças comandadas pelo infante D. Pedro – em rebelião contra seu pai, Afonso IV – durante o qual a cidade esteve à beira de ser tomada (Idem, *ibidem*, pp. 137-138).

<sup>204</sup> Não possuímos ainda elementos suficientes que nos permitam conhecer a proporção entre cavalaria e peonagem nos exércitos medievais portugueses. Contudo, a título comparativo, registre-se que em Inglaterra, nos inícios do século XIV – isto é, antes da utilização massiva e generalizada de contingentes de arqueiros – essa proporção era de 2 peões para 1 cavaleiro, passando para 10:2 nos primeiros anos da centúria de Quatrocentos. No que concerne à realidade Ibérica, conhece-se apenas a proporção de 4:1 existente nos exércitos castelhano que conquistou Granada (Francisco García Fitz, *Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea, op. cit.*, p. 31). Assim, será legítimo aventar que naquele contingente reunido na cidade do Porto, para cada cavaleiro estariam presentes 2 a 4 peões.

<sup>205</sup> O mesmo que em 1336 se havia queixado a Afonso XI das exigências de Afonso IV para que lhe fizesse entrega do castelo de Castelo Mendo, do qual era alcaide e que tinha como refém em sequência do tratado de Escalona, firmado em 1328 entre os dois monarcas. A presença do mestre de Cristo ao comando desta força pode ser indicador da sua presença nessa cidade na qualidade de fronteiro.

<sup>206</sup> Sobre D. Gonçalo Pereira, cf. Maria Helena da Cruz Coelho, “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”,

midades da cidade. Porém, apesar de se encontrarem em clara superioridade numérica, os castelhanos optam por não se envolver em qualquer confronto directo. Suficientemente recompensados com o fruto das suas acções de pilhagem e satisfeitos com o rasto de destruição deixado à sua passagem, decidem fazer meia-volta e retornar à Galiza.

Porém, esse não seria um regresso fácil. Na sua peugada seguiam as forças provenientes do Porto que, gradualmente, iam reduzindo a distância que as separava do inimigo. Atraçoada pelas condições do terreno, que não conhecia, a coluna de marcha castelhana debate-se com grandes dificuldades de progressão, sobretudo no que toca ao avanço da cavalaria e da “carriagem”, demasiado pesada devido ao saque que transportavam. Vendo os problemas com que o inimigo se defrontava, os portugueses, conhecedores da região, aceleram a marcha e conseguem alcançá-los a 10 km de distância de Braga. Sem que a sua presença seja detectada, optam por aguardar pela melhor altura para atacar. A oportunidade surge durante a passagem de um vau que fazia a travessia de um ribeiro<sup>207</sup>. Surpreendidos pela chegada do inimigo, os combatentes castelhanos, com as suas forças divididas entre ambas as margens, mal conseguem reagir. O resultado da refrega, favorável às forças portuguesas, saldou-se – segundo a “Crónica de Portugal de 1419” – na morte de cerca de 300 castelhanos, entre os quais se contava D. Juan Fernandez de Castro, um dos seus comandantes<sup>208</sup>. O sucesso desta operação não só afastou o espectro de um ataque às principais cidades do norte do reino (Porto, Braga, Guimarães) como permitiu aos portugueses alcançar objectivos mais imediatos, tais como a recuperação de alguns dos cativos que os castelhanos haviam aprisionado ao longo do trajecto em direcção ao Porto, bem como de boa parte dos bens pilhados na região minhota. Na sua fuga desordenada, deixaram ainda no terreno um importante número de montadas e de armas, verdadeiros troféus de guerra para as forças portuguesas que, vitoriosas, regressam ao Porto.

Porém, o perigo não estava totalmente afastado do norte de Portugal que, ainda nesse ano, voltaria a ser assolado pelas armas castelhanas, desta feita, na região transmontana. As fontes narrativas nada referem a esse respeito, porém as queixas do concelho de Monforte do Rio Livre, datadas de Setembro de 1338 e única referência a essas acções, são claras quanto à destruição provocada pelas hostes castelhanas no nordeste português<sup>209</sup>.

---

in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga – Actas*, Braga, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462. A presença do arcebispo de Braga ao comando da força pode ser indicador da integração, nesse exército, das milícias concelhias de Braga.

<sup>207</sup> “*hum regato, que nacendo ribeiro banha as fraldas do Castello da Nobrega & despenhado por entre rochedos, ganha os brios e cabedal de Rio, cõ que empede em muytas partes a passagã*” (Frei Rafael de Jesus, *Monarquia Lusitana*, Parte VII, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 404-405).

<sup>208</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, op. cit., pp. 252-253.

<sup>209</sup> “*A dicta terra estaua estragada per Razom de demandas que antr eles ouue. Outrossi da guerra que Recreçeu antre*

O mesmo terá sucedido na zona do Barroso, queixando-se os seus moradores, em 1341, de não poderem pagar o foro devido ao rei em virtude da destruição provocada nos campos agrícolas durante as guerras com Castela<sup>210</sup>.

## 10. A campanha naval castelhana de 1337 e a batalha de Farrovilhas

Ao tomar conhecimento, ainda em 1336, da presença da frota portuguesa na costa da Andaluzia e dos ataques que lançara contra Lepe e Gibraleón, o rei de Castela acelerou a preparação da armada que se encontrava nos seus estaleiros de Sevilha. A conclusão das galés estava ainda bastante atrasada, pelo que foi uma frota composta apenas por 40 naus que partiu ao encontro dos navios portugueses. A bordo, além das respectivas tripulações, seguiam cerca de 5 700 homens que constituíam as suas guardas.

Chegada às proximidades da foz do Guadiana, o comando castelhano rapidamente constatou que os navios de Gonçalo Camelo se encontravam já de regresso a Lisboa. Porém, talvez não estivessem muito distantes. Valia, por isso, a pena seguir na sua perseguição e tentar alcançá-los. Esta foi uma opção fatal, pois ao largo da costa portuguesa um intenso temporal dispersou a frota perseguidora provocando o naufrágio de um grande número de embarcações. As que conseguiram resistir à tormenta acabaram por regressar a Sevilha com enormes estragos.

Mas as condições meteorológicas adversas não penalizaram apenas os navios castelhanos. O mau tempo foi também responsável por alguns danos, embora menos avultados, na frota portuguesa que actuava no litoral galego sob o comando do almirante Manuel Pessanha. Assim, ambos os reinos entram em 1337 com as suas armadas consideravelmente debilitadas.

O almirante Alfonso Jufré Tenório – conselheiro e guarda-mor do rei<sup>211</sup> –, consciente da fragilidade que essa situação acarretava, conseguiu, então, acelerar os trabalhos nas tercenas de Sevilha de modo a que fossem concluídas as galés cuja construção havia sido iniciada no ano anterior. Pouco tempo depois estavam prontas para zarpar. O seu primeiro objectivo era o Algarve. Aí, a frota lançou-se contra diversas localidades costeiras, entre as quais, Tavira e Lagos. Contudo, os planos do almirante

---

*mjm e El Rey de Castela de que Receberom muyto dano (...) E diziam que ffarcom tam pobres que me nom poderian pagar o dicto foro*” (*Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV, Vol. II, op. cit., doc. 250, pp. 382-384, de 1336, Setembro, 7*).

<sup>210</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV, Vol. III, (Org. de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, INIC, 1992, doc. 295 e seguinte, p. 100, de 1341, Maio, 30*.

<sup>211</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit.*, p. 150.

castelhano eram bem mais ambiciosos e incluíam ataques a algumas povoações do litoral alentejano, conforme se encontra atestado pelo “Poema de Alfonso Onceno”<sup>212</sup>, bem como uma arriscada incursão até mais a norte.

Por essa altura, na capital portuguesa, o movimento nas tercenas era igualmente intenso, pois a frota – concluídas as reparações dos navios danificados ao largo da Galiza – preparava-se para novas operações sob o comando do almirante Manuel Pessanha. Certamente que o impacto das notícias dos ataques a Tavira e a Lagos tiveram um papel importante na decisão de enviar os navios para sul. Porém, fora uma informação muito mais alarmante que ditara a urgência da partida: a armada castelhana pretendia avançar em direcção a Lisboa. Era imperioso largar ferros quanto antes para deter o inimigo e evitar que se aproximasse da foz do Tejo.

O percurso ao longo da costa alentejana decorre sem qualquer sinal dos navios inimigos. Porém, algumas milhas após dobrar o cabo de S. Vicente, numa segunda-feira, dia 21 de Julho de 1337, pela alvorada, a frota portuguesa avistou a castelhana. O local onde teve lugar o enfrentamento ainda hoje levanta algumas dúvidas. Apesar de ser correntemente conhecida por “Batalha do Cabo de S. Vicente”, tudo indica que ambas as armadas se defrontaram bem mais a leste, nas proximidades de Faro, junto do porto de Farrovilhas<sup>213</sup>, como testemunha a maior parte das fontes documentais coevas<sup>214</sup>. Alguns autores, entre os quais Alberto Iria, adoptam uma posição conciliadora, sugerindo que a batalha terá tido início junto desse porto, mas que se terá arrastado – provavelmente com a perseguição dos navios que haviam escapado da peleja – ao logo da costa do Barlavento algarvio, tendo terminado junto do promontório de Sagres<sup>215</sup>.

Assim, pelas 9 horas da manhã<sup>216</sup>, ao largo do porto de Farrovilhas, os navios portugueses tomam a iniciativa e dão início ao ataque avançando em formação cerrada. Do outro lado, os castelhanos mantêm-se imóveis. Encurtada a distância que separava ambas

---

<sup>212</sup> *Poema de Alfonso Onceno*, op. cit., p. 156.

<sup>213</sup> De acordo com Alberto Iria, Farrovilhas era um pequeno porto de mar situado entre Quarteira e Faro, assumindo-se como o “escoadouro da exportação da fruta de Loulé e seu termo” (Alberto Iria, op. cit., p. 131). Isilda Martins acrescenta que este porto “foi destruído em 1596 por piratas ingleses comandados pelo conde de Essex, tendo o assoreamento progressivo da costa e a formação de uma língua de areia na denominada *Ria Formosa* submergindo as suas ruínas” (Isilda Maria Pires Martins, “Os ataques castelhanos no território algarvio durante o reinado de D. Afonso IV”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. I, op. cit., p. 218).

<sup>214</sup> “quando essa frota foy A ffarrovilhas” (*Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. III, op. cit., doc. 316, pp. 140-141, de 1341, Agosto, 6, entre diversos outros documentos de teor semelhante). O “Poema de Alfonso Onceno” é igualmente claro a respeito do local onde se deu a batalha ao afirmar que “*las flotas (s) encontraron / en Farrovilhas los puertos*” (*Poema de Alfonso Onceno*, op. cit., p. 157). Por outro lado, nem a “Gran Cronica”, nem a “Crónica de Portugal de 1419” nem a “Crónica de Afonso IV”, de Rui de Pina adiantam qualquer informação acerca da localidade mais próxima da zona onde foi ferida a batalha, percebendo-se apenas que terá sido ao largo da costa sul do Algarve.

<sup>215</sup> Alberto Iria, op. cit., p. 161.

<sup>216</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, op. cit., p. 184.

as frotas, os navios do almirante Pessanha iniciam um intenso fogo de barragem levado a cabo pelos besteiros que compunham as suas guarnições. Por essa altura estariam a cerca de 300-350 metros do inimigo, uma distância que em poucos minutos se reduz. Num primeiro momento a sorte sorri aos portugueses, cujas galés conseguem aferroar algumas das embarcações inimigas<sup>217</sup>. A galé real portuguesa, comandada pelo almirante, auxiliada por uma outra capitaneada pelo seu filho, Carlos Pessanha, atinge a sua congénere castelhana perfurando-lhe o casco com o esporão da proa<sup>218</sup>. A batalha parecia estar a correr de feição para a frota portuguesa, de tal forma que nove galés castelhanas se renderam logo no começo da peleja. Porém, de um momento para o outro tudo se modificou.

De acordo com Saturnino Monteiro, é possível que a alteração súbita do rumo dos acontecimentos se tenha devido à chegada de algumas naus castelhanas, que, graças a uma maior manobrabilidade e com vento favorável, teriam começado a atacar as galés portuguesas que haviam aferroado as embarcações inimigas<sup>219</sup>, obrigando-as a aliviar a pressão que exerciam. Uma das galés castelhanas dirige-se, então, em auxílio do seu navio almirante forçando a embarcação de Carlos Pessanha a abandonar a presa para se defender do ataque. Nesse momento, livre de boa parte do fogo intenso de que tinha sido alvo, a guarnição do navio almirante castelhano inicia uma inesperada abordagem da galé de Manuel Pessanha. Os castelhanos acabam por levar a melhor na violenta luta corpo-a-corpo que se seguiu no convés do navio português e que terminou com a captura do almirante.

Assim que se aperceberam do aprisionamento da galé real e, conseqüentemente, do comandante da frota, os capitães dos restantes navios, convencidos da derrota, iniciam a debandada<sup>220</sup>. Em sua perseguição terão seguido algumas embarcações castelhanas<sup>221</sup>. Porém, nas proximidades do Cabo de S. Vicente, terão feito meia-volta, juntando-se de novo à restante frota que, então, se preparava já para rumar para Sevilha.

---

<sup>217</sup> Conforme foi recentemente demonstrado por Luís Miguel Duarte, eram dois os objectivos de um combate naval: capturar as embarcações inimigas, ou afundá-las (Luís Miguel Duarte, "A marinha de guerra portuguesa", in *Nova História Militar de Portugal*, Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Vol. I, coord. De José Mattoso, *op. cit.*, p. 324). Contudo, pelo relato das crónicas não é possível determinar quais os objectivos de cada uma das armadas em presença na batalha de Farrovilhas.

<sup>218</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 185.

<sup>219</sup> "Atacando impetuosamente, as galés portuguesas conseguiram ao fim de pouco tempo render nove das contrárias. Depois houve qualquer coisa que fez inverter o rumo dos acontecimentos. Uma hipótese a considerar é que tenham chegado as naus castelhanas, que tenham começado a abalroar algumas das nossas galés que estavam atracadas às inimigas, afundando umas tantas, e que tenham aferrado outras, lançando-lhes para dentro, do alto dos seus castelos, grandes quantidades de pedras, barras de ferro, setas e virotões" (Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol. I – 1139-1521, Lisboa, Sá da Costa, 1989, p. 19).

<sup>220</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 185.

<sup>221</sup> A "Gran Cronica" sugere precisamente que os navios portugueses "curaron de fuyr. E el almirante de Castilla, e los de las galeas que fueron con el, alcançaron dellas las que pudieron" (*Ibidem*, p. 185).

O resultado da contenda foi desastroso para os portugueses, com um balanço final de oito galés capturadas e seis afundadas<sup>222</sup>. O cativoiro de um elevado número de prisioneiros, entre os quais o almirante e o seu filho, terá também constituído um rude golpe para Afonso IV que, assim, sofria o seu primeiro grande revés no conflito. Uma derrota que lhe faria perder, em definitivo, o domínio do mar e que deixava à mercê do inimigo toda a costa de Portugal.

A frota vencedora regressou, então, a Sevilha – onde foi recebida pelo próprio Afonso XI – com várias centenas de prisioneiros, obrigados a um humilhante desfile pelas ruas da cidade andaluza com cangas ao pescoço. A bandeira real portuguesa que identificava a galé de Manuel Pessanha, um dos mais apetecidos troféus obtidos em batalha, foi exposta na igreja de Santa Maria del Pilar<sup>223</sup>.

A forma como, de um momento para o outro, aquilo que parecia ser uma vitória certa se transformou numa humilhante derrota, foi desde logo foi motivo de aceso debate. Ninguém parecia compreender como os acontecimentos puderam sofrer uma tão súbita alteração. Segundo a “Crónica de Portugal de 1419”, na altura, foram aventadas duas explicações para o sucedido: enquanto que uns afirmavam que a mudança súbita na direcção do vento trouxera vantagem para as embarcações castelhanas, nomeadamente para as naus<sup>224</sup>; outros, pelo contrário, asseguravam que os castelhanos, vendo que a batalha estava em vias de ser perdida, tiveram um novo fôlego, de tal modo que acabaram por levar os portugueses de vencida, desbaratando quase toda a sua frota e provocando um grande número de baixas<sup>225</sup>.

Porém, nenhuma destas explicações parece ter satisfeito o rei português. Nem o vento nem o ímpeto do inimigo serviam como justificação para a derrota. Não tardou, por isso, que começassem a ser apontados os responsáveis pelo desastre. A documentação regista precisamente a existência de diversos indivíduos acusados de alegados actos de cobardia durante a batalha de Farrovilhas, provavelmente, aqueles que, logo após a captura da galé real tinham dado início à fuga. Conhecemos os nomes de alguns dos acusados: João Mirão<sup>226</sup>, João da Rosa<sup>227</sup>, Martim Lopes<sup>228</sup>, Lou-

<sup>222</sup> Sobre a batalha naval do Cabo de S. Vicente, cf. Luís Miguel Duarte, “A Marinha de guerra portuguesa”, in *Nova História Militar de Portugal*, op. cit., pp. 329-330 e Saturnino Monteiro, op. cit., p. 20.

<sup>223</sup> Saturnino Monteiro, op. cit., p. 20.

<sup>224</sup> Esta é, também, a explicação aduzida pela pelo cronista Fernán Sanchez de Valladolid (*Gran Cronica de Alfonso XI*, op. cit., p. 185).

<sup>225</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, op. cit., pp. 255-256.

<sup>226</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, op. cit., doc. 149, p. 249, de 1339, Fevereiro, 13.

<sup>227</sup> *Ibidem*, doc. 150, p. 250, 1339 Fevereiro 13. Encontramo-lo identificado como mercador, em 1339, presenciando, em Lisboa, na qualidade de testemunha a elaboração do traslado de uma sentença relativa à entrega de uma casas de Lourenço Gomes de Porto de Mós, sobre as quais tinha uma contenda com Domingos Peres (AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 25, de 1339, Outubro, 30).

<sup>228</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, op. cit., doc. 151, p. 250, de 1339, Fevereiro, 13.

renço Fernandes<sup>229</sup>, Afonso Ramos<sup>230</sup> e Nicolau Peres<sup>231</sup>, mercadores de Lisboa e tripulantes da galé comandada por Sancho Afonso. Naturalmente, não foram os únicos a quem foi apontado “*que fogira e nom ffezera o que deuera en meu serviço [do rei]*”<sup>232</sup>. Porém, graças à apresentação de depoimentos de diversas testemunhas abonatórias, acabaram por receber o perdão do rei, em 1339.

Pelo contrário, outros houve, cuja conduta parece não ter tido qualquer perdão. Foi o caso de Fernão Fernandes, escudeiro de Almada, a quem foi confiscada metade de todos os bens que possuía, “*per Razom da hida da mha frota, en que el foy quando essa frota foy A ffarrovilhas*”<sup>233</sup>. Situação semelhante terá acontecido com Gonçalo Gil Paião, que – pelos mesmos motivos – também viu os seus bens confiscados por Afonso IV<sup>234</sup>.

## 11. A campanha algarvia de Afonso XI, em 1337

Em altura que supomos muito próxima da batalha naval de Farrovilhas, talvez para aproveitar o desnorte dos portugueses provocado por essa derrota, Fernán Arraiz, fronteiro na Andaluzia, efectua uma incursão armada em Portugal<sup>235</sup> levando a destruição a diversas localidades do sotavento algarvio. Porém, de todas as suas acções, a mais importante – pelo menos é aquela a que as fontes cronísticas portuguesas dão maior relevo<sup>236</sup> – parece ter sido o ataque à fortaleza de Castro Marim.

Face à aproximação das forças castelhanas, os moradores das vizinhanças e dos arrabaldes da vila que, formalmente, ainda servia de sede à Ordem de Cristo<sup>237</sup> não terão hesitado em procurar refúgio no interior do seu perímetro amuralhado. Porém, não se remeteram de imediato à habitual espera pela partida dos contingentes inimigos. Pelo contrário, tudo indica que a resistência ao invasor teve início precisamente com o lança-

<sup>229</sup> *Ibidem*, doc. 152, p. 250, de 1339, Fevereiro, 13.

<sup>230</sup> *Ibidem*, doc. 153, p. 250, de 1339, Fevereiro, 13.

<sup>231</sup> *Ibidem*, doc. 154, p. 251, de 1339, Fevereiro, 13.

<sup>232</sup> *Ibidem*, doc. 149, p. 249, de 1339, Fevereiro, 13.

<sup>233</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. III, *op. cit.*, doc. 316, pp. 140-141, de 1341, Agosto, 6.

<sup>234</sup> IAN/TT, Convento de Santos-o-Novo, cx 6, M 26, doc. 22, de 1339, Novembro, 12.

<sup>235</sup> As fontes nada adiantam relativamente à forma como terão penetrado em território português, desconhecendo-se, portanto, se se tratou de uma operação anfíbia ou se as tropas teriam cruzado o Guadiana através de um vau situado a montante de Castro Marim.

<sup>236</sup> Não deixa de ser curioso o silêncio das fontes narrativas castelhanas acerca desta incursão, relativamente à qual não dedicam uma única linha.

<sup>237</sup> Continuará a sê-lo, em termos meramente formais, até 1357, pese embora o facto de, em 1327, a fortaleza mostrar já alguns sinais de degradação, reflexos do desinteresse a que os freires da Ordem Cristo sempre a votaram, preterindo-a em benefício de Tomar (Luís Filipe Oliveira, “Convento de Cristo”, in *Guia Histórico das Ordens Religiosas Portuguesas*, no prelo).

mento de uma surtida, assim que aqueles se aproximaram. Eventualmente mal organizada, a manobra saldou-se num perfeito desastre, resultando na morte de 180 portugueses e na captura de outros 70<sup>238</sup>. Perante este insucesso, nada mais havia a fazer a não ser aguardar pacientemente pelo levantamento do cerco. Mas a espera não foi demorada. Incapazes de tomar a praça de assalto, aproveitando para isso o desaire sofrido pelos portugueses durante a surtida, e sem grandes meios para a manter bloqueada até à sua capitulação, os contingentes de Fernán Arraiz acabam por regressar à Andaluzia sem que tivessem alcançado qualquer vitória militar digna de destaque.

Mas esta não foi a única acção que tentou explorar as consequências da derrota da frota portuguesa. Nos inícios do mês de Julho de 1337<sup>239</sup>, Afonso XI – recuperado da doença que, segundo a “Gran Cronica”, o tinha obrigado a interromper a campanha de Junho desse ano – convoca o seu exército para a cidade de Sevilha. Segundo a “Crónica de 1419”, ao apelo do rei terão respondido cerca de 10 000 cavaleiros, para além de um grande número de peões e de besteiros<sup>240</sup>, quantitativos obviamente questionáveis. Cerca de uma semana depois da batalha de Farrovilhas<sup>241</sup>, aproveitando a presença em Portugal dos negociadores enviados pela Santa Sé para promover a paz entre os dois contendores<sup>242</sup> – o que, de alguma forma, garantia de que o rei português dificilmente ripostaria a um ataque –, a hoste avança até Gibraleón, uma das localidades assoladas em 1336 pela frota comandada por Gonçalo Nunes Camelo. Com o monarca encontravam-se, além de um grande número de nobres, acompanhados pelas respectivas mesnadas, as milícias concelhias de Córdova, de Ecija, de Carmona, de Jerez e alguns homens provenientes do

<sup>238</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 256.

<sup>239</sup> É corrente apontar-se a campanha algarvia de Afonso XI como tendo ocorrido em 1338, um erro comum e derivado de se saber que as forças castelhanas lançaram o ataque já depois de terem sido iniciadas as conversações de paz. Contudo, apesar de os embaixadores dos dois reis só se encontrarem para negociações em 1338, a chegada a Castela dos emissários do papa e do rei de França e, conseqüentemente, o início do processo de paz ocorre ainda em 1337. As fontes narrativas e documentais castelhanas são claras a esse respeito. A documentação de Afonso XI regista a presença do rei castelhano em Sevilha entre os dias 18 de Junho (Esther González Crespo, “Inventario de documentos de Alfonso XI relativos al reino de Murcia”, *op. cit.*, doc. 386, p. 321, de 1337, Junho, 18) – data que, como vimos, não é exacta – e 20 de Julho de 1337 (Idem, *ibidem*, doc. 388, p. 321, de 1337, Julho, 20). Depois de um hiato de mais de um mês durante o qual não há qualquer notícia do rei, a sua presença volta a ser assinalada, mas em Mérida, onde se encontra no dia 19 de Setembro (Manuel Garcia Fernandez, “Regesto Documental Andaluz de Alfonso XI (1312-1350)”, *op. cit.*, doc. 288, p. 64, de 1337, Setembro, 19). Deste modo, parece-nos claro que a campanha da hoste régia castelhana teve lugar entre os inícios de Agosto e a segunda semana de Setembro de 1337, o que se compagina com o facto de ter tido lugar após a batalha naval de Farrovilhas, ferida no dia 21 de Julho.

<sup>240</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 256.

<sup>241</sup> A “Gran Cronica” refere explicitamente que Afonso XI se encontrava em Sevilha aquando do regresso da frota vencedora da batalha naval de Farrovilhas (*Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, pp. 185-186).

<sup>242</sup> Cf. *infra*. O próprio Afonso IV queixa-se que “*el rey de Castilla entom fez en contrayro da resposta que vos deu [aos enviados do papa e do rei de França] per palavra per obra se mostrou yndo logo per seu corpo com quantas companhas pode juntar pelo mar e pela terra ao reyno do Algarve*” (As Gavetas da Torre do Tombo, Vol. V, *op. cit.*, doc. 3759, p. 662, de 1338, Outubro, 23).

bispado de Jaén<sup>243</sup>. Aí aguardou durante oito dias a chegada de mais alguns dos contingentes convocados para a campanha. Só então partiu na direcção da margem esquerda do Guadiana, prosseguindo para sul, ao longo do rio, até perto da foz<sup>244</sup>. Tudo indica que, com esta marcha, o rei procuraria um vau para lançar alguns dos seus contingentes contra território português<sup>245</sup>. Contudo, sem encontrar um local propício para a travessia, retorna para norte, até junto de Sanlúcar, para onde havia sido convocada a frota.

A visão do exército que se juntava do lado de lá do Guadiana levou a que os moradores de Alcoutim se pusessem imediatamente em fuga, deixando a vila completamente deserta<sup>246</sup>. As galés castelhanas, entretanto chegadas, foram posicionadas ao lado umas das outras numa linha perpendicular ao rio. Seguidamente, entre cada uma das embarcações foram colocadas pranchas de madeira de modo a formarem uma ponte: “*e de la una a la outra [galés] pusieron masteles e otros maderos gruesos, e ençima destes plegaron tablas e hizieron puentes por do pasassen todos de la hueste*”<sup>247</sup>. Desta forma as hostes avançaram para território português. Lentamente, com enormes cautelas, homens e montadas cruzaram o rio. No dia seguinte, reagrupada na margem direita, a hoste progride novamente para sul.

O primeiro objectivo da ofensiva era o importante bastião de Castro Marim<sup>248</sup>, principal praça-forte no controlo da entrada no Guadiana, de cuja foz dista cerca de 6 km. O seu domínio significava – tanto para Portugal como para Castela – o controlo de todo o tráfego fluvial nesta importante via de penetração, podendo ainda ser utilizada com sucesso como base para o lançamento de ataques contra território inimigo. O empreendimento havia já sido tentado, semanas antes e sem resultado – conforme referimos –, por Fernán Arraiz. Porém, desta feita os sitiantes eram em número muito superior e, por isso, com muitas mais hipóteses de quebrar as defesas da vila.

A resistência a este novo ataque – protagonizada por um reduzido número de freires de Cristo<sup>249</sup> e pelos moradores da vila, sobretudo por estes – foi, mais uma vez,

<sup>243</sup> Jose Sanchez-Arcilla Bernal, *op. cit.*, p. 199.

<sup>244</sup> O rei e o seu exército terão utilizado a via romana que ligava a margem do Guadiana a Sanlúcar (Luís Filipe Oliveira, “A Ordem de Santiago e a conquista de Alcoutim”, in *O Foral de D. Dinis e Alcoutim, Medieval e Moderno*, Alcoutim, Câmara Municipal de Alcoutim, p. 10).

<sup>245</sup> Fernán Sanchez de Valladolid sugere que a incursão se deveu ao facto de correrem notícias que davam como certa a presença da hoste régia portuguesa no Algarve: “*por que dixeron que el rrey de Portugal era en el Algarbe*” (*Ibidem*, p. 187). Contudo, tal parece apenas não passar de uma justificação do cronista para explicar a campanha depredatória de Afonso XI contra o sotavento algarvio, numa altura em que decorriam já as negociações de paz.

<sup>246</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 189.

<sup>247</sup> *Ibidem*, p. 189.

<sup>248</sup> A marcha da hoste castelhana para sul, antes de voltar para norte e se deter em frente a Alcoutim, parece também indicar que o objectivo principal da campanha de Afonso XI seria a fortaleza de Castro Marim.

<sup>249</sup> Para a defesa da praça foram enviados, propositadamente, o comendador-mor da ordem, ao comando de um diminuto contingente de freires que, assim que o inimigo levantou o cerco, regressaram a Tomar (Luís Filipe Oliveira, “Convento de Cristo”, in *Guia Histórico das Ordens Religiosas Portuguesas*, no prelo).

determinada. Informa a “Crónica de Portugal de 1419” que “os de syrna deytavom tamtas pedras e tão grandes camtos que os que combatiom não se podiom chegar ao muro e se maravylhavom muyto de sua defensão”<sup>250</sup>. Contudo, algumas vezes, os atacantes conseguiram aproximar-se perigosamente das portas da cerca, chegando mesmo a lançar-lhes fogo. A “Gran Cronica” refere ainda que as forças de Afonso XI – entre as quais se contavam diversos contingentes desembarcados das galés que, desde Alcoutim, haviam acompanhado a hoste ao longo do Guadiana<sup>251</sup> – tentaram também derrubar alguns panos de muralha, através da abertura de minas<sup>252</sup>. Contudo, nem uma nem outra operação parecem ter resultado<sup>253</sup>. Mais uma vez a fortaleza resistia e, mais uma vez, as hostes castelhanas, depois de permanecerem dois dias junto dos muros de Castro Marim, levantavam o cerco.

A acreditar na “Crónica de 1419”, foi devido a estes dois ataques que a sede da Ordem de Cristo foi definitivamente transferida para Tomar<sup>254</sup>. A sua localização, às portas de Castela, se bem que a convertesse num dos mais importantes bastiões fronteiriços do Algarve, por outro lado, expunham-na também a um perigo constante em caso de conflito entre os dois reinos, como ficou provado durante a guerra de 1336-1338.

Obrigado a desistir de Castro Marim, segundo a “Gran Crónica”, de Fernán Sanchez de Valladolid, devido à escassez de vitualhas<sup>255</sup>, o rei castelhano dirige-se para Tavira, onde esperava obter os víveres necessários para a manutenção da sua hoste em terreno inimigo por mais algum tempo<sup>256</sup>. O trajecto, numa distância de cerca de 25 km, terá sido percorrido num só dia, uma sexta-feira. Enquanto isso, algumas forças destacadas do corpo principal da hoste lançavam ataques contra diversas localidades do Sotavento algarvio, saqueando e levando a destruição ao território compreendido entre

---

<sup>250</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 257. Trata-se da primeira referência clara a uma tentativa de assalto contra uma praça cercada, de todas quantas foram atacadas durante a guerra de 1336-1338.

<sup>251</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 190.

<sup>252</sup> Face ao silêncio das fontes quanto à presença de engenhos neurobalísticos entre a hoste régia castelhana, parece-nos evidente que a abertura de minas seria o único meio de que os sitiados dispunham para abrir uma brecha nas muralhas de Castro Marim, situação que é confirmada pelo cronista biógrafo de Afonso XI (*Ibidem*, p. 190).

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 190.

<sup>254</sup> A mudança definitiva da sede da Ordem de Cristo para Tomar verificou-se apenas em 1357 (Manuel Silvío Alves Conde, *Tomar Medieval. O Espaço e os Homens*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 164). Contudo, um documento datado de Julho de 1347 assinala o estado de abandono a que estava votado o castelo de Castro Marim – expresso no mau estado das estruturas de defesa e do armamento que aí se encontrava guardado –, sinal claro do papel pouco importante que a fortaleza detinha e da diminuta importância que a ordem lhe atribuía (IAN/TT, Ordem de Cristo, Antiga Colecção Especial, Documentos Particulares, M 2, doc. 26, de 1347, Julho, 4). É ainda possível ver na degradação apresentada pelas estruturas fixas de defesa de Castro Marim, algumas eventuais consequências do cerco imposto pelas forças de Afonso XI, em 1337-1338.

<sup>255</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 190.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 190.

Loulé, Faro e S. Brás de Alportel. Os alvos eram, sobretudo, culturas agrícolas, habitações e gado<sup>257</sup>.

Logo que chegaram a Tavira, os exércitos comandados por Afonso XI – que se instalou no mosteiro de S. Francisco, situado no exterior da vila – iniciam a pilhagem das habitações dos arrabaldes. A devastação estende-se ainda às tercenas, incendiadas pelos castelhanos, embora sem que com isso tivessem provocado grandes danos<sup>258</sup>. Porém, tão rapidamente quanto tinham chegado, os exércitos inimigos partiram.

Desconhece-se qual o motivo que levou a que a hoste régia levantasse o cerco apenas dois dias depois de o terem iniciado, mas é muito possível que a cada vez maior falta de mantimentos<sup>259</sup> tenha contribuído de forma decisiva para o seu regresso a Castela<sup>260</sup>.

Apesar da curta duração do cerco, tudo indica que os sitiados deixaram um profundo rasto de destruição em Tavira e nos seus arredores, ao ponto de o rei português

<sup>257</sup> Contrariamente ao sucedido durante a campanha de Junho desse ano contra a raia alentejana, desta feita, os castelhanos não parecem ter tido a preocupação de fazer prisioneiros entre as populações das localidades atacadas.

<sup>258</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 190.

<sup>259</sup> *Ibidem*, p. 190. É esta, também, a explicação adiantada por Rui de Pina: “*E daly porque os mantiimentos lhe falecerão tronouse elRey a Alcoutim*” (Rui de Pina, *op. cit.*, p. 408). Provavelmente não terão encontrado – ao contrário do que previam – quantidades suficientes de víveres de modo a poderem prosseguir a campanha.

<sup>260</sup> A “Crónica de Portugal de 1419”, dá uma interessante justificação para a partida de Afonso XI e dos seus exércitos. Segundo esta fonte, no dia seguinte ao começo do cerco – um sábado –, pela alvorada, o rei castelhano, que observava as defesas da vila à procura do melhor local para lançar um ataque, apercebe-se da presença de sete homens junto da igreja de Santa Maria, situada no interior do perímetro amuralhado da vila. As figuras, vestidas com mantos brancos, empunhavam, cada uma, a bandeira da Ordem de Santiago. Intrigado, terá questionado o guardião do mosteiro de S. Francisco acerca daquelas figuras. A resposta tê-lo-á surpreendido: Tratava-se dos sete mártires tombados no combate das Antas, travado por ocasião da conquista de Tavira, em 1242 (Sobre a narrativa da tomada de Tavira e o combate das Antas, cf. *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, Vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1856, pp. 417-418) e que, tal como D. Paio Peres Correia – que, segundo o mesmo frade, estava sepultado nessa mesma igreja –, zelavam para que a vila não caísse em mãos castelhanas. Independentemente do significado que quisermos atribuir a esta “visão” – que provavelmente não passa de uma lenda introduzida pela “Crónica de 1419”, mas que segundo Ricardo da Costa, se liga “à retomada de uma consciência cruzada durante a guerra entre os reis cristãos (...), um chamado à missão original das monarquias ibéricas: a expulsão dos muçulmanos” (Ricardo da Costa, *A Guerra na Idade Média: Um Estudo da Mentalidade de Cruzada na Península Ibérica*, Rio de Janeiro, Paratodos, 1998, pp. 213-214) –, não é difícil imaginar este episódio como um estratagema muito bem engendrado pelos sitiados de forma que Afonso XI acreditasse que, para além dos portugueses teria que se defrontar com um inimigo bem mais poderoso e difícil de derrotar. Se na realidade se tratou de um ardil para desmoralizar os castelhanos e obrigá-los a abandonar o cerco, resultou em pleno, pois no dia seguinte, qualquer que tenha sido o motivo que os levou a desistir de Tavira, as forças sitiadas iniciam a marcha para norte, em direcção a Alcoutim. Através da ponte formada pelas galés – que entretanto também para ali se tinham dirigido – atravessam novamente o Guadiana e reentram em Castela. Atente-se no facto de a “Gran Cronica” e o “Poema de Alfonso Onceno”, contemporâneas dos acontecimentos, nada dizerem a esse respeito – que até seria perfeitamente justificativo do levantamento do cerco –, preferindo explicar a partida dos castelhanos de uma forma mais pragmática, alegando como motivo a falta de mantimentos (*Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 19). Pelo contrário, o “Poema” não adianta qualquer justificação para o regresso da hoste a Castela. Quanto a Rui de Pina, parece não dar muito crédito à lenda, referindo-a como uma “*antiga, & autorizada lembrança de Portugal*” (Rui de Pina, *op. cit.*, p. 408).

conceder, aos seus moradores, alguns meses depois dos acontecimentos, importantes privilégios relativos ao relego<sup>261</sup> e à dízima das carnes<sup>262</sup>. Em ambas as ocasiões são referidos os grandes danos sofridos durante a guerra e as dificuldades em que a vila e os seus habitantes se encontravam em consequência da acção dos exércitos inimigos<sup>263</sup>, prova evidente dos efeitos nefastos de escassos dois dias de cerco.

## 12. A campanha portuguesa na Galiza, em 1337

Ao que nos é dado conta pela “Crónica de Portugal de 1419”, D. Afonso IV terá ficado profundamente perturbado e surpreendido, primeiro, com o desastre da frota portuguesa junto a Farrovilhas<sup>264</sup> e, semanas depois, com as informações acerca da devastação provocada no sotavento algarvio pelas forças de Afonso XI<sup>265</sup>. Muito provavelmente, nesta altura, o rei português não esperaria já uma ofensiva castelhana, pois a chegada a Sevilha dos emissários do papa Bento XII e do rei de França, Filipe VI, apresentava-se como um claro prenúncio de pacificação entre os dois contendores. Por isso, também não estaria nos seus planos lançar-se num novo ataque contra Castela, ainda para mais no fim do Verão, quando se aproximava a época do ano menos propícia à condução de operações militares. Todavia, era imperioso reagir quanto antes, de modo a reforçar a sua posição negocial quando tivessem lugar as conversações de paz.

Assim, logo que lhe foi possível, o rei português terá dado início aos preparativos para uma nova campanha. Apesar do mutismo das fontes, parece-nos provável que Afonso IV tenha convocado a sua hoste ainda durante o mês de Setembro, pouco depois

<sup>261</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, *op. cit.*, doc. 133, p. 231-232, de 1338, Agosto, 31.

<sup>262</sup> *Ibidem*, doc. 134, pp. 232-233, de 1338, Setembro, 1.

<sup>263</sup> “en esta guerra receberom gran dano polo meu seruiço (...) E eu ueendo o que diziam e como eles me seruirom en esta guerra bem e como deuyam tambem per mar come per terra come en deffendimento dessa vila querendo lhis fazer” (*Ibidem*, doc. 133, p. 231-232, de 1338, Agosto, 31). O teor do documento sobre a dízima das carnes é em tudo semelhante no que concerne aos danos sofridos durante o cerco e às consequências que daí resultaram (*Ibidem*, doc. 134, pp. 232-233, de 1338, Setembro, 1).

<sup>264</sup> A “Crónica de 1419” refere que “*Muyto pesou a el-rey dom Afonso deste mao aquecimento que à sua frota acontesera*”. (*Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, p. 256).

<sup>265</sup> Tanto a “Crónica de 1419” como a “Gran Cronica” referem que a campanha de Afonso IV contra a Galiza teve lugar entre a Batalha naval de Farrovilhas e a campanha de Afonso XI contra o Algarve (*Ibidem*, p. 256 e *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 191). Porém, um documento datado de 20 de Outubro de 1337 dá-nos conta da realização de preparativos militares para uma campanha em larga escala contra a Galiza (IAN/TT, Mosteiro de Arouca, Gav. 5, M 9, doc. 19, de 1337, Outubro, 20). Devemos o conhecimento deste documento ao Mestre Luís Miguel Rêpas, a quem desde já agradecemos, o que nos leva a rejeitar a datação proposta por ambas as fontes narrativas. É, no entanto, possível que a afirmação da “Gran Cronica” – recuperada pelo autor da “Crónica de Portugal de 1419” – tenha tido o objectivo de legitimar a campanha de Afonso XI no Algarve como uma operação de retaliação. Assim, a campanha terá tido lugar, seguramente, após aquela data.

dos ataques castelhanos a Castro Marim e a Tavira. Porém, até que os contingentes e os meios logísticos necessários estivessem todos reunidos teria ainda que aguardar algumas semanas.

Enquanto se preparava a ofensiva, que deveria ser lançada a partir da cidade de Braga contra algumas localidades da Galiza, o rei é informado da chegada a território português dos emissários do papa Bento XII e do rei de França, Filipe VI. À semelhança do que tinha feito o seu adversário, Afonso IV também não alterou os seus planos devido às iniciativas diplomáticas promovidas pela Santa Sé e pela Coroa francesa. Todavia, a presença dos negociadores em Braga – onde terão chegado em meados de Outubro<sup>266</sup> – foi, seguramente, um factor decisivo para retardar as operações militares em virtude, não só dos encontros que terão mantido com o rei, mas, também, da necessidade de disfarçar toda a azáfama que rodeava a preparação da campanha<sup>267</sup>.

Assim, as primeiras referências seguras à reunião da hoste régia remontam apenas ao dia 20 de Outubro, quando o monarca, em Braga, determinou a Domingos da Mouta, seu homem, que procedesse à recolha imediata, na comarca de Entre Douro e Minho, das lorigas e das montadas relativas às lutuosas dos seus vassallos. Em alternativa, o monarca autorizava a sua remissão através do pagamento de 100 morabitinos velhos por cada lutuosa, que deveriam ser entregues ao almoxarife régio de Guimarães. Contudo, a preferência do monarca ia para a entrega de montadas e de peças de armamento – que lhe deveriam ser enviadas “*hu quer que eu for*”, o que revela a eminência de uma operação militar de envergadura e a necessidade premente de cavalos e de armamento defensivo para substituir todos quantos não reunissem as condições desejadas ou aqueles que, durante a campanha, se viessem a perder ou a danificar<sup>268</sup>.

Conforme já o referimos, as fontes nada adiantam quanto ao momento em que decorreu esta incursão em território galego. Os documentos emanados por Afonso IV registam a sua presença – praticamente durante todo o ano de 1337 – em Lisboa ou a sul da capital. Exceptua-se o final de Outubro e todo o mês de Dezembro, quando o encontramos, respectivamente, em Braga e em Trás-os-Montes<sup>269</sup>. Por exclusão de partes, parece-nos possível apontar Novembro como tendo sido o mês durante o qual teve lugar o ataque à Galiza, talvez entre a segunda e a última semana.

<sup>266</sup> Segundo a “*Gran Cronica*”, os prelados ter-se-ão queixado posteriormente a Afonso XI dizendo “*que passaron muchos trabajos en los caminos por quanto el rrey de Portugal era muy lexos de la çiudad de Seuilla donde ellos avian partido*” (*Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 194).

<sup>267</sup> Parece-nos evidente que Afonso IV pretendia demonstrar aos mediadores uma clara abertura às propostas de paz, pelo que terá tentado – não sabemos, no entanto, se o conseguiu – evitar que se apercebessem da eminência de uma ofensiva contra Castela.

<sup>268</sup> IAN/TT, Mosteiro de Arouca, Gav. 5, M 9, doc. 19, de 1337, Outubro, 20.

<sup>269</sup> No dia 4 de Dezembro o rei encontrava-se em Lamas de Orelhão (*Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV, Vol. II, op. cit.*, doc. 87, p. 166, de 1337, Dezembro, 4) e no dia 26, em Vila Flor (*Ibidem*, doc. 88, pp. 166-167, de 1337, Dezembro, 26).

À partida parece-nos de rejeitar a possibilidade de Afonso IV ter partido para a fronteira imediatamente após o envio da atrás citada carta de 20 de Outubro, sendo mais provável que tenha iniciado a marcha para norte alguns dias depois, nos últimos dias do mês, ou já no início de Novembro.

As fontes disponíveis nada adiantam quanto à composição do exército do rei, embora, em termos formais, deva ter tido uma constituição em tudo semelhante ao do ano anterior, porém, com uma base geográfica de recrutamento nobre e concelhio algo diferente. Assim, o rei terá solicitado, sobretudo, a presença de forças provenientes da Beira Litoral, do Douro Litoral, do Minho e de Trás-os-Montes, zonas mais próximas, por um lado, de Braga, local de reunião da hoste, e, por outro, da Galiza, região que pretendia atacar. No entanto, é possível que tenha também recorrido a alguns dos seus vassallos e concelhos da Estremadura. As fontes informam-nos, precisamente, da convocatória das milícias da Lourinhã que, assinala-se, se recusaram a obedecer ao chamado do alcaide que, por sua vez, acabou por prender os indivíduos em questão<sup>270</sup>. Parece-nos ainda que o facto de a campanha ter sido preparada com pouca antecedência pode ser um indicador de um exército menos numeroso comparativamente, por exemplo, com o reunido para as operações militares do Verão de 1336, cuja convocatória terá sido feita em Fevereiro-Março desse ano.

Ao tomar conhecimento dos preparativos portugueses, Afonso XI deu imediatamente instruções a Pero Fernandez de Castro para organizar uma força e avançar contra o exército português de modo a impedir a sua penetração em território galego. Porém, mais uma vez, argumentando que *“non queria yr a pelear com el rrey de Portugal ni yria a donde estuviere el su cuerpo, ca dezia que lo criara e le fiziera mucho bien quando era nino”*<sup>271</sup>, recusou-se a dar combate a Afonso IV, sendo, por isso, correntemente apontado como o principal responsável por toda a destruição provocada naquela região pela hoste régia portuguesa<sup>272</sup>.

Não são conhecidos muitos pormenores da campanha. A “Crónica de Portugal de 1419”, informa-nos apenas que a hoste de Afonso IV *“estragou toda aquela comarca, queymando muytas aldeas e poendo foguo a grandes casas e asemtamentos, e chegou a Vres [Verea] com suas companhas e estragou-lhe todo ho termo de redor, e eso mesmo em Salvaterra”*<sup>273</sup>. Parece, à semelhança da que comandou em 1336 – assente no ataque a Badajoz e região circundante –, ter-se tratado de uma campanha marcada por objectivos eminentemente depredatórios e dirigida, sobretudo, contra alvos “civis”. Ou seja,

<sup>270</sup> *Ibidem*, doc. 155, pp. 251-256, de 1339, Fevereiro, 4.

<sup>271</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, *op. cit.*, p. 192.

<sup>272</sup> Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, *op. cit.*, p. 228.

<sup>273</sup> *Crónica de Portugal de 1419*, *op. cit.*, p. 257. A “Gran Cronica” também não adianta quaisquer detalhes que nos ajudem a compreender melhor a forma como decorreu a campanha portuguesa de 1337.

uma autêntica “chevauchée”, como as que os exércitos ingleses, alguns anos depois, viriam a lançar sistematicamente em território francês, no âmbito da Guerra dos Cem Anos<sup>274</sup>.

Depois de atravessar o rio Minho num dos seus vaus, a hoste régia portuguesa avança em direcção a Salvatierra, praça-forte situada na margem direita do rio, em frente a Monção. No entanto, a ofensiva não terá surpreendido o galego Vasco Osores – comandante da fortaleza – que, prudentemente havia abastecido “*la villa de muchas viandas e de mucha buena gente*”<sup>275</sup>. A defendê-la encontravam-se ainda muitos dos habitantes das cercanias que, obedecendo ao “reflexo obsidional”, tinham fugido para o interior do seu perímetro amuralhado. A hoste de Afonso IV permaneceu junto dos muros de Salvatierra cerca de uma semana. Durante esses oito dias, as tropas portuguesas lançaram vários ataques contra as suas muralhas<sup>276</sup>, mas, sempre sem sucesso. Entretanto, vários contingentes deixavam o arraial e levavam a destruição à zona em redor, à semelhança de tantos outros episódios ocorridos de um e de outro lado da fronteira durante os dois anos de duração do conflito.

Porém, Afonso IV não pretendia gastar mais tempo em Salvatierra, pelo que acabou por levantar o cerco e avançar pela estrada que seguia na direcção de Orense<sup>277</sup>. Ao longo do trajecto, várias terão sido as povoações atacadas, pilhadas e incendiadas. No entanto, chegada às proximidades de La Cañiza, depois de percorrer escassas dezenas de quilómetros, a hoste obliquou para sudeste, na direcção de Vereia, uma povoação que, apesar da sua reduzida importância também não foi poupada, tal como os seus arredores, conforme nos é dado conta pela “Crónica de 1419”. Daí, o exército comandado por Afonso IV inicia a marcha de regresso a Portugal.

Cerca de duas semanas depois de ter cruzado o rio Minho, a hoste reentra em território português pela Portela do Homem ou, eventualmente, mais a leste, nas proximidades de Montalegre. Atrás de si deixava um profundo rasto de destruição, de tal forma que, como testemunha a “Crónica de Portugal de 1419”, “*em guisa que, da entrada que*

---

<sup>274</sup> Conforme nos refere Christopher Allmand, “The *chevauchée*, then, had as its prime aim the undermining of the enemy king’s authority by challenging his military effectiveness. (...) The civilian became the soldiers’ main target. Eventually, it was hoped, this would lead to a demand for peace which could not be ignored, at which moment the stronger party would be able to dictate the terms it wished. Secondly, wars which involved civilian targets were less dangerous and cheaper to organise but very costly for the defender” (Christopher Allmand, *The Hundred Years War. England and France at War. c. 1300 - c. 1450*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989, p. 55).

<sup>275</sup> *Gran Cronica de Alfonso XI*, op. cit., p. 191.

<sup>276</sup> A “Gran Cronica” afirma mesmo que “*cada dia la combatian*” (*Gran Cronica de Alfonso XI*, op. cit., p. 191). É provável que tenham sido abertas minas de modo a fazer ruir alguns panos da muralha de Salvatierra, tal como não parece impossível que os sitiados tenham tentado incendiar as portas da vila. Todavia, as fontes nada dizem a este respeito.

<sup>277</sup> Talvez por isso Rui de Pina afirme, erradamente, que a hoste régia, depois de abandonar o cerco a Salvatierra, terá avançado até Orense (Rui de Pina, op. cit., p. 407).

o conde [D. Pedro] fez a primeyra desta vez que el-rey a ela foy, ficou aquela terra es-  
tragada que maravylhosa cousa era de ver<sup>278</sup>. Concluíam-se, assim, as acções armadas  
da guerra de 1336-1338. Os passos seguintes seriam dados nos palcos da diplomacia.

### 13. A intervenção papal e as pazes

A intervenção do legado papal, o bispo de Rodes, D. Bernard de Alby – nomeado  
para esta missão ainda em Dezembro de 1336<sup>279</sup> – e do bispo de Reims, enviado do rei  
de França, Filipe VI<sup>280</sup> – entretanto substituído pelo arcediogo de Bayoxes<sup>281</sup> –, levou a  
que os contendores entabulassem as primeiras conversações com os mediadores em  
meados de 1337<sup>282</sup>. A delegação encontrou-se, primeiro, com Afonso XI, em Sevilha<sup>283</sup>. O  
rei castelhano, argumentando que não tinha sido ele a desencadear a guerra e que as  
suas acções militares tinham apenas servido como resposta aos ataques portugueses,  
recusa-se a entrar em negociações sem que, primeiro, os emissários se reunissem com  
o rei português<sup>284</sup>. A delegação dirige-se, então para Braga – depois de serem recebidos  
junto à fronteira por Rui Fafes de Lanhoso<sup>285</sup>, na fronteira –, onde tem o primeiro encontro

<sup>278</sup> *Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 257.

<sup>279</sup> *Monumenta Henricina*, Vol. I, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, doc. 81, p. 173-174, de 1336, Dezembro, 30. O historiador brasileiro Ricardo da Costa considera que a escolha do bispo de Rodes não foi aleatória e que se revestia de um importante significado: “O bispo, além do poder papal a ele outorgado, é um representante cruzado”, o que se liga de forma estreita à necessidade de evitar uma nova invasão muçulmana da Península Ibérica como a que, à altura, se preparava (Ricardo da Costa, *op. cit.*, p. 214).

<sup>280</sup> A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 500. O interesse da Coroa francesa numa paz entre os dois reinos, expresso nesta intervenção diplomática, parece dever-se à procura de uma aliança com Castela face ao início do conflito com a Inglaterra. A aliança com Castela era também procurada, desde 1336, pelo governo inglês (Peter E. Russell, *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica Durante a Guerra dos Cem Anos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p. 27). Convém a este propósito relembrar que a ruptura franco-inglesa ocorreu em 24 de Maio de 1337 com a declaração de Filipe IV, rei de França, do confisco do ducado da Aquitânia, cujo duque era o rei inglês Eduardo III. Este acto marca, segundo Christopher Allmand, o início da Guerra dos Cem Anos (Christopher Allmand, *op. cit.*, pp. 10-11).

<sup>281</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. V, *op. cit.*, doc. 3759, p. 662, de 1338, Outubro, 23.

<sup>282</sup> Assinale-se que em Junho de 1337, não haviam ainda sido obtidos quaisquer resultados, de tal modo que o pontífice se viu na necessidade de, em missiva enviada a D. Bernard d’Alby, o alertar para a urgência de acelerar as negociações face a uma nova ameaça muçulmana sobre a Península Ibérica. (*Monumenta Henricina, op. cit.*, Vol. I, doc. 82, p. 174-176, de 1337, Junho, 16) que, aliás, veio a acontecer em 1340 com o desembarque das forças do sultão de Marrocos em Algeiras e em Gibraltar, cercando de imediato a praça-forte de Tarifa.

<sup>283</sup> A “Gran Crónica” refere que o encontro teve lugar entre a campanha contra o Alentejo e a incursão que Afonso XI levou a cabo contra o sotavento algarvio, em 1337 (*Gran Crónica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 187).

<sup>284</sup> *Ibidem*, pp. 187-188. Um pretexto que serviu, como vimos, para desviar as atenções dos mediadores e para Afonso XI lançar uma nova campanha contra território português, na qual devastou boa parte do Sotavento algarvio.

<sup>285</sup> Rui Rodrigues Fafes de Lanhoso encontra-se registado como alcaide-mor de Braga em 1324 (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325), op. cit.*, Vol. II, p. 129) e em 1325 (Manuel António Fernandes Moreira, *O Antigo Mosteiro de S. Salvador da Torre e os Pergaminhos da Biblioteca*

com Afonso IV<sup>286</sup>. Contudo, tanto o ataque da hoste régia castelhana ao Algarve como a consequente invasão portuguesa da Galiza terão retardado o processo de paz. A actividade diplomática do legado papal terá, no entanto, prosseguido, conseguindo alcançar os primeiros resultados com uma proposta de paz apresentada a Afonso XI – previamente discutida e aprovada por Afonso IV e em cuja elaboração terá participado o arcebispo D. Gonçalo Pereira<sup>287</sup> – em Dezembro de 1337 e materializada numa trégua com a duração de um ano. Na sua assinatura, firmada poucos dias depois, estiveram presentes, em representação dos reis de Portugal e de Castela, respectivamente, Lopo Fernandes Pacheco e Fernán Rodriguez de Villa Lobos<sup>288</sup>, certamente familiar da sua mulher, Maria de Villa Lobos<sup>289</sup>.

Novas negociações terão decorrido ao longo de 1338 – certamente perturbadas por uma incursão protagonizada pelas forças do adiantado na Galiza, Rui Pais de Biedma<sup>290</sup> – e nos inícios de 1339, culminando com a assinatura das pazes definitivas em Sevilha, em Julho deste ano<sup>291</sup>. O acordo permitiu, não só a vinda da infanta D. Constança Manuel para Portugal e o regresso de D. Branca a Castela, bem como o compromisso por parte de D. Afonso XI de dar à sua mulher o tratamento devido a uma rainha, com o consequente afastamento de Leonor de Guzmán dos meios cortesãos. O acordo incluía ainda a libertação de todos os prisioneiros capturados por ambos os contendores e que se encontravam “*en los almacens de los reyes*”<sup>292</sup> e uma aliança militar entre os dois reinos com vista à luta contra a invasão Benimerine da Península Ibérica. Chegavam, assim, ao fim, nas palavras de Armindo de Sousa, “três anos de histeria destruidora”<sup>293</sup>.

---

*Municipal de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, s.n. 1986, doc. 4, pp. 37-38, de 1325, Julho, 20, tendo sido, posteriormente, substituído por Gonçalo Rodrigues, que encontramos referenciado com alcaide-mor de Braga, em 1331 (José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, op. cit., Vol. II, p. 41), sendo, portanto claro que, em 1337, Rui Fafes não era já detentor da alcaidaria bracarense. Contudo, não deixa de ser curioso o facto de ter sido ele a acompanhar os mediadores entre a fronteira e aquela cidade minhota.

<sup>286</sup> *Gran Crónica de Alfonso XI*, op. cit., p. 193. O facto de o encontro ter tido lugar em Braga pode apontar para uma data próxima do dia 20 de Outubro, altura em que o rei se encontrava na cidade a preparar a campanha de inverno de 1337 contra a Galiza (IAN/TT, Mosteiro de Arouca, Gav. 5, M 9, doc. 19, de 1337, Outubro, 20).

<sup>287</sup> “Este arcebispo foi o que pôs treguas entre este ifante dom Afonso o quarto, que entom era rei, e el rei dom Afonso, o Bão, de Castela” (*Portugalæ Monumenta Historica – Nova Série: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. III/1, op. cit., p. 238).

<sup>288</sup> *Gran Crónica de Alfonso XI*, op. cit., pp. 194-195.

<sup>289</sup> Não nos foi possível descortinar o parentesco entre ambos, embora seja seguro que fariam parte da mesma linhagem.

<sup>290</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. V, op. cit., doc. 3759, p. 663, de 1338, Outubro, 23. Não possuímos qualquer outro elemento acerca desta incursão, relativamente à qual as fontes narrativas nada dizem.

<sup>291</sup> A. H. de Oliveira Marques, op. cit., p. 500.

<sup>292</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. V, op. cit., doc. 3759, p. 663, de 1338, Outubro, 23.

<sup>293</sup> Armindo de Sousa, “Condicionamentos Básicos”, in *História de Portugal*, op. cit., p. 486. Na realidade, foram apenas dois, pois durante 1338 não parece ter existido qualquer actividade bélica, para além da acima referida incursão de Rui Pais de Biedma.

Os vestígios mais marcantes do conflito observavam-se – de um lado e de outro da fronteira – ao longo das zonas cruzadas pelos exércitos: povoações abandonadas ou destruídas, populações em fuga, gado morto, culturas agrícolas arrasadas e queimadas.

Esta guerra – que o conde D. Pedro considerava “*mui danosa de ãa parte e da outra*”<sup>294</sup> –, apesar de ter durado apenas dois anos e de ter tido como palco apenas as regiões fronteiriças e algumas faixas do litoral, ou seja, zonas relativamente circunscritas, parece ter marcado negativamente todo o reino. Sobretudo através do aumento generalizado dos preços, da desvalorização monetária e do agravamento da carga fiscal, tornando ainda mais complexa a difícil situação económica e financeira do reino e de que a Pragmática de 1340<sup>295</sup> é apenas um pálido reflexo.

Porém, este tratado abria as portas para um longo período de 30 anos de paz – interrompido apenas em 1369 – e de estreito relacionamento entre ambas as Coroas. Um relacionamento plasmado, no ano seguinte à assinatura das pazes, na coligação entre os dois reinos – a que se juntou Aragão – para fazer frente a uma nova invasão muçulmana da Península Ibérica, rechaçada definitivamente na batalha do Salado, na qual o próprio Afonso IV viria a marcar presença à frente de uma importante e vitoriosa força portuguesa.

## 14. Considerações finais

Tal como a maior parte das guerras medievais, também esta se pautou pela inexistência de grandes batalhas campais. Enfrentar o inimigo desta forma foi uma situação que os capitães procuraram evitar a todo o custo<sup>296</sup>, direccionando os seus recursos para formas alternativas de combate. Aliás, muito poucas terão sido as vezes em que os exércitos portugueses e castelhanos se defrontaram em campo aberto durante a guerra de 1336-1338, sendo conhecidos apenas o confronto de Villanueva de Barcarrota (1336) e a cilada em que as forças comandadas pelo mestre de Cristo, pelo bispo do Porto e pelo arcebispo de Braga derrotaram o contingente capitaneado pelos irmãos Juan e Fernán Rodriguez de Castro, nas imediações do castelo da Nóbrega (1337).

Assim, uma das principais características do conflito de 1336-1338 foi a realização de um número considerável de operações de cerco. Porém, estas incidiram quase sempre

<sup>294</sup> *Portugaliae Monumenta Historica – Nova Série: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. III/1, *op. cit.*, p. 111.

<sup>295</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, *op. cit.*, Pragmática de 1340 e outras leis anexas, pp. 103-113, de 1340, Junho, 1.

<sup>296</sup> Christopher Allmand, *op. cit.*, p. 55. Os monarcas e os chefes militares chegavam mesmo a instruir formalmente os seus exércitos para recusarem qualquer confronto (Philippe Contamine, *War in the Middle Ages*, Oxford (UK) and Cambridge (USA), Blackwell, 1996, pp. 228-229). Mesmo nos casos dos reis ingleses Eduardo III e de Henrique V – vencedores de duas importantes batalhas da Guerra dos Cem Anos: Crécy e Azincourt –, os cercos eram os principais objectivos das estratégias de ambos (Jim Bradbury, *The Medieval Siege*, Woodbridge – Suffolk, The Boydell Press, 1994, p. 156).

sobre povoações de importância secundária como Entieza (1336), Lepe (1336), Arronches (1337), Assumar (1337), Olivença (1337), Castro Marim (duas vezes em 1337), Tavira (1337) e Salvatierra del Miño (1337). As únicas localidades de maior dimensão a ser alvo de uma ofensiva inimiga durante estes anos de guerra foram Badajoz (1336) e Elvas (1337). Porém, em nenhuma das situações acima referidas parece ter existido um propósito de conquista e de ocupação efectiva da praça sitiada. Mesmo quando os exércitos atacantes arriscaram assaltos contra as muralhas e portas das fortalezas que cercavam, o objectivo dificilmente terá sido outro além da destruição, da pilhagem e da captura de prisioneiros. De outra forma ter-se-ia assistido, parece-nos, à utilização de meios mais eficazes de assédio<sup>297</sup> e a presenças mais prolongadas e persistentes dos sitiados junto das suas muralhas. Incapazes de ultrapassar facilmente estas estruturas fixas de defesa, os exércitos limitavam-se, então, a devastar o que se encontrava ao seu alcance, ou seja, tudo o que ficava no exterior e nos arredores das fortalezas sitiadas: edifícios de habitação, explorações agrícolas e pecuárias, bem como algumas unidades “industriais” como as tercenas de Tavira, incendiadas em 1337 pela hoste de Afonso XI.

Ora se o objectivo imediato das hostes invasoras não era a conquista e ocupação destes “pontos fortes”, mas sim a sua destruição e saque, compreende-se perfeitamente porque não perdiam tempo com operações de cerco demoradas. Ao fim e ao cabo podiam alcançar o mesmo propósito de forma mais simples, mais económica, menos arriscada e muito mais rápida, atacando localidades de menor dimensão, desprovidas de qualquer cintura de muralhas e avançando de imediato para o alvo seguinte. As referências constantes a casas queimadas e a aldeias arrasadas confirmam precisamente esta opção, outra das principais características do conflito de 1336-1338.

Esta estratégia – fazer a guerra da “*mais esquivã maneira que pudesse ser*”<sup>298</sup> –, assente em operações de cerco e em acções de “guerra guerreada” e que em nada diferia dos moldes segundo os quais os reinos cristãos peninsulares haviam desenvolvido o processo de Reconquista<sup>299</sup>, visava, sobretudo, a destruição de todo o tipo de recursos do inimigo para debilitar e desgastar as suas bases materiais, políticas, militares e morais.

Porém, conduzir a guerra tendo em vista alcançar esses objectivos fazia com que os principais alvos acabassem por ser os não-combatentes, os “civis” – sobretudo os que

<sup>297</sup> Recorde-se que nos relatos das operações militares de 1336-1337, não encontramos uma única referência à utilização de “artilharia” – entenda-se, engenhos neurobalísticos –, de escadas, de bastidas ou de torres de assalto.

<sup>298</sup> “*todos acordaram que era mui bem, e por terra e por mar fose movida guerra a el rey de Castela, e esto na mais esquivã maneira que pudesse ser*” (*Crónica de Portugal de 1419, op. cit.*, p. 250).

<sup>299</sup> João Gouveia Monteiro considera que “a popularidade deste estilo de guerra na Península Ibérica da Baixa Idade Média se explica, não só em função de condições orográficas e climatéricas que objectivamente o facilitavam, como também – e sobretudo – em resultado do peso da tradição militar muçulmana e, conseqüentemente, do hábito de lidar com ela ao longo de séculos de Reconquista” (João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média, op. cit.*, p. 374).

residiam mais próximo da fronteira –, os seus bens e propriedades. A utilização de parte da sua produção, não só de forma directa no abastecimento das hostes<sup>300</sup>, mas, também, indirectamente, como base de tributação fiscal através da qual os exércitos eram remunerados era motivo mais que suficiente para que povoações de reduzida importância se tornassem importantes objectivos estratégicos dos exércitos invasores. Neste sentido, é absolutamente compreensível o rasto de destruição deixado em povoações de importância secundária como Almendral, bem como em toda a região da Ribeira de Nogales, atacadas pela hoste régia portuguesa em 1336, ou em Gibraleón, fustigada pela frota de Gonçalo Camelo e as inúmeras aldeias devastadas pela hoste do conde de Barcelos nesse mesmo ano na Galiza, ou no ano seguinte em Trás-os-Montes, Alentejo e Algarve pelos exércitos castelhanos. As populações eram cada vez menos danos colaterais e convertiam-se em alvos concretos<sup>301</sup>.

Apesar da duração do conflito, nem um nem outro contendor parece ter procurado – conforme já o referimos – uma ocupação efectiva do território do adversário. Face aos dados disponíveis parece-nos que o objectivo expansionista não chegou nunca a ser equacionado, pelo menos de forma imediata. Mesmo quando no terreno se encontravam envolvidos exércitos que supomos poderosos e compostos por um número considerável de efectivos, como a hoste régia que, sob o comando de D. Afonso IV, penetrou em Castela em 1336 ou da que, comandada por Afonso XI atacou Castro Marim e Tavira, em 1337, não parece nunca ter existido um propósito evidente de ocupação. Eventualmente, o prosseguimento das operações militares poderia ter conduzido à apropriação – de forma mais ou menos definitiva – de algumas franjas territoriais localizadas junto à fronteira, porém, para que tal acontecesse a guerra teria ainda que se arrastar durante mais alguns anos.

Face aos objectivos estratégicos imediatos de debilitação e anulação dos recursos do inimigo – perseguidos quer por um monarca quer pelo outro – não havia qualquer necessidade de as hostes permanecerem em território hostil durante períodos de tempo prolongados. Pela análise da duração das campanhas constata-se precisamente que nenhuma delas terá ultrapassado as três semanas<sup>302</sup> e que tiveram raios de acção relativamente curtos. Todavia, importa questionar – embora a resposta seja difícil de obter –

---

<sup>300</sup> Recorde-se que Afonso XI, antes de entrar em território português por Alcoutim, esteve alguns dias em Gibraleón, uma das localidades devastadas pela frota de Gonçalo Camelo no ano anterior. Muito provavelmente o exército castelhano terá sentido algumas dificuldades com o seu abastecimento de víveres nessa região, pois um dos motivos que levou ao abandono dos cercos de Castro Marim e de Tavira foi justamente a escassez de géneros com que se debatia.

<sup>301</sup> Christopher Allmand, "War and the non-combatant in the Middle Ages", in *Medieval Warfare: A History*, edited by Maurice Keen, Oxford, Oxford University Press, 1999, pp. 261-263.

<sup>302</sup> Em geral, as campanhas eram de curta duração, podendo mesmo durar apenas alguns dias, embora em média durassem entre quatro a seis semanas (Francisco García Fitz, *Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea*, p. 49).

em que medida a duração dessas incursões e, conseqüentemente, os objectivos estratégicos de ambas as coroas não terão sido também definidos em função de constrangimentos de ordem financeira? A conjugação do alargamento das remunerações estipendiárias à esmagadora maioria dos efectivos das hostes com as dificuldades sentidas pelos erários português e castelhano, pode perfeitamente ter sido um dos principais condicionalismos à forma como foi conduzida a guerra de 1336-1338. Contudo, só um estudo mais profundo das finanças régias poderá ajudar a esclarecer esta questão.

Porém, o conflito não se desenrolou apenas em terra, sendo de destacar uma importante componente naval. Todavia, mais uma vez, a utilização das armadas esteve vocacionada para uma complementaridade com as operações terrestres. Relembrem-se apenas como exemplo os desembarques de tropas portuguesas levados a cabo em Lepe e em Gibraltor (1336), os ataques a povoações situadas nas faixas costeiras do Algarve e da Galiza (1336 e 1337), ou a utilização das galés castelhanas como “ponte” para a travessia do Guadiana, entre Sanlúcar e Alcoutim (1337), numa clara extensão ao litoral das acções de devastação levadas a cabo no interior. Assim, regista-se apenas a ocorrência de um confronto naval de maiores dimensões e de conseqüências mais marcantes, a batalha de Farrovilhas (1337), decisiva para que Castela assumisse, a partir daí, o controlo do mar, impedindo o prosseguimento da estratégia portuguesa de ataques ao litoral castelhano que, como vimos, cessaram de imediato.

Em termos globais e em jeito de balanço, a guerra de 1336-1338 apresenta dois momentos distintos e de sinais opostos: um primeiro em que a sorte das armas pendeu para o lado das forças portuguesas – sobretudo devido à ineficácia castelhana – e que coincide com as campanhas de Afonso IV, do conde D. Pedro e de Gonçalo Camelo, em 1336; e um segundo com a preponderância a pertencer já aos exércitos de Castela, graças às campanhas de Afonso XI no Alentejo e no Algarve e à vitória de Farrovilhas, em 1337. Todavia, em ambos os períodos foi visível uma reacção. Mais tímida por parte dos castelhanos em 1336, mais efectiva – tudo o indica – do lado português, em 1337. Porém, nunca suficiente para trazer equilíbrio à tendência geral de um e de outro período.

Assim, não é possível responder à pergunta “clássica”: qual foi o vencedor desta guerra? Se, por um lado, Portugal conseguiu fazer valer parte dos principais objectivos políticos que levaram ao desencadear do confronto – a situação de D. Constança Manuel e, em certa medida, a da rainha D. Maria –, por outro, a estratégia de enfraquecimento da monarquia castelhana foi um fracasso, em boa medida porque Afonso XI conseguiu anular com sucesso os focos de destabilização interna personificados em D. Juan Manuel e em D. Juan Nunez de Lara. Contudo, no plano estritamente militar, Castela parece ter revelado uma maior supremacia tanto em terra como no mar e talvez reunisse melhores condições para impor as suas exigências caso a guerra se prolongasse durante mais algum tempo.

Provavelmente melhor armados e com rotinas de combate que lhes advinham de uma quase permanente situação de conflito – de um lado, com os muçulmanos da Península e, do outro, com o reino de Aragão<sup>303</sup>, mas a que não será alheio o clima de constantes enfrentamentos civis que se verificaram desde o final do reinado de Afonso X –; certamente com contingentes mais numerosos graças a uma base territorial de recrutamento mais vasta; eventualmente comandados por capitães mais experientes; com certeza mais motivados por se considerarem na situação de agredidos, os exércitos castelhanos conseguiram equilibrar e inverter o curso negativo que a guerra tomava em 1336 e resolver, ao mesmo tempo, os problemas domésticos que ameaçavam a sua retaguarda.

Lisboa, 30 de Abril de 2004

---

<sup>303</sup> Esta é, aliás, uma imagem que, ainda que num tom jocoso, é transmitida pela “Gran Cronica de Alfonso XI”, a propósito do insucesso obtido no cerco a Badajoz: “*los portogueses eran gentes que de muy luengos tienpos no ouieron guerra e passaron vida holgada e eran viçiosos, no peleauan como devien*” ( *Gran Cronica de Alfonso XI, op. cit.*, p. 156).